

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA**

**Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho
autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da
Comunidade N. Sra. Aparecida**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida

Bolsista: CAPES e FAPEAM

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Correa da Silva Freitas

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N244e Nascimento, Celso Augusto Torres do
Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural : o
trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos
Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida / Celso
Augusto Torres do Nascimento. 2016
173 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marilene Correa da Silva Freitas
Tese (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Associativismo. 2. Economia Solidária. 3. APRODUCIDA. 4.
Empreendimentos solidários. I. Freitas, Marilene Correa da Silva II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CELSO AUGUSTO TORRES DO NASCIMENTO

Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: Redes, Processos e Formas de Conhecimento. Orientada pela professora doutora Marilene Correa da Silva Freitas.

Aprovada em: 13.06.2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marilene Correa da Silva Freitas – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Noval Benaion – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Hiroshi Noda – Membro
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia INPA

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Salomão Franco Neves – Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

Para

Meu filho **Victor Hugo Caldas Torres**.

Meu amigo, meu companheiro. Meu maior tesouro!

Tu que tantas alegrias me dás, Tu que me fazes sorrir nos momentos em que estou triste. Obrigado por existires!

Que tenhas sempre sucesso na estrada que ainda terás de percorrer.

Que possas ser rei sem jamais perder a simplicidade, que possas sorrir sem perderes a capacidade de chorar, Que possas ser Homem, sem perder a criança que há em ti, e principalmente, meu filho,

Que possas ser Feliz!

Dedico-te este trabalho, que é meu e seu.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível porque contei com a colaboração de muitas pessoas que somaram esforços nesta construção. Mesmo correndo o risco de ser injusto e esquecer de incluir alguns nomes, quero manifestar meus agradecimentos àquelas (es) que mais intensamente compartilharam comigo deste processo.

Agradeço em primeiro lugar ao plano superior, a Deus, por me dar saúde para a batalha do dia a dia. Sem o eterno nunca conseguiria forças para finalizar este trabalho;

Meu respeito e reverência aos meus pais João Mendes do Nascimento e Maria do Perpétuo Socorro Arnaud Torres do Nascimento (in memoriam), que nunca me abandonaram na vida, ao contrário, sempre encorajaram-me nos momentos mais difíceis que passei;

À estimada professora doutora Marilene Correa da Silva Freitas, minha orientadora, pela liberdade que confiou a mim e pela clareza na indicação de caminhos a serem seguidos. Devo dizer que, mais do que uma intelectual, Marilene Correa é uma figura ímpar, que nos estimula a pensar de forma disciplinada e livre. Admiro suas qualidades como pensadora e mestra, o que muito me orgulha. Obrigador por acreditar em mim.

À amável professora doutora Iraildes Caldas Torres, que fez a revisão desta tese, contribuindo, significativamente, para que este estudo se concretizasse. A você, companheira e amiga de muitas horas, receba o meu apreço;

Aos professores doutores Paul Singer (Brasil) e Jean-Louis Laville (França) que concederam-me parte de seu tempo para ouvi-los em entrevista à minha pesquisa, meu respeito e admiração;

À professora doutora Claire Delfosse que acolheu-me no L.E. R – Laboratoire d'Etudes Rurales da université de Lyon 2 para a realização do estágio doutoral - Bolsa Sanduiche, meus profundos agradecimentos;

Aos professores doutores Noval Benaion, Hiroshi Noda e Odenei de Souza Ribeiro pela significativa contribuição na ocasião do meu Exame de Qualificação. Sem dúvida, suas indicações descortinaram novos caminhos para o aprimoramento das minhas categorias de análises durante a fase embrionária de minha pesquisa;

À CAPES pela concessão da bolsa sanduiche no Exterior na cidade de Lyon – França, que permitiu-me ter uma melhor visão de mundo fazendo-me ver a conexão de minha pesquisa com o outro lado do atlântico;

À FAPEAM pela concessão da bolsa do Posgrad nível B aqui em Manaus, durante boa parte da minha pesquisa doutoral, minha gratidão;

Aos servidores e estagiários do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia pela acolhida e presteza durante minha formação doutoral;

Aos colegas do doutorado durante a fase das disciplinas: André Melo, Socorro Alves, Jeferson, Marinildes Verçosa, obrigado pelas conversas e trocas de ideias.

Um carinho especial para os colegas da minha turma de doutorado: Solange Nascimento, André Melo, Socorro Alves, Marinildes Verçosa e Marinete Mota;

Meus agradecimentos aos colegas de Doutorado Sanduiche em Lyon, José Fernandes e Janaina Aguiar pela nova “família” construída em terras francesas, com os nossos almoços dominicais e conversas sobre os nossos respectivos temas de pesquisa;

Aos colegas do GEPOS – Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Políticas e Poder, com os quais partilho atividades acadêmicas, de pesquisa e de intervenção social, minha gratidão e respeito. Um agradecimento especial à Renata Mendes pela contribuição na formatação desta tese quando esvaíram-se as minhas forças. Obrigado. Agradeço também à Marlene Verçosa Ferreira pela contribuição dada na formatação de tabelas e notas de rodapé. Muito obrigado;

Aos meus irmãos Paulo e Ana Paula Torres, pela preocupação e contatos via e-mails e redes sociais quando estive fora do país, meu inestimável afeto;

A minha querida Tia Eneida Bacuri que convidou-me para morar em sua casa em 1986, quando cheguei de Belém – Pará, para ganhar a vida em Manaus, meu reconhecimento e apreço.

Ao Presidente da APRODUCIDA Damião Barbosa e à Francinete Pinto da Mota com os quais convivi durante o trabalho de campo e que se revelaram extremamente comprometidos com a minha pesquisa, fornecendo informações importantes para o meu trabalho doutoral, meus profundos agradecimentos;

A todos os membros da APRODUCIDA que participaram desta pesquisa com entusiasmo e solicitude, meu eterno agradecimento. Sem vocês este trabalho não seria possível;

A todos que direta e indiretamente contribuíram para o êxito deste trabalho, principalmente ao Domício Gamenha e Tatiana Valente, membros da Ecosol que foram cruciais na pesquisa de campo, meu muito obrigado!

Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida, ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o.

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Esta tese pesquisa o tema do associativismo no âmbito da economia solidária, buscando averiguar a emergência de novas tecnologias sociais no processo contemporâneo de reinvenção dos trabalhadores, com especial relevo para o trabalho realizado pelos associados da APRODUCIDA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Nossa Senhora Aparecida, em Coari, no Amazonas. A economia solidária ressurgiu atualmente com um forte potencial de resposta à crise do trabalho assalariado. Trata-se de uma perspectiva inovadora de grande envergadura social capaz de reinserir significativos segmentos de trabalhadores no processo produtivo. A metodologia deste estudo privilegiou as orientações das abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos. O trabalho de campo foi realizado na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no Município de Coari, no Amazonas, junto aos associados da APRODUCIDA e outros atores sociais. Dentre os múltiplos resultados constatados ficou claro o fato de ser o associativismo rural uma saída viável, para enfrentar a crise do trabalho no tempo contemporâneo. Constatamos que, no contexto mais abrangente do Estado do Amazonas, é crescente o número dos empreendimentos solidários, e que estes empreendimentos contam com o apoio do Estado brasileiro, ainda que minimamente. Pode-se dizer, à guisa de conclusão, que a economia solidária eleva a auto-estima dos trabalhadores que se recriam no processo de trabalho, não de forma romântica, mas como constructos sociais. E, embora os empreendimentos solidários sejam monitorados pelo Fórum Estadual de Economia Solidária do Amazonas, em meio a muitos obstáculos e dificuldades, o Amazonas consegue acompanhar o ritmo e o caminhar do movimento da economia solidária no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo, Economia Solidária, Trabalho, Amazônia

ABSTRACT

This thesis research the subject of the Association within the framework of the solidarity economy, seeking to determine the emergence of new social technologies in the contemporary process of reinvention of workers, with emphasis on the work done by the members of the APRODUCIDA Community Association of rural producers of Nossa Senhora Aparecida, in Coari, in Amazonas State. The solidarity economy resurfaces with a strong potential of response to the crisis of wage labor. It is an innovative large-scale social perspective capable of significant segments of workers re-enter in the productive process. The methodology of this study privileges the guidelines of qualitative approaches without exclusion of quantitative aspects. The fieldwork was carried out in the community, our Lady of Aparecida, in the city of Coari, in Amazonas State, next to members of APRODUCIDA and other social actors. Among the multiple results found it became clear it was the rural associativism a viable exit, to face the crisis of work in contemporary time. We note that, in the wider context of the State of Amazonas, is increasing the number of projects of solidarity, and that these projects rely on the support of the Brazilian State, although minimally. It can be said, by way of conclusion, that the solidarity economy raises the self-esteem of the workers in the work process, recreate not romantically, but as social constructs. And, although sympathetic enterprises are monitored by the State Forum of solidarity economy of Amazonas, amidst many obstacles and difficulties, the Amazon can keep pace and the walk from the movement of the solidarity economy in Brazil.

Keywords: Associativism, Solidarity Economy, Work, Amazon.

RÉSUMÉ

Cette thèse de l'objet de l'Association dans le cadre de l'économie solidaire, cherchant à déterminer l'émergence des nouvelles technologies sociales dans le processus contemporain de réinvention des travailleurs, en mettant l'accent sur le travail accompli par les membres de l'Association communautaire de APRODUCIDA des producteurs ruraux de Nossa Senhora Aparecida, à Coari, dans l'état d'Amazonas. L'économie solidaire refait surface avec un fort potentiel de réponse à la crise du travail de salaire. C'est une perspective sociale à grande échelle innovante capable des segments importants de travailleurs ré-entrer dans le processus de production. La méthodologie de cette étude privilégie les lignes directrices des approches qualitatives sans exclusion des aspects quantitatifs. Le travail du terrain a été réalisée dans la Communauté, notre dame d'Aparecida, dans la ville de Coari, dans l'état d'Amazonas, à côté de membres de APRODUCIDA et d'autres acteurs sociaux. Parmi les multiples résultats trouvés, il est apparu que c'était l'associativisme rural une sortie viable, pour affronter la crise du travail dans l'époque contemporaine. Nous notons que, dans le contexte plus large de l'état d'Amazonas, entraîne une multiplication des projets de solidarité, et que ces projets s'appuient sur le soutien de l'État brésilien, bien que très peu. Il peut être dit, en guise de conclusion, que l'économie solidaire augmente l'estime de soi des travailleurs dans le processus de travail, ne recréer pas romantique, des constructions mais aussi sociales. Et, bien que sympathiques entreprises sont contrôlées par le Forum de l'état de l'économie solidaire de l'Amazonas, au milieu de nombreux obstacles et difficultés, l'Amazone peut garder pace et la marche du mouvement de l'économie solidaire au Brésil.

Mots clés : Associativism, économie solidaire, travail, Amazon

LISTAS DE SIGLAS

ANTEAG – Associação dos trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

APRODUCIDA – Associação dos produtores da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida.

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BPP – Banco do Povo Paulista

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNAM – PARIS – O Conservatoire national des arts et métiers,

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas

FASE – Organização não-governamental voltada para a promoção dos direitos humanos, da gestão democrática e da economia solidária.

GRAMEEN BANK – Banco do Povo

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento Sem Terra

OCB-AM – Organização das Cooperativas do Brasil – Amazonas

PIN – Projeto de Integração Nacional

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

ROCHDALE – Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale

SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequena e Micro Empresa

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Pesquisa sobre o Trabalho

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A tríade humana	33
Quadro 1: Empreendimento no Amazonas.....	51-52
Quadro 2: Atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos.	57
Quadro 3: Dados consolidados das instituições financeiras cooperativas na França	87
Quadro 4:Tipos de Produto da APRODUCIDA	106
Tabela 1: área de abrangência dos empreendimentos	53
Tabela 2: Situação dos empreendimentos	54
Tabela 3: Formas de Organização	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I – A AMAZÔNIA, O TRABALHO E OS TRABALHADORES NO DEBATE CONTEMPORÂNEO	19
1.1 – A AMAZÔNIA, AS RELAÇÕES DE PODER E A CIDADANIA.	19
1.2 – TRABALHO E TRABALHADORES NA AMAZÔNIA.....	29
1.3- A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	40
II- O CENÁRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAZONAS E A AGRICULTURA FAMILIAR	49
2.1- O ESTADO DA ARTE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO AMAZONAS.....	49
2.2- APRESENTANDO O CAMPO DA PESQUISA	59
2.3 – A AGRICULTURA FAMILIAR E A PERSPECTIVA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA	68
III – A ETNOCIÊNCIA E A PERSPECTIVA COMPARADA DO COOPERATIVISMO ENTRE O BRASIL E A FRANÇA.....	78
3.1 – A ETNOCIÊNCIA E OS SABERES TRADICIONAIS COMO MOLA MESTRA DO TRABALHO AGRÍCOLA.	78
3.2 – O VANGUARDISMO DA FRANÇA NO COOPERATIVISMO E O TRABALHO COMO CATEGORIA	86
3.3 – O LUGAR DA FRANÇA E DO BRASIL NA ECONOMIA SOLIDÁRIA CONTEMPORÂNEA: APROXIMAÇÕES	94
IV – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAZONAS.....	104
4.1 – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA APRODUCIDA.....	104
4.2 – A ECOSOL E A ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAZONAS	113
4.3 – AS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO EM POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXOS.....	144

INTRODUÇÃO

Talvez não tenha conseguido fazer melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.

(Marthin Luther King)

O mundo capitalista vive um momento crucial de elevado nível de reestruturação das relações de trabalho, as quais constituem a base do sistema de acumulação. Essa dinâmica remete, inequivocamente, para o repensar da estrutura empresarial que pressupõe mudanças na racionalidade do processo de trabalho. Operam-se mudanças nas relações de trabalho para além da aporia emprego\desemprego. As classes trabalhadoras são golpeadas no seu modo de ser, na sua identidade e nas formas de solidariedade entre seus membros.

Deve-se perceber que as transformações que se processam no mundo do trabalho não se assentam, tão somente na esfera da economia, passam também por instâncias mediadas no plano político, social, cultural e ético. Os trabalhadores estão sendo atingidos nas suas formas de sociabilidade, nas suas identidades, nas formas de representação política, enfim, no seu modo de existência.

Encontra-se em curso uma tendência de esvaziamento da luta de classes que atinge as classes trabalhadoras em sua expressão identitária. Houve, a partir dos anos 1990, no Brasil, uma desregulamentação das atividades econômicas consignadas no receituário neoliberal de enxugamento da máquina estatal com as privatizações e minimização das políticas públicas e de elevado nível de reestruturação produtiva no setor da indústria com fechamento progressivo de postos de trabalho. A informalidade do trabalho cresce cotidianamente e nela transitam os trabalhadores desempregados e aqueles engajados em várias formas de trabalho precário, que não têm acesso às garantias trabalhistas e que encontram-se fora das arenas de representação sindical. De acordo com o neoliberalismo, o intervencionismo estatal prejudica o desenvolvimento econômico e estimula a ociosidade, elevando o nível de pobreza. Esta perspectiva promove a desregulação de uma série de medidas trabalhistas, conquistadas arduamente pelo conjunto dos trabalhadores ao longo de quase dois séculos (POCHMANN, 1999). Deve-se reconhecer, não obstante que, a partir do advento do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, “registra-se que a recuperação da participação no rendimento do trabalho na renda nacional está em sintonia com a elevação dos componentes de melhora da situação

geral dos trabalhadores, o que significa ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho [...] e queda da pobreza” (POCHMANN, 2012, p. 13).

O certo é que a conjuntura de crise do emprego, a partir sobretudo dos anos 1990, afetou profundamente a materialidade das classes trabalhadoras no que diz respeito à sua representação política e formas de inclusão e exclusão no processo produtivo. É tarefa primordial dos trabalhadores reinventarem novas formas de inclusão no processo produtivo, construindo métodos alternativos que lhes permita sobreviver à crise.

Esta tese traz ao debate o tema da economia solidária à luz de algumas ciências como a Sociologia, a Ciência Política e a Economia com uma abordagem interdisciplinar, em cujo chão amazônico nos levou a elucidar experiências, situações, relações comerciais e a reinvenção dos trabalhadores inseridos no processo produtivo através do associativismo rural. Buscamos desvendar as formas de gestão e de organização do trabalho no associativismo rural, percebendo nele, que os trabalhadores têm a possibilidade de se recriarem e reinventarem-se no processo de trabalho. Eles aprenderam a gestar o seu próprio negócio e, se fossem capacitados e instrumentalizados sob a racionalidade de novas metodologias e tecnologias, poderiam dar o melhor salto no âmbito da geração de renda e da organização deste tipo de trabalho. O desenvolvimento econômico-social das sociedades processa-se em meio à capacidade de exteriorização e recriação do ser social, diz Marx (1989).

Não se trata de ações simples e fáceis de conduzir. O associativismo não é um empreendimento capitalista que dita as normas empresariais e exige que sejam cumpridas por todos. No sistema capitalista os trabalhadores são comandados e deslocados de suas funções num simples “toque de caixa”. No associativismo os trabalhadores são autogestionários, são os sujeitos de suas próprias decisões e isto exige respeito às suas culturas e modos de ser. Eles forjam as suas próprias formas de organização e sociabilidade. Isto exige também a elaboração de metodologias que permitam o empoderamento dos trabalhadores frente aos seus negócios. Para Singer (2000, p. 129), é necessário que os trabalhadores “adquiram cultura científica no campo da economia solidária [...], abrangendo inovações institucionais como os bancos do povo e dos clubes de troca”.

A economia solidária é uma modalidade de trabalho que ressurge no Brasil como uma forma inteligente de os trabalhadores colocarem-se em ação produtiva rentável, frente à crise do emprego. Aparece trazendo um feixe de esperança a esses trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva. Apresenta-se como uma possibilidade de geração de renda para prover a subsistência no cenário do desemprego. Diferentemente das relações de exploração que regem a sociedade capitalista e que levam o trabalhador à imanência e coisificação, a

economia solidária eleva a auto-estima dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores da Amazônia profunda que se veem aquém das políticas públicas (TORRES, 2010).

O associativismo no âmbito da economia solidária pode se colocar tanto como uma estratégia de sobrevivência, quanto como uma possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade, representação política e eticidade do trabalho. É possível, então, que os trabalhadores transformem “a crise do trabalho numa oportunidade de desenvolver um tipo de organização de trabalho anticapitalista, democrática e igualitária” (SINGER, 2000, p.11)

A sociabilidade é construída sob o prisma do respeito ao outro independentemente de idade, escolaridade, credo e etnia. Trata-se de uma nova cultura e de um novo modelo nas relações de trabalho. Para Guimarães (1998) em situação anterior à crise do trabalho, não havia relação trabalhista sem carteira assinada. O símbolo do emprego era a carteira assinada, e conseqüentemente, a CLT. Hoje, qualquer tipo de trabalho que gera renda ao trabalhador contribui para a elevação de sua auto-estima porque, simbolicamente, ele está empregado e provendo o sustento de sua família. Esta simbologia dá sentido à vida do trabalhador que se sente útil na sociedade e pode olhar de frente para a sua família.

É assim que os trabalhadores começam a vislumbrar novos rumos e alternativas que prescindem da espera pela implementação de políticas públicas. Descobrem novos caminhos e constroem novas metodologias de trabalho no campo da prestação de serviços, como é o caso das cooperativas. No Brasil, os empreendimentos solidários são concretizados como uma forma de resposta aos processos de terceirização desencadeados pela reestruturação produtiva, e também, como uma alternativa ao desemprego, organizando a prestação de serviços em várias áreas, sem a existência do vínculo empregatício. Não obstante, deve-se reconhecer que as dificuldades e obstáculos postos neste caminho são imensos, sobretudo na Amazônia, onde o monitoramento aos empreendimentos solidários, por parte do Fórum de Economia Solidária local é muito mais difícil, devido a não cobertura dos recursos aportados pelo Governo Federal, que opera de forma linear em levar em conta as especificidades da região.

O Brasil não conhece a Amazônia, diz Freitas (2012). Esta assertiva é amplamente discutida neste trabalho na medida em que aparece com muita ênfase na nossa pesquisa de campo o fato de que as políticas públicas dirigidas aos empreendimentos solidários do Amazonas apresentarem maior dificuldade de implementação. Os recursos dirigidos a esta região complexa em sua sociodiversidade e geograficamente de difícil acesso, não atendem aos princípios da equidade e justiça. Para Castro (2008), o Brasil ainda é orientado por uma visão colonialista-evolucionista, Planeja suas políticas de desenvolvimento baseado na aporia progresso /atraso. “Ela é uma região globalizada, as decisões que são tomadas são

globalizadas. Porém, essa mesma Amazônia é pré-moderna no sentido de que as grandes questões sociais da pré-modernidade persistem nela” (CASTRO, 2008, p.186).

Este estudo assumiu aporte teórico-metodológico das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos. Os procedimentos operacionais da pesquisa seguiram um caminho trilhado em duas fases: uma fase densa e vigorosa de estudos e realização do trabalho de campo aqui no Brasil, momento também de grande parte da escrita da tese. E uma outra fase de estudos, observação e experiência realizada na França, onde realizamos o estágio doutoral – Bolsa Sanduiche garantido pela Capes, junto ao Laboratoire de Etudes Rurales – LER da Université Lumière Lyon 2. Uma experiência ímpar e extremamente importante para a minha formação.

O trabalho de campo foi realizado na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, localidade rural do município de Coari, no Amazonas. O universo da pesquisa concentrou-se na Associação Comunitária dos Produtores de Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA), localizada nessa comunidade rural. Ouvimos em unidade amostral 10 trabalhadores associados da APRODUCIDA sendo 05 homens e 05 mulheres, por intermédio de formulário contendo perguntas abertas e fechadas. Ouvimos, também, sob a técnica de entrevista do tipo semi-estruturado 02 membros da diretoria da APRODUCIDA, 01 representante da Secretaria de Produção Rural de Coari, 02 representantes do Fórum de Economia Solidária do Amazonas, 01 representante da OCB /Amazonas – Organização das Cooperativas Brasileiras, secção do Amazonas, 02 representantes da intelectualidade da economia solidária, sendo 01 da França e 01 do Brasil. Ouvimos estes dois últimos sob os domínios da técnica de entrevista aberta, sem roteiro previamente estabelecido.

A nossa intenção na captura dos dados de campo deveu-se à necessidade de sabermos as opiniões dos próprios sujeitos locais sobre o associativismo, suas formas de organização, a perspectiva de desenvolvimento social dentre outras questões. Buscamos saber também sobre a institucionalidade da economia solidária no Amazonas, a partir de vozes emancipatórias, do mesmo modo que procuramos saber a opinião de intelectuais que acenam nesta modalidade de trabalho, situando suas críticas e indicação de possíveis avanços no âmbito dos empreendimentos solidários.

A tese está estruturada em quatro capítulos que se interconectam numa tessitura interdisciplinar. O primeiro capítulo estabelece um diálogo sobre a Amazônia numa dinâmica argumentativa sobre trabalho e trabalhadores no tempo contemporâneo. Desenvolve uma discussão sobre cidadania apresentando os condicionantes em relação à condição humana dos

trabalhadores o que requer, conforme Bobbio (1992, p. 72), “uma intervenção ativa do Estado [...] produzindo a organização dos serviços públicos.”

O segundo capítulo realiza um sobrevoo sobre o cenário da economia solidária no Amazonas e a agricultura familiar, apresentando o estado da arte dos empreendimentos solidários no Amazonas. Localiza o campo da pesquisa discorrendo sobre a agricultura familiar e o trabalho na Comunidade Nossa Senhora Aparecida.

O terceiro capítulo traz o tema da etnociência e a perspectiva comparada entre economia solidária entre o Brasil e a França, mostrando que no Brasil é mais forte o associativismo no âmbito da economia solidária, enquanto que na França prepondera o cooperativismo. Apresenta uma discussão sobre os saberes tradicionais como mola propulsora do trabalho agrícola. Aponta o vanguardismo da França no cooperativismo com rendimentos extraordinários, o que comprova o fato de ser a economia solidária uma modalidade de trabalho viável frente à crise do trabalho formal, estabelecimento aproximações com o Brasil.

O quarto capítulo versa sobre a organização social da economia solidária no Amazonas, buscando situar a estrutura organizativa da APRODUCIDA, fazendo uma tessitura com o trabalho de monitoramento realizado pelo Fórum de Economia Solidária do Amazonas – Ecosol. Expõe, também, as ações do Estado brasileiro em termos de políticas públicas, voltadas para a economia solidária, tecendo críticas à forma linear e homogeneizadora com que o poder central lida com a Amazônia.

É assim que este estudo se reveste de significativa importância não só para as Ciências Sociais que vêm tentando compreender o potencial inovador da economia solidária nos tempos atuais, mas sobretudo é importante para os movimentos sociais e o Fórum de Economia Solidária do Amazonas que poderão dispor deste trabalho para fundamentar estratégias de políticas públicas no âmbito da geração de renda.

I – A AMAZÔNIA, O TRABALHO E OS TRABALHADORES NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

A luta pela terra está indissociada da luta pelo trabalho, e não é a forma salarial que se encontra em questão. Mais uma vez, esse processo político interpela nossa compreensão sobre a produção da vida pela atividade de trabalho.

(Edna Castro)

1.1 – A Amazônia, as relações de poder e a cidadania.

A crise do trabalho é um sinal inequívoco de um tempo contemporâneo indicativo de uma metacrise que vai tomando corpo no horizonte do capitalismo. Agamben (2009, p. 58) é um dos autores que melhor define o tempo contemporâneo, segundo o qual “é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas exatamente por isso [...] ele é capaz, mas do que outros, de perceber e apreender o seu tempo”.

Não nos parece demasiado afirmar que o capitalismo, enquanto modo de produção, mais cedo ou mais tarde vai se defrontar com questões advindas em razão da suposta crise da centralidade do trabalho. A dimensão é mais profunda porque o tempo contemporâneo não vive só uma crise do trabalho formal, assalariado, especialmente o industrial e toda a cadeia do consumo, instituídos pela sociedade moderna. Trata-se de uma crise civilizatória de efusivas transformações nas formas de interpretação do mundo.

A crise da sociedade do trabalho assenta-se nos problemas colocados entre outros pela ética do trabalho, de um lado, ou seja, pela ética protestante desvendada por Weber (1996), marcada pela generalização do trabalho abstrato que traz em si a sua própria finalidade no qual o homem é uma máquina de trabalho. Do outro lado, a crise é pautada “no socialismo que transformou o trabalho abstrato numa religião, da riqueza nacional endeusada, transcendente dos fins vinculados às necessidades humanas” (KURTZ, 1992, p. 23).

Está em questão o futuro do homem numa sociedade que ainda é fortemente tributária da modernidade, cada vez mais distanciada de valores¹, mecanizada nas relações de trabalho e de convívio social. Para Santos (2000), esse momento histórico remete para a

¹ O tempo contemporâneo parece indicar a ruína da razão instrumental na qual o corpo foi o objeto de adestramento em detrimento dos valores e das relações de trabalho em sua subjetividade.

reinvenção da teoria crítica, aquela teoria baseada na assertiva de que o real tem possibilidades.

Reinventar a teoria crítica implica ver a realidade como a totalidade da ordem implicada, como diz Niels Bohr² (anotação da aula Seminário de Tese, 2012). Supõe verificar o fenômeno em sua dupla face e em seus próprios duplos, percebendo suas várias entrâncias, bifurcações e flutuações, antevendo sua zona de fuga. Não convém mais estudarmos o trabalhador sob um único ponto de vista, aquele ponto de vista que o defende ferozmente da opressão dos patrões, do mercado, do capital, do proposto pela esquerda. A esquerda nunca soube defender o *status quo* diz Santos (2006).

Reinventar a teoria crítica não significa refutá-la. Significa, outrossim, revitalizar o pensamento emancipatório reposicionando-o naquilo que ela sublinhou demasiadamente, seus excessos e cegueira. Não devemos mais, por exemplo, pensar em nome dos excluídos, mostrando-os como coitadinhos e nem ver só o aspecto do trabalhador frente às relações de dominação e opressão. É preciso, também, abrir as contradições existentes no interior da própria organização dos trabalhadores, as relações de poder que perpassam a relação capital/trabalho, o jogo dessas relações que se aloja na estrutura sindical.

Estamos falando da construção de um conhecimento que possa trazer à luz os silêncios e até os tabus de uma classe que se manteve intacta, sem questionamentos, sob a proteção da tradição marxista. Como diz Maffesoli (2003, p.7), “não nos atrevemos a falar do que dá medo. O trágico faz parte dessas coisas. É um não dito ensurdecador, é algo que, no cotidiano, é empiricamente vivido, é o sentimento trágico da vida”.

O tempo contemporâneo tem que acertar as contas com o indivíduo que foi eclipsado pela ciência moderna, aquele que foi sufocado e retirado de foco do seu próprio tempo para vagar no reino da fantasmagoria. A concepção humanística das ciências sociais enquanto agente catalisador da progressiva fusão das ciências naturais e ciências sociais situa a pessoa, enquanto sujeito no mundo, no centro do conhecimento, ao contrário das ciências humanas tradicionais que colocam a natureza humana no centro das discussões.

É preciso reabilitar a pessoa na medida em que “os dois séculos, os dois tempos não são apenas, como foi sugerido, o século XIX e o XX, mas também, e antes de tudo, o tempo da vida do indivíduo [...] e o tempo histórico coletivo que chamamos o século XX” (AGAMBEN, 2009, p. 60). O desafio que se põe é estabelecer o diálogo com os diferentes saberes numa perspectiva complexa de campos de experimentação e cognição que converse

² Discussão feita por Niels Bohr captado na aula da disciplina Seminário de Tese, 2012.

com o diferente, fazendo escavação das tradições, contrário à sociologia da cegueira como propõe Santos (2000).

Os fatos cotidianos e as experiências vividas estão postas fartamente no caminho dos pesquisadores. No caso da Amazônia há um acervo multifacetado de experiências no âmbito das culturas e da relação homem/natureza/sociedade; das relações de trabalho e das práticas sociais; da organização da resistência e no modo como os atores sociais estabelecem interlocução com o Estado e as relações de poder. Este mundo ainda precisa ser desbravado, guardadas as devidas proporções em relação às pesquisas existentes. Castro (2010, p. 108) chama a atenção para o fato de que,

Se o real é uma reconstrução incessante do presente reposto socialmente, o processo civilizatório empreendido – no Brasil, na Amazônia – em busca de novos territórios de recursos e de subordinação de povos e línguas ali existentes, ignorados como cultura, catalogados como incivilização, não se fez independentemente das ideias e da racionalidade presentes entre atores da ação, protagonistas das novas conquistas contemporâneas. É por isso que a Amazônia nos ajuda a entender essa contemporaneidade do mundo e sua atualização conceitual.

Problemas que representam ameaças para a vida humana e para a biosfera parecem insolúveis como é o caso da degradação ambiental. A reforma agrária saiu de pauta, assim como a ocupação da região pelos grandes proprietários de terras e empresas mineradoras representa a expulsão dos povos tradicionais de seus pedaços de terra. Esses problemas que se colocam com veemência na Amazônia de hoje e, de certo modo, ao Planeta, são consequências da expansão do capital que se apropriou da exploração na região para transformá-la na grande fornecedora de matérias-primas.

A compreensão da realidade atual da Amazônia não pode prescindir de uma abordagem sobre os grandes projetos implementados na região no período pós-64, os quais são responsáveis pelas abruptas mudanças ocorridas no seu tecido social. Lembre-se do PIN – Projeto de Integração Nacional forjado pelo Governo autocrático em meio ao milagre econômico dos anos 1970, criado para encaminhar à Amazônia milhões de pessoas empobrecidas moradoras de regiões densamente povoadas e potencialmente conflituosas. A rodovia Transamazônica e a Perimetral Norte foram pensadas como política de infraestrutura para dar acesso e criar condições de ocupação para esses retirantes.

Estamos nos referindo à organização espacial do capital que articula as forças produtivas locais, regionais, nacionais e mundiais, “desafiando padrões tradicionais, arcaicos,

obsoletos ou outros de organização social e técnica da produção, trabalho, comércio, produtividade, lucratividade, competitividade ou racionalidade” (IANNI, 1999, p. 107).

Passados mais de 40 anos da implementação de grandes projetos como a Serra dos Carajás, descoberta em 1967, e a Zona Franca de Manaus, implementada em 1967, os quais embora tenham gerado muito emprego e renda à população, não trouxeram benefícios para o conjunto da população local de forma socialmente justa. Silva (2000, p.5) assinala que trata-se de “forças produtivas em projetos que, ao subsumirem-se em projetos mais amplos, abrem possibilidades de obtenção de resultados opostos aos desejados pelos seus promotores”.

Não se deve culpar unicamente o capital pelos processos de dominação e de expropriação dos nativos na Amazônia. O Estado também deve ser acionado para responder “onde começa e onde acaba o território legal do moderno Estado-Nacional. A supranacionalidade dos conflitos e das nações indígenas interroga gravemente o conceito e a prática do Estado-Nação” (OLIVEIRA, 1994, p. 94).

O governo central do Brasil sempre manteve uma relação de distanciamento com a Amazônia, deixando-a a mercê de estruturas de poder autoritárias presentes no mandonismo de grupos econômicos cujo poder provém da terra (seringalistas, fazendeiros, madeireiros) e de grupos políticos consignados na figura dos coronéis de barranco que ainda perdura na região sob outras formas. Não podemos perder de vista que foi a política de incentivos fiscais³ promovida pelo Estado brasileiro para realizar a ocupação da região que trouxe os grandes proprietários de terras e empresários do Sul e Sudeste para a Amazônia.

Nesta mesma direção deve-se lembrar que foi o próprio Estado que construiu as obras de infraestrutura tanto para as empresas mineradoras, quanto para a Zona Franca de Manaus. As empresas que vieram para cá embaladas pela propaganda e pelos incentivos fiscais estavam dispostas a explorar a ferro e fogo, massacrando os indígenas mesmo em áreas demarcadas como ocorreu com os Waimiri-atroari. Martins (1986, p. 31), chama a atenção para o fato de que “mais de meio milhão de hectares de terra desses índios, já atingidos pela construção da rodovia Manaus – Caracaraí, foi desmembrada da reserva para dar lugar aos trabalhos da Cia. Paranapanema e para a implantação da Hidrelétrica de Balbina”.

É muito recente a relação mais aproximada do Estado brasileiro com a sociedade no âmbito da região amazônica. É nos parâmetros do Governo de Luiz Inácio da Silva que se inauguram novas formas de diálogo com a nação, que ocorre uma certa aproximação,

³ Para maiores informações consultar os estudos de José de Souza Martins (1986).

sobretudo através da participação popular nas conferências, nos conselhos e de alguma forma nas consultas públicas.

Algumas conquistas já foram obtidas neste processo dialógico entre governo e sociedade civil, tais como a forma paritária de participação nos conselhos deliberativos, a gestão de política pública por parte de movimentos sociais como é o caso do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que no Amazonas, já conta com oito entidades habilitadas junto ao Ministério das Cidades para administrar o Programa⁴.

Não obstante a isto, em se tratando da Amazônia que engendra exacerbadas relações de poder, todo alerta é necessário, pois, mesmo nesta atual conjuntura há constantes assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais que lutam pelo direito à terra. Em 2007, a religiosa norte americana Doroty Stang, foi assassinada pelos jagunços de um latifundiário no Estado do Pará. Outros assassinatos ocorreram neste atual momento histórico, o que repõe a ideia de que a Amazônia continua fragilizada, vulnerável, sem a proteção do Estado. Para Torres (2012) não resta dúvida o fato de que ocorreu um avanço significativo nas relações do Governo central do Brasil com os movimentos sociais da Amazônia, mas esta relação não se encontra em patamares seguros, haja vista que em alguns momentos o autoritarismo governamental suplanta as lutas populares e ambientais.

Esta é, pois, uma outra chave de leitura sobre a Amazônia, a participação popular. O controle social sempre foi fragilizado na Amazônia, embora a luta dos movimentos sociais e sindicais nunca tenha cessado desde o final do século XIX e início do XX a exemplo da luta dos trabalhadores portuários⁵. E, diga-se que, mesmo possuindo caráter transitório os movimentos sociais e sindicais colocaram-se na extensão do conflito com audácia e determinação. Registre-se como exemplo os movimentos sociais dos trabalhadores rurais em torno da terra no Estado do Pará, os confrontos com jagunços de fazendeiros em meio ao derramamento de sangue⁶, e a luta sindical nos parâmetros da Zona Franca de Manaus que foi a segunda maior resistência da América Latina, perdendo só para o sindicalismo do ABC paulista (TORRES, 2005).

Deve-se reconhecer, com efeito, que mesmo diante deste imenso potencial de organização do povo amazônico o controle social não foi realizado a contento. A história da

⁴ Ver o site do Ministério das Cidades - <http://www.cidades.gov.br/index.php>

⁵ Ver a este respeito o livro de Maria Luiza Ugarte Pinheiro. A cidade sobre os ombros (2003).

⁶ Se considerarmos a Cabanagem no processo de luta política entre 1823 a 1840 como movimento social podemos dizer que a resistência na Amazônia tem seus marcos nos anos de 1830, quando os segmentos subalternizados como negros, mestiços e principalmente a massa dos índios tapuia distribuídos, passam a se organizar no cenário amazônico dando início a um dos maiores movimentos políticos de cunho nativista da história brasileira.

cidadania brasileira, de modo geral, é a história em busca do reconhecimento do sujeito político e de construção de uma sociedade civil, cujo apanágio é a participação popular. Esta participação só encontrou amparo na Constituição Federal de 1988 e ainda assim ficou sem Lei regulamentar por algum tempo. A luta indígena tem sido historicamente a expressiva resistência na Amazônia, assim como a luta contra a exploração extrativista da floresta protagonizada por Chico Mendes dentre outras formas de organização política.

É preciso admitir, a esse propósito, que a concepção e os encaminhamentos da luta sob o raio do marxismo no Brasil ocorreram de forma ortodoxa e radical comparada, às vezes, com o xiitismo do Oriente Médio. A interpretação apressada da tradição marxista produziu excessos, não estamos falando de erros, mas de excessos em razão de uma compreensão pouco amadurecida da teoria crítica. A relação política estabelecida com os padrões capitalistas e com o Estado assumiu a perspectiva do dualismo e não da contradição, como supõe a dialética marxiana. As relações sociais são construídas com base numa sociedade que possui interesses contraditórios e que, por isso mesmo, a cidade constitui-se no palco de conflitos. Não se trata de relações duais, inimigas, em que as pessoas não dialogam não se entendem.

Perceber a sociedade em suas dimensões de contradição implica construir um contrato de convivência aceitável, em que é possível negociar os espaços, estabelecer pactos em favor do bem comum e da justiça social, a partir de interesses antagônicos, porém, dialogáveis. O contrário ocorre na perspectiva dual quando não há diálogo, mas ruptura. Na ruptura não há meio termo, daí a produção de intolerâncias, violências e não reconhecimento do sujeito.

A ideia de sujeito se diferencia das concepções de indivíduo e de pessoa. Enquanto que as noções de indivíduo e de pessoa assumem na modernidade “um ponto de ação e de impressão particulares [...] do ‘eu’ como condição da consciência e da ciência [...], consciência de ser e estar, em que o ‘eu’ torna-se personalidade” (MAUSS, 1974, p.186, 237,239), a noção de sujeito na sociedade capitalista inscreve-se no estatuto da cidadania. A cidadania é, pois, a categoria que faz a mediação entre capital/trabalho. Nesse aspecto “compreender-se como sujeito implica discutir o próprio trabalho” (NOGUEIRA, 1993, p. 31).

As formulações sobre o conceito de sujeito como as de Nogueira (1993), nos levam a supor que a noção de sujeito no sentido de organização política está associada às formas como a sociedade capitalista organiza as suas relações de trabalho, fundadas nas relações de exploração. A cidadania se apresenta nesse processo para reivindicar a legitimação do sujeito,

cuja voz dissonante deve ser ouvida porque a sociedade é o lugar de todos. A democracia enquanto heurística iluminadora da cidadania deve inspirar a concretização da participação popular na vida da cidade em patamares seguros. Não é isto que a história registra em tempos passados no Brasil, ainda hoje, a participação é uma conquista diária no nosso país.

Deve-se ressaltar, ademais, que no caso da resistência na Amazônia, não está em causa só a concepção dual da luta. Está em causa de forma ampla e ramificada a violência institucional baseada numa concepção autoritária de criminalização da luta dos movimentos sociais. A criminalização remete para o banditismo e a delinquência, o que é um grave erro por parte do Estado e das forças do capital que acabam por não reconhecer o sujeito. Tratar-se-ia, então, de uma democracia administrada e não protagonica, o que mutila o conceito da própria democracia se a entendermos como o governo do povo, com o povo e para o povo, consagrado na República de Platão (2004).

As relações sociais na Amazônia devem ser compreendidas no contexto das relações de poder que são elementos chaves na configuração do trabalho e compõem um quadro de violência na região. Esse quadro de violências que os povos da Amazônia vivenciaram não ocorreu só no período colonial (1616 – 1823). Atravessa o período pós-independência do Brasil até os tempos atuais. A incorporação da Amazônia ao Império do Brasil (1823) não alterou, na prática, a situação dos índios que, embora legalmente livres, continuavam súditos do Imperador. Ou seja, os indígenas continuavam sendo recrutados compulsoriamente para trabalhos servis públicos ou particulares. Esta situação é que fez eclodir a Cabanagem na primeira metade do século XIX na qual tombaram aproximadamente quarenta mil nativos.

Hoje, os tempos são outros, já ocorre diálogo entre o Estado e os movimentos sociais, mas a dívida social do Estado para com os trabalhadores e os excluídos sociais ainda não foi saldada. Os trabalhadores, por sua vez, protagonizam um novo tempo histórico que lhes permite criar outras formas de expressão do sujeito, reiventando-se com novas formas de trabalho socialmente solidárias e auto-sustentáveis como veremos ao longo deste estudo.

Não podemos deixar de perceber, com efeito, a dubiedade do discurso do Estado acerca de uma política agrícola que busca favorecer, por um lado, a permanência do pequeno produtor na sua terra com estímulo à programas de colonização dirigida, com crédito de custeio, financiamentos das organizações cooperativas e fixação de preços mínimos. Por outro lado, o Estado promove a expropriação dos trabalhadores na medida em que abre a Amazônia para a expansão do capital e, com ele, a entrada pujante de empresas extrativistas, pecuária, agrícola, madeireira, mineradora, industrial, configuradas nos grandes projetos.

A grande verdade é que há no país um conflito aberto entre ambientalismo e ruralidade, entre desenvolvimentismo e conservadorismo. A dubiedade do Estado consiste em manter a perspectiva conservacionista, e em favor da vida dos povos tradicionais, por um lado, e impulsionar o crescimento do país a qualquer custo. Ora,

Não é possível haver crescimento com a aceleração em termos infraestruturais e de aparato tecnológico sem atingir o meio ambiente e a vida dos povos tradicionais. É preciso que se crie um conceito de desenvolvimento que venha ao encontro da vida numa interrelação sociedade/indivíduo/natureza (Torres, 2012, p. 105-106).

Os discursos produzidos sobre desenvolvimento são discursos de poder. É obvio que o governante não pode se indispor com a população, como também não pode contrariar as forças produtivas em presença. É obvio, também, que ocorrerão prejuízos e impactos negativos para a vida das populações tradicionais. Este é o preço que se paga pelo desenvolvimento, para implantar energia elétrica nas longínquas paragens da Amazônia. É o tempo de “luz para todos” e isto impõe riscos ao ecossistema, no entanto, são escolhas feitas em nome do progresso.

O que está em jogo é a defesa de os povos tradicionais continuarem mantendo o seu direito sobre a terra e a produção de alimentos, seus lugares de moradia e condições identitárias de pertença. A luta pela terra é, inextrincavelmente, a luta pelo trabalho. E, neste caso específico da Amazônia profunda, não está em causa as relações salariais, a luta é pela propriedade e posse da terra como um bem vital.

A terra para os povos tradicionais é o seu “modo de produção”, é de onde vem a riqueza, fonte de vida e de desenvolvimento social. Os povos tradicionais dependem dos produtos da floresta como castanha, seringa, juta, babaçu, açaí, piaçaba dentre outros como fonte de trabalho.

A cidadania é a categoria de análise que explica a ação política dos sujeitos sociais que lutam por direitos sociais e trabalhistas. O século XX consagrou a cidadania como um conceito político-social de afirmação de identidade e busca de reconhecimento do sujeito. A cidadania colocou-se na extensão do conflito propiciado pela contradição capital/trabalho. É através dela que os sujeitos históricos buscaram reafirmar as suas diferenças e a sua condição de classe, levando o Estado a regulamentar o trabalho e a intervir na economia com políticas sociais.

O conceito de cidadania é ambivalente, polêmico e dinâmico. Trata-se de um conceito estritamente associado à democracia, possui uma vinculação jurídica e uma ligação

do ser social com o Estado democrático. Dalmo de Abreu Dallari, certa vez disse numa palestra em Manaus (1998), que não há cidadão que não seja cidadão de um Estado. Frente ao Estado democrático, de acordo com Bobbio (1992), todos os cidadãos podem fazer reivindicação, as quais poderão ou não serem atendidas pelo próprio Estado. A democracia é um princípio filosófico universal que vem da heurística de Platão (2003, p. 260) que sentencia: “a liberdade é o que ouvirás proclamar num Estado democrático como sendo a coisa mais bela que possui, e que, por isso, quem é livre de nascimento só nesse deve morar”.

A liberdade é o princípio ontológico estruturante do humano e, neste sentido, possui um ethos social que supõe a interface com o outro enquanto parte do (meu) alter. Ela se assenta nos domínios da consciência, através da qual o indivíduo exerce a sua soberania enquanto direito de ir e vir. Dito de outra forma, a liberdade é construída pelo próprio indivíduo num processo reflexivo e vai assumindo níveis e expressões de acordo com o aperfeiçoamento do próprio indivíduo. A liberdade não é uma dádiva ou um direito que o Estado resolve agraciar aos cidadãos, é um constructo, um processo no qual o indivíduo vai se fazendo ou se construindo, rumo ao seu desenvolvimento.

Os direitos só ganham substância em relação às leis humanas, enquanto que a liberdade é um valor que o indivíduo adquire e que lhe dá a capacidade de agir por si mesmo e sem coerção. Os direitos só adquirem significação dentro de uma comunidade política. A lei e o direito são inexoravelmente inseparáveis da presença de uma autoridade pública que os garanta. Fora do domínio de uma sociedade democrática e na falta de uma autoridade do Direito Positivo, é inútil falar de direitos do cidadão (TORRES, 2007).

Admitir a cidadania como uma categoria científica construída no antagonismo capital/trabalho da sociedade moderna, implica compreendermos sua ação como resultada da liberdade, da história e da democracia. Vive-se numa realidade social e política constituída por classes antagônicas, o capital convive lado a lado com a cidadania. Ambas as classes podem propugná-la, pois, ricos e pobres são membros da sociedade. Em tempos mais recentes a cidadania vem sendo construída por dentro da teia de relações e da luta dos excluídos a partir da segunda metade do século XX. Trata-se da pugna pela universalização dos direitos e seu acesso por todos.

A cidade é o palco das reivindicações e da extensão dos conflitos, onde se instala os antagonismos de interesses. A sociedade é antagônica e não dualista como vimos anteriormente. Trata-se de interesses divergentes entre as classes sociais e não duais, inimigos, pois, do contrário, não seria possível construir uma cidade para todos com a participação social. Como diz Lefebvre (2001), a cidade é um direito de todos. E, ainda, não

seria possível assentar à mesa empregados e patrões, representantes da sociedade civil e representantes do Estado, porque sob a condição de relações inimigas, duais, não se dialoga. A cidadania dos excluídos se exterioriza criticamente “frente à ordem estabelecida, ela se estabelece no reino da política e em meio a um processo contraditório das relações sociais e das forças políticas em presença” (TORRES, 2007, p.164).

À noção de florestania sugere outro patamar compreensivo da cidadania. Esta noção remete à organização dos trabalhadores da floresta pelas formas tradicionais do extrativismo, tanto quanto os índios se organizam em torno da terra. Não obstante, deve-se reconhecer que a cidadania enquanto conceito transpassado pelo trabalho passa por uma significativa transformação, ou seja, perde força neste limiar do século XXI na medida em que surgem novas formas de protagonismo social no âmbito das culturas e da subjetividade humana. São múltiplas e difusas formas de organização social que brotam por fora dos partidos políticos e das centrais sindicais, reivindicando o lugar do sujeito na sociedade. A organização LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis é o exemplo mais definido deste momento, juntamente com as recentes manifestações de massa que o país viveu. Não se pode mais calar ou abafar o sujeito sob os nexos da intolerância e do não reconhecimento das diferenças. O sujeito existe e é reabilitado com toda a sua força neste século que engendra o novo protagonismo político-social.

Há, atualmente no Brasil, um cenário propício para a retomada das grandes estratégias capitalistas centradas na perspectiva do neodesenvolvimentismo e no suposto esvaziamento da perspectiva de classe. É preciso não esquecer, com efeito, que o capital enquanto construção social não pode prescindir nem das classes e nem do mercado, tema amplamente discutido por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (s/d). A construção da identidade social e a afirmação da cidadania dos grupos humanos segregados, tem sido um empreendimento importante na agenda política dos últimos tempos, assim como os movimentos de economia solidária e de afirmação dos povos tradicionais na Amazônia.

A defesa dos interesses dos sujeitos sociais historicamente colocou em curso a luta de classes como o motor propulsor das transformações coletivas, esboçada em movimentos sociais e sindicais que se consolidaram como instrumentos de luta dessa classe, tendo, nas figuras do patrão e do Estado, os seus principais interlocutores. Neste processo, a cidadania se apresentou como um aprendizado, foi sendo construída gradual e lentamente, pois “a sua conquista se efetiva num processo dinâmico e contraditório em que os sujeitos históricos deparam-se com avanços e recuos conforme as vicissitudes” (SANTOS, 1987, p. 7).

Na Amazônia, a cidadania deparou-se constantemente com as relações de poder, sobretudo no âmbito da luta pela terra, muitas vezes ao preço de derramamento de sangue e de perdas humanas.

1.2 – Trabalho e trabalhadores na Amazônia

A história social da Amazônia é entrelaçada à contextura do tradicional e do moderno desde o limiar da colonização até os dias atuais. As relações mercantilistas já estavam presentes nas atividades exploratórias das chamadas drogas do sertão cujo comércio alcançou a Europa em grande profusão. A atividade de coleta da salsaparrilha, pimenta do reino, banha de tartaruga, pau-brasil e similares, deita raízes no trabalho tradicional com técnicas rudimentares. Já o seu beneficiamento e as relações estabelecidas com o comércio das especiarias assume características modernas.

O tradicional é tomado no contexto desta análise para designar “um modo de vida baseado essencialmente na estrutura social familiar e numa economia de subsistência de fraca integração mercantil” (STOCKINGER, 2001, p, 105). A noção de moderno, por seu turno, é utilizada para referir-nos à estrutura social capitalista cuja funcionalidade ocorre no tecido urbano e metropolitano.

O surgimento do capitalismo está associado a três aspectos ontogêneses do desenvolvimento ou da história ocidental: a ciência aliada à tecnologia, a arte e o Estado⁷. Em uma leitura weberiana poderíamos indagar a respeito de qual é a chave para a descoberta desde racionalismo que lança raízes no Ocidente a partir do século XVII. A chave, diria Weber (1996) não é o trabalho em si, mas a religião que enaltece o trabalho como vocação. Esta é a ética capitalista, o seu espírito, a partir do qual emanam a racionalidade conceptual do movimento das luzes, a explicação natural da origem dos fenômenos que dá pujança às condições econômicas e à organização do trabalho, enfim, que tece e elabora o *ethos* cultural do capitalismo. O que impede o trunfo cabal deste modo de produção, de acordo com o

⁷Esta discussão Weberiana dá conta de que a ciência e a tecnologia são baseadas na experiência e na prova racional, é um produto do Ocidente. A arte, por ser um modo de expressão próprio de todo ser humano, reveste-se de formas singulares: a harmonia na música, a perspectiva linear na pintura e certos princípios na arquitetura existem somente no Ocidente. E o Estado como instituição, uma legislação nacional, uma burocracia racional e funcionários submetidos à lei são encontrados só no Ocidente (MULLER 2005).

próprio Weber (1996), é a resistência cultural que expõe as contradições do sistema e as agruras da exploração do trabalhador⁸.

O capitalismo moderno, em consonância com a ciência e tecnologia, contribui enormemente para aquilo que Weber chamou de desencantamento do mundo na medida em que enquadrava outros campos da sociedade às normas da racionalização, fazendo com que a lei legitimasse a dominação. Há, então, a desertificação da esfera pública passando a dar vazão a uma fluidez tecnicista que norteia o ritmo da vida.

A modernidade engendrou a ideia de liberdade, mas não há indicações de que homens e mulheres se tornaram livres. Cioran (1994) nos ensina que o paradoxo entre liberdade e servidão é algo difícil de resolver. A utopia, ao mesmo tempo em que é necessária, é também uma ilusão. É um desejo que não se realiza, porque se vier a se realizar, nos causa desencanto.

Um dos artefatos advindos com a tecnologia foi o relógio, o qual impactou fortemente o mundo da vida. Thompson (1998) discute este tema em suas pesquisas realizadas na Grã-Bretanha, apontando que até aproximadamente 1650 a forma de compreensão do tempo estava diretamente associada aos fenômenos da natureza. Ou seja, o tempo natural direcionava o ritmo de vida das pessoas. Esta orientação baseava-se no cantar do galo e na duração das atividades domésticas. A título de exemplo o autor ilustra dizendo que um fritar de ovo equivalia a uma ave-maria, mas também o evento de um terremoto correspondia à reza de dois credos.

Com o aparecimento do relógio⁹ o tempo natural vai, gradativamente, perdendo força. O ritmo de vida das pessoas passa a ser autômato, determinado pelo relógio. Este ritmo alucinante — que fragmenta e esfacela as relações domésticas/familiares e de vizinhança, atingindo as subjetividades e as expressões de afetividade dos sujeitos — tem seu ponto alto na dimensão simbólica e de controle produtivo no âmbito da realização do trabalho.

⁸Max (1984) desenvolveu o seu edifício crítico sobre a sociedade capitalista mostrando que este sistema criou o sobre trabalho ou excedente, isto é, uma porção de trabalho que é apropriada pelo patrão, a qual ele denominou mais-valia. Trata-se das horas de trabalho realizados pelo trabalhador e não pagas a ele. Ele a entrega de graça ao capitalista. A produção de mais-valia é o meio pelo qual a burguesia acumula capital, ou seja, acumulação através da exploração do trabalho. A grande crítica de Marx a Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill é que eles não se preocupam com a origem da mais-valia, mas apenas com o lucro que ela gera ao capitalista. Marx estudou sua origem e mostrou que, ao mesmo tempo em que ela gera riqueza, lucro, gera também exploração da força de trabalho.

⁹A passagem do tempo natural para o tempo medido pelo relógio está ligado à Revolução Industrial. O próprio calendário só foi estruturado de forma a corresponder mais proximamente à configuração existente nos dias atuais, depois do evento da Revolução Industrial.

O evento do relógio é decisivo para determinar o fracionamento gradativo do tempo em hora, minuto, segundo. O tempo passa a ser medido pelo relógio. Em outras palavras pode-se dizer que o tempo enquanto categoria epistemológica explicativa da realização do humano, em suas múltiplas dimensões da vida presente e do devir histórico, é, agora, confiscada à uma perspectiva utilitarista do sistema. E, o pior de tudo, é que é atribuído ao tempo uma carga de pressão que não é própria dele, é do âmbito das relações de exploração do capital. Parece ser o tempo a estrutura reguladora e disciplinadora do trabalho fabril, atribuindo a ele um fim em si mesmo, quando na verdade ele possui uma perspectiva teleológica que se conecta com a historicidade e a humanidade. Em seu estudo sobre os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, Torres (2005, p.173) assinala que,

Homens e mulheres entram num ritmo alucinado marcado pela disciplina do relógio e do movimento da máquina, readaptando o ritmo do corpo com o equilíbrio e rapidez no manuseio das peças; e reeducando as necessidades fisiológicas ao rigor da disciplina fabril.

Thompson (1998) chama a atenção para o fato de que, a partir da Revolução Industrial, o tempo passa a ser referencial indispensável à produção. O que predomina não é a tarefa, é o “valor do tempo quando reduzido a dinheiro” (THOMPSON, 1998, p.270). O tempo passa a ser, então, uma ferramenta da racionalização do capitalismo Industrial. É ele que dita o regime das fábricas para normalizar a produção ou coloca-la numa cadência de equilíbrio incrementado, por vezes, com o recurso da música, cujo ritmo e cadência era determinado pela necessidade da produção. Em algumas empresas do Polo Industrial de Manaus como a CCE, Sharp, Gradiente e Philips a música *Dominique, nique, nique* era tocada na linha de produção para acelerar a fabricação dos produtos (TORRES, 2005).

A burguesia utiliza-se do tempo como meio para maximizar seus lucros, manipulando-o conforme seus interesses, espolia os trabalhadores impondo-lhes uma jornada de trabalho extenuante. Mas, este processo não ocorreu sem contar com a resistência dos trabalhadores. Eles compreenderam que o tempo capitalista interferiu na sua união e passaram a formar comitês em prol de menos tempo de trabalho e fez greve pelas horas extras, pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente (THOMPSON, 1998).

Retomando o fio condutor do nosso discurso inicial sobre aquilo que nomeamos de trabalho tradicional deve-se considerar, de pronto, que as relações de trabalho não podem ser analisadas sob os cânones da racionalização capitalista industrial, que é uma modalidade

fortemente desencadeadora na região com o projeto Zona Franca de Manaus na segunda metade do século XX.

Há certa tendência na sociologia do trabalho que encerra a perspectiva do trabalho ao âmbito empresarial, no campo monetário e mercantil, que dificulta o diálogo com a Amazônia na medida em que nesta região existem vários mundos do trabalho, para além da perspectiva linear da industrialização que é apenas uma modalidade aqui existente. Nas diferentes formas de organização do trabalho e nas relações de produção correspondentes aos diferentes momentos da história regional, há uma expressiva participação dos povos tradicionais nas diversas atividades ocupacionais.

O que devemos questionar é o fato de muitas destas ocupações não serem reconhecidas pelo Estado brasileiro. É muito recente o reconhecimento da profissão de mateiro, para o qual já existe concurso público. No entanto, “ocupações como capinador, roçador, piaçabeiro, dentre muitas outras, não aparecem no cânone das tipificações ocupacionais” (TORRES, 2005, p.60). Esta situação está implicada num tipo de concepção de ciência econômica que só tende a valorizar e reconhecer o trabalho mediado pelas forças de mercado, o que passa ao largo das atividades tradicionais da Amazônia profunda de fraca relação mercantil.

Na Amazônia as atividades tradicionais são responsáveis por uma parte considerável da produção de subsistência para a economia doméstica, e quiça a agricultura familiar possa chegar também a produzir em grande escala para fora da casa, alcançando o mercado amplamente. O termo economia tem origem com Aristóteles¹⁰ que o utilizou pela primeira vez para falar sobre a vida doméstica, sua administração e organização. *Oikonomia* significa em grego a administração do *oikos*, da casa, ou a gestão da casa para usarmos um termo que está na moda. Trata-se, como diz Agamben (2009, p. 35)” não de um paradigma epistêmico, mas de uma práxis, de uma atividade prática que deve de quando em quando fazer frente a um problema e a uma situação particular.”

Com o passar do tempo o termo economia passou a corresponder à ciência da riqueza criada pelo homem, adquirindo não só a função social e técnica, mas também estatuto científico. Ultrapassou o limite da casa para colocar-se como ciência explicativa das relações econômicas no âmbito do Estado e do modo de produção capitalista hegemônico nas sociedades mundiais. De forma mais amiúde, a economia capitalista é elucidativa também das

¹⁰ Cf. A Política (1255 b21)

relações que envolvem o trabalho tradicional que diz respeito à produção de alimento no âmbito da economia de subsistência e o próprio trabalho doméstico dentre outras questões.

No caso da Amazônia é fundamental que se pense numa economia da natureza que engendre formas não predatórias do ecossistema, levando em consideração a vida dos povos tradicionais e o complexo sistema de produção e utilização dos recursos, ao mesmo tempo em que garanta o desenvolvimento e manutenção das inúmeras e diversificadas formas de vida existentes na região. Estes são os desafios colocados não só para a economia, mas para todas as ciências, poderes públicos, instituições, meios de comunicação e sociedade em geral.

O *ethos* e configurações na Amazônia são vividos sob o primado da natureza numa interdependência com a terra, a floresta e os rios. Morin (2004) discute a tríade indivíduo-sociedade-espécie para explicar a complexidade do gênero humano. A tríade corresponde a um movimento ininterrupto, giratório, cuja imbricação destes elementos que a compõe, faz acontecer a vida em sua completude. Cada um dos elementos localizados nos vértices do triângulo é 100% e está 100% interrelacionado com o outro. Ou seja, “o ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural” (MORIN, 2009, p.40). A figura a seguir é ilustrativa desta perspectiva de interdependência, a saber:

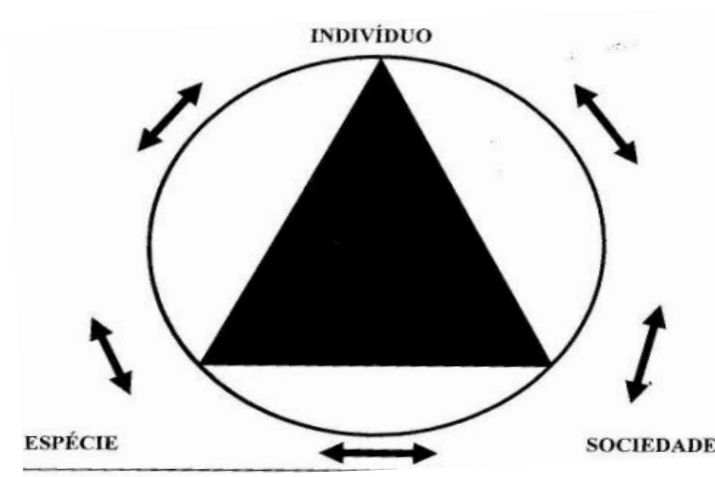


Figura 1: A tríade humana

Fonte: Edgar Morin. Os setes saberes necessários a educação do futuro (2004)

De uma forma bem didática Morin explica que o indivíduo é o representante da espécie humana, é a encarnação da reprodução da espécie, a qual, por sua vez recria-se e é recriada na sociedade. Trata-se de uma interdependência mútua entre indivíduo, sociedade e espécie. Não se trata de um equilíbrio, posto que a sociedade composta pelos indivíduos é

antagônica e densa de conflitos. É uma relação de interdependência em que um elemento não existe sem a presença do outro. O triângulo roda para fazer fluir a vida numa interação necessária. Como diz Morin (2004, p. 55), “a complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”.

O indivíduo, para os propósitos de nossa análise, é o homem amazônico, que estabelece uma relação de interdependência com a sociedade e com os elementos da natureza terra, floresta e rios. Na perspectiva moriniana todos estes elementos têm a mesma importância: 100% indivíduo; 100% espécie; 100% sociedade. Isto contribui para acabar com o asilo entre natureza e cultura que ainda persiste nos argumentos da ciência moderna.

Na Amazônia o rio, como sugere Tocantins (1961), comanda o ritmo da vida. Ele possui uma função social bem definida que articula e dá ordenação ao sistema de trabalho e de sobrevivência dos povos tradicionais. O regime de enchente e vazante das águas determina as condições de sobrevivência, havendo, por exemplo, escassez e fartura de alimentos conforme o posicionamento das águas. Ainda que haja um certo reducionismo nesta perspectiva de Tocantins que essencializa a natureza, não podemos deixar de perceber que na Amazônia há sim uma interdependência que envolve a tríade indivíduo/espécie/sociedade.

A floresta, para além da sua exuberância e imponência, é o lugar não só da variedade de recursos naturais que estão ao alcance dos povos tradicionais, é também o grande mosaico mitológico e de crenças dos nativos que retiram dela a explicação para o mundo da vida, retroalimentado pelas tradições que formam o seu saber tradicional.

Nas terras de várzea tudo é inundado, inclusive a floresta, situação que obriga o deslocamento de muitas famílias para a cidade. Essa situação exige a constante recriação da vida social, pois, em alguns casos as famílias têm que construir suas casas noutro lugar para evitar o risco de vida. Retornam depois da enchente caso suas casas não tenham sido arrastadas pela força das águas. Bates (1979) ficou surpreso quando constatou que alguns povoados promissores que ele conheceu em tempos passados, já não mais existiam quando retornou à estas localidades.

A terra é para os nativos o seu maior bem, especialmente para os indígenas, que organizam toda a sua existência em função da terra. Ela não possui valor mercantil, possui valor ontológico. A terra para estes povos, não é um objeto de troca ou um bem sujeito à apropriação individual, ela possui um valor coletivo, é de uso da família e da comunidade. Há duas modalidades de usufruto da terra: aquela utilizada coletivamente por toda a comunidade

para prover suas necessidades, e aquela do espaço de apropriação familiar que é a área privada daquele grupo. Nestes espaços as famílias agricultoras constroem um nível de solidariedade e coesão social formado, a partir de normas de caráter consensual, que garantem a coletividade nesses espaços. (BENATTI, 1994).

Assim como não existe Ocidente sem a ideia de Deus, não existe indígena sem a noção de terra. A terra é a sua vida em todos os sentidos, econômico-social, simbólico-espiritual e transcendental. A utopia dos tupinambá, por exemplo, era ir sempre em busca da terra sem males, onde pudessem viver a sua vida em plenitude.

Toda a existência dos povos tradicionais da Amazônia é cingida pelo trabalho que é entrelaçado à uma mística que envolve a terra, a floresta e os rios. O conceito de trabalho mais adequado, a nosso ver, que melhor explica a relação dos povos tradicionais da Amazônia nessa dimensão trinitária homem/natureza/sociedade é aquela sugerida por Galvão (1976, p. 111) de que “o trabalho é um ato cultural através do qual o nativo dialoga com a terra”. Todas as expressões culturais do homem amazônico evocam o trabalho, nas festas as danças têm um sentido místico que une fé e vida, momentos em que a prece e o pedido pela boa colheita e fartura são evocados aos ‘pés’ do sagrado, como lembra Galvão (1976).

Isto não significa dizer que os trabalhadores da Amazônia profunda possuam uma visão sacral do mundo, justificadora do *status quo*. Ao contrário, “essa mística é pagã e assaz anterior à conquista espiritual da Amazônia pelo cristianismo colonizador. A sua relação com o sagrado se dá a partir da sua experiência com a terra, que é mãe, e uma das maiores referências de sua vida” (TORRES, 2005, p. 62). Trata-se de uma relação mística com a natureza arraigada à vida cotidiana que sustenta a sua fé e dá significado à existência, em meio à sua relação com a divindade e com os seres sobrenaturais da floresta e dos rios.

Nessa relação de misticidade os trabalhadores da Amazônia não só fazem festa para pedir a boa colheita à divindade, como também celebram o trabalho rendendo oferendas a Deus e oferecendo-lhe os frutos do seu trabalho. Basta observar as festas de santo nas quais os moradores do lugarejo que são os trabalhadores agricultores/pescadores, oferecem um novilho, carneiro, porco, patos, galinhas e outros animais à Igreja. Cada noite dos festejos conta com uma lista de homens responsáveis pelas doações, são os mordomos da noite.

Em uma relação mais pagã do que cristã os trabalhadores da Amazônia recorrem às forças sobrenaturais da floresta, pedindo-lhes que faça baixar as águas, a fim de evitar prejuízos aos animais e à suas próprias vidas. Clamam a Deus e também às forças sobrenaturais da floresta pela chuva para apagar as queimadas e, ao mesmo tempo são capazes

de desenvolver “um espírito regional capaz de fornecer-lhes a base para um movimento revolucionário de fundo nativista que foi a Cabanagem” (GALVÃO, 1976, p. 111).

Observe-se que, nesse caso da Amazônia profunda, as relações de trabalho não estão subordinadas ao capital, ainda que não possa prescindir dele. Não se trata, por exemplo, do trabalho estranhado como criticou Marx (2004) no âmbito do sistema capitalista. Nesse tipo de trabalho “a energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal [...], como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O estranhamento de si” (MARX, 2004, p.83). Marx, aqui, está se referindo ao processo que levou à alienação do trabalhador frente ao seu trabalho, o que não se aplica aos trabalhadores objeto deste estudo.

Ao realizar uma análise sobre a perspectiva de trabalho na Amazônia, Torres (2005b), sugere que a noção de trabalho na região deva ser compreendida numa dimensão plural de mundos do trabalho, considerando que aqui há formas diversificadas de ocupação. Para esta autora,

A perspectiva linear da concepção de trabalho desconsidera a compreensão de mundos do trabalho, aceção que se aplica não só à Amazônia, mas também a certas realidades do Brasil e da América Latina. No caso da Amazônia, onde não existe apenas um mundo do trabalho, torna-se difícil falar de reestruturação produtiva como aparece no discurso nacional (TORRES, 2005b, p. 60)

Segue a autora dizendo que,

Nas diferentes formas de organização do trabalho e nas relações de produção correspondentes aos diferentes momentos da história regional, pode-se perceber a expressiva participação das populações locais nas diversas atividades ocupacionais. Mas, nem todas estas atividades estão tipificadas no estatuto das profissões no Brasil[...]. O problema não está na não tipificação, pois moramos num país que historicamente vive uma pretensa homogeneização das raças. A questão central consiste em perceber a base do preconceito e da exclusão social presentes nestas ocupações consideradas de baixo status social (IBIDEM, p.60).

Para os povos tradicionais da Amazônia o trabalho é uma das manifestações culturais importantes, é verdade, mas não chega a ser a única e exclusivamente, embora ele seja o elemento mediador da sociedade. Essa mediação é universal até mesmo na Amazônia profunda como vimos anteriormente. A diferença é que os trabalhadores – agricultores, pescadores, coletores e criadores de animais de pequeno porte que sobrevivem da economia

de subsistência de forma autônoma, às vezes, sem incentivos estatais – não estão totalmente submetidos ao capital como estão os operários.

Torres (2005a, p. 152 – 153) chama a atenção para o fato de que “essa formulação é reveladora de uma tentativa fracassada da Coroa Portuguesa em relação ao trabalho escravo na Amazônia”. Ou seja, o projeto colonizador malogra em sua tentativa de implantar um sistema escravocrata com base na mão de obra indígena. Talvez, por isso, o poder colonizador sentiu-se compelido a ir à “forra” reforçando a ideia da indolência, da preguiça e da baixa resistência orgânica dos índios para trabalhos pesados. Os estudos de Sampaio (2012, p. 231) davam conta de que os índios podiam “trabalhar apenas uma parte do ano e a outra lhe seria reservada para permanecer em seus distritos para cuidar dos negócios de suas famílias. Acreditada a Rainha que esta disposição insensivelmente os iria acostumando a ocupações sérias”. Mesmo assim, a participação dos índios foi intensa nos trabalhos pesados, como afirma Arthur Reis (1966, p.44):

Em Manaus, por exemplo, na obra da Catedral, do Colégio Estadual, do Tesouro, trabalharam índios trazidos de várias partes da Província ou do Estado. Nas operações de demarcação das fronteiras seja no período colonial, seja no Império e agora na República, os braços que movimentaram as embarcações, carregaram, os instrumentos e a matalotagem ajudaram no levantamento dos marcos e cooperaram, com suas informações, na identificação dos aspectos geográficos da fronteira, foram indígenas.

O trabalho na Amazônia manteve, de forma preponderante, as suas peculiaridades indígenas, principalmente no que diz respeito à agricultura de subsistência envolvendo o milho, tubérculo, arroz, leguminosas, hortaliças e a cultura da mandioca que é básica e central na dieta alimentar dos povos tradicionais. Do mesmo modo, o extrativismo vegetal e animal assim como a criação de pequenos animais constituem-se nos elementos primordiais da dieta destes povos.

Enquanto que nas sociedades modernas o trabalho se impõe como um importante valor mercantil, para os povos tradicionais ele é tido como um bem social necessário para a provisão da família, sem fins acumulativos. Esta mística ou condição humana de desapego em que se situam os indígenas, rendeu-lhes o estigma de seres apáticos e avessos ao progresso, por parte do governo central do Brasil até pouco tempo atrás. Este olhar eurocêntrico não só se assenta numa perspectiva preconceituosa de menoridade e inferioridade da raça indígena, como também legitima a subordinação da região aos ditames do capital como veremos mais adiante quando tratarmos dos grandes projetos amazônicos. Para Freitas (2016, s/p, Orelha):

Os homens e mulheres das comunidades amazônicas aprenderam o raro equilíbrio social de viver em natureza, com o rio e floresta a envolver, e ressignificar a relação indivíduo e sociedade pela reciprocidade entre natureza e cultura única em sua historicidade e particularidade societária originalíssima em sua intersubjetividade, a região reinventa-se nas dinâmicas naturais e sociais a cada movimento de subida e descidas dos rios; seus homens e mulheres e sobrevivem aos movimentos de seus biomas e ecossistemas em planos de proximidades e distância de seus desejos e escolhas. Essas contradições não são as únicas pistas de esclarecimento dos modos de vida humana na Amazônia. Elas próprias só adquirem expressões de reconhecimento quando articulam o passado ao presente das relações sociais e naturais.

O conceito de trabalhador tomado neste estudo é aquele sugerido por Thompson (1987), segundo o qual os trabalhadores estão inseridos na dinâmica do seu próprio “fazer-se”. O trabalho é o exercício do seu próprio pensamento. Adentrar a mata para retirar lenha ou paxiúba com o propósito de construir sua casa, saindo incólume da floresta fechada e hostil, mostra que esses trabalhadores têm conhecimento e domínio de técnicas. É a partir destes conhecimentos que ele planeja o roçado, a derrubada exata das árvores, que organiza a pescaria e a caça antevendo os perigos e as determinações da natureza. Estamos falando do homem amazônico que tem uma história real, mas que é contada de forma incompleta e imperfeita, sujeita à interpretações diversas¹¹ - Como diz Thompson (1987, p. 13),

“Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludista, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão utópico e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade”.

Thompson está se referindo àqueles trabalhadores ingleses que são silenciados pela historiografia, que quase nunca são retratados nas pesquisas, talvez porque o seu modo de vida e de trabalho não encantem os pesquisadores, haja vista que eles possuem um baixo *status* social a ponto de não contribuírem para o PIB – Produto Interno Bruto. Trata-se de uma história vista de baixo (THOMPSON, 2001) e não daquele ponto de vista hegemônico nas ciências voltado para o estudo das elites e dos vencedores. A perspectiva da história vista de baixo dá voz aos trabalhadores de baixo *status*, permite escavar as tradições, as experiências, as subjetividades e os modos de vida, “centrando-se na qualidade de vida, no sofrimento e

¹¹A preguiça e a indolência em relação ao homem amazônico ainda estão presentes no imaginário social, cristalizadas nos relatos dos viajantes. Neste estudo fugimos dos estereótipos e clichês do tipo caboclo, ribeirinho, índio e outros que representam simplificações grosseiras dirigidas aos habitantes da região.

satisfações daqueles que vivem e morrem num tempo tão redimido” (THOMPSON, 2001, p. 72).

As condições de trabalho do trabalhador amazônico – também pouco visibilizadas nas pesquisas – são difíceis e com elevado nível de penosidade, pois, na medida em que o Amazonas é constituído por terras de várzea e terra firme as estratégias de trabalho assumem características fluidas e dinâmicas em meio a grandes riscos. Trata-se de dois ecossistemas distintos que interagem embora cada um mantenha especificidades bem distintas.

As terras firmes são fundamentais para dar continuidade a algumas atividades de trabalho na várzea quando é tempo da enchente. O gado e outras criações domésticas são transferidas para a terra firme no caso em que a maromba¹² não suporta mais, e até famílias inteiras se deslocam para essas terras, fugindo da enchente. As terras firmes não obstante, são pobres em nutrientes.

As terras de várzea são aquelas que se formaram a partir do leito do rio Amazonas e de seus afluentes de água branca ou barrenta. Existem as várzeas baixas e as várzeas altas, as primeiras são aquelas que inundam anualmente seguindo o ritmo normal de crescimento das águas, enquanto que as várzeas altas só inundam se houver crescimento excepcional do nível das águas. Nos últimos anos, especialmente a partir de 2005, as cheias alcançaram níveis excepcionais no Amazonas, batendo todos os recordes das maiores inundações¹³ ocorridas historicamente sendo a de 1953 a maior delas até então.

Esse regime anual de inundação das terras de várzea as torna extremamente férteis. Há grande procura de moradia nestas áreas, por causa da riqueza do solo que potencializa a produção agrícola. Mesmo tendo consciência do caráter de provisoriedade e imprevisibilidade da habitação em razão do regime das águas, as famílias procuram as terras de várzea para morar, porque assim garantem seu sustento em curto espaço de tempo por causa da fertilidade do solo. Não é raro encontrarmos famílias que possuem duas moradas, uma no terreno de várzea e outra no terreno de terra firme ou mesmo na cidade.

¹² Construção de madeira ou paxiúba cercada por paus, uma espécie de cercadura construída sobre as águas onde são colocados os gados para protegê-los da enchente.

¹³ Na Amazônia, as dimensões não racionais da luta pela vida indicam aos sujeitos sociais a presença constante dos desafios e das leis da natureza a lembre-lhes sua origem, a interferir em seus destinos. É desse esclarecimento que o homem da Amazônia constrói sua razão moderada, treinada na inevitabilidade da cheia e da vazante, coerente com os movimentos ritmados da adaptação ao dispêndio de energia. Intensidade do corpo e da ação humana em relações íntimas com a cultura de resistência das populações amazônicas em seu constante recomeçar. Quando esse equilíbrio é rompido, o caminho do inevitável processo civilizador produz perdas e soluções insólitas, produz também resistência, esperança e até resignação. (FREITAS, 2016, s/p, Orelha)

1.3- A economia solidária e a ressignificação dos trabalhadores

A sociedade brasileira vive um momento promissor de construção de uma nova cultura de trabalho que tem na cooperação e na solidariedade o estatuto do seu desenvolvimento. Trata-se da modalidade de trabalho conhecida como economia solidária que é introduzida no Brasil, a partir da segunda metade da década de 90, em resposta à grande crise do emprego que atingia a massa dos trabalhadores no país. Àquela altura o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, juntamente com Jair Meneguelli, então presidente da Central Única dos Trabalhadores- CUT, em reunião com os pesquisadores da COPPE- Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instigaram a universidade pública a contribuir com os trabalhadores para fazer frente à crise. Nascia, assim, a UNITRABALHO-Fundação Interuniversitária de Pesquisa sobre o Trabalho.

Fundada, em 1995, a Unitrabalho rapidamente cresceu e tomou fôlego dentro das universidades formando núcleos locais que fortaleciam e dinamizavam esta rede de estudo e militância na temática do trabalho em cada Estado federado. Em 1997, o grupo de pesquisa da Unitrabalho coordenado pelo professor Paul Singer (USP) no tema da economia solidária, realizou um evento nacional no qual compareceram,

Dirigentes da Anteag, da ITCP/UFRJ, do MST, da FASE e de algumas outras entidades promotoras ou associativas da economia solidária. A esta reunião compareceram colegas da Unitrabalho de todo o país e foi esclarecedor ouvir os relatos sobre cooperativas de novo tipo que estavam se formando em muitos Estados. Ao lado da ITCP/UFRJ e da Anteag, também o MST estava criando cooperativas de produção e de comercialização nos assentamentos de reforma agrária (SINGER, 2000, p.125-126).

O cooperativismo é um modelo de inserção econômica que põe o homem na centralidade do processo produtivo, cujo cariz criador e recriador da hominização assume a perspectiva de constructo humano. O trabalho sempre existiu na história da humanidade. É através dele que homens e mulheres se realizam como seres históricos e sociais no sentido ontológico. É a partir do industrialismo capitalista que ocorre a expropriação do trabalhador tanto de seus meios de produção que lhes permitiam prover as suas necessidades materiais, quanto em sua humanidade. Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 Marx (2004, p.81) diz que,

A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem, além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele, independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

Este trabalho estranhado circunscrito ao processo de alienação, sob os nexos do capitalismo, retira a função mediadora e histórica do trabalho humano. O trabalho humano é igualado à produção de mercadorias posto que, neste percurso predomina o indivíduo isolado, deslocado da sua condição coletiva de trabalhador, ou seja, é um ser subordinado ao mercado e às determinações econômicas. Parece haver uma pretensa naturalização conceitual das relações capitalistas de produção. Não é esta a perspectiva da economia solidária que é uma modalidade de trabalho que passa ao largo do capitalismo, em suas relações de denominação e exploração do trabalhador.

Para além dos aspectos econômicos e da atividade lucrativa em si, o trabalho é fonte de realização do ser social. Como diz Ranieri (2004, p.14) “o trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana”. A ontologia do trabalho é bem mais significativa e simbolicamente expressiva do que o discurso da centralidade do trabalho¹⁴. Estamos nos referindo aos sentidos do trabalho enquanto atividade histórico-social de hominização, em cujo processo ocorre a objetivação e exteriorização do homem, não enquanto indivíduo alienado frente ao trabalho, mas como ser genérico cognitivo, que tem atividade vital consciente que o distingue da atividade animal. “Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ele é somente um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre” (MARX, 2004, p.84).

A economia solidária assenta-se nesta perspectiva de atividade livre na medida em que é pensada, gestada e realizada pelos próprios trabalhadores que, enquanto seres genéricos, forjam e elaboram suas próprias estratégias de sobrevivência. A economia solidária não é um fim em si mesmo, seu produto não tem vida própria, é fruto do trabalho do homem que se objetiva e se exterioriza nele como ser social.

A economia solidária não é nova. Nasce no século XIX nos primórdios da Revolução Industrial sob a denominação daquilo que hoje conhecemos como cooperativismo. Naquele

¹⁴ A centralidade do trabalho, enquanto discurso, emerge na modernidade, ao passo que a ontologia do trabalho também enquanto discurso, é assaz antiga. Remonta às abordagens de Santo Agostinho (354-430) quatorze séculos antes de Marx escrever os manuscritos econômico-filosóficos (Ver Salamisto-2005).

momento em que a Europa passava por profundas transformações advindas com a “revolução das máquinas”, grandes parcelas de trabalhadores foram excluídas do processo produtivo. A forma encontrada para fazer frente àquela situação de marginalização produtiva desses contingentes populacionais foi o modelo cooperativista. Foi assim que as cooperativas surgiram¹⁵, “na tentativa, na época ingênua, de substituir a empresa capitalista desigual e exploradora por empresas industriais modernas, democraticamente autogeridas pelos seus trabalhadores” (SINGER, s/d. p.84).

A origem do sistema cooperativo vem de muito longe. Nasce com os trabalhadores ingleses em moinhos de cereais do século XVIII (1760). Em seguida veio a cooperativa de consumo das tecelãs de Fenwick em 1769 e em 1795 criou-se a Oldham Cooperative Supply Company. Em 1823 já existiam 160 associações na França que posteriormente deram origem às cooperativas operárias de produção.

Essas primeiras tentativas de associativismo não prosperaram, sendo, pois, considerado o marco do cooperativismo moderno a sociedade dos Probos Pioneiro de Rochdale, criada em 1844, em Manchester, na Inglaterra com Robert Owen. Para Singer (2000, p.13), “a economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução, porque ela é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”.

O Brasil tem uma tradição de cooperativa de consumo desde 1887, iniciado por São Paulo e Minas Gerais, depois alcançando o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em cooperativas de crédito, as quais caminharam lentamente até 1930. A partir desse período, a grande depressão mundial estimulou a emergência de cooperativas, sobretudo no Sul do país. Em 1932, o Governo Vargas regulamentou o funcionamento das cooperativas por meio do Decreto nº22. 239, medida que impulsionou fortemente o cooperativismo brasileiro. Os incentivos materiais e fiscais dirigidos às cooperativas a partir de 1945 e a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Em 1951, extinto no Governo Collor, constituíram-se em mecanismos institucionais importantes ao desenvolvimento do cooperativismo no país.

É preciso considerar que no pós-Segunda Guerra Mundial criou-se o Welfare State nos países de capitalismo avançado europeus, como a França, numa combinação fordismo-keynesianismo. O apoio social aos trabalhadores preconizados pelas teses keynesianas como o

¹⁵No nascedouro do pensamento cooperativista ocidental destacam-se os socialistas utópicos como Roberto Owen (1771-1837), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1835), Philippe Buchezi (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882) que formulam as principais ideias e princípios que movem o cooperativismo moderno.

pleno emprego, benefícios sociais, e, um certo poder de compra, permitido a eles para acabar com os estoques de mercadorias, associados à garantia de direitos sociais como saúde, previdência social e assistência social de responsabilidade pública estatal, contribuíram para subordinar as associações à condição de aparelho de Estado. De acordo com Barbosa (2007, p.91),

De maneira geral, as cooperativas também sucumbiram a uma maior formalização, adequando-se às exigências da competitividade da economia de mercado com a modernização das forças produtivas, a ampliação das estruturas organizacionais e a burocratização das práticas participativas.

A partir dos anos 1970 quando a economia dos países europeus começaram a mostrar sinais de inflexão, entrando num declínio e desaceleração, cujo ápice da crise levou o G7 (composto pelos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Japão) a convocar a fatídica reunião em 1989 que ficou conhecida como *Consenso de Washington*,¹⁶ a temática da economia solidária é recolocada na ordem do dia sob novas bases. Nos países da América Latina como Cuba, Chile, Porto Rico dentre outros, esta modalidade de trabalho recebe o nome de economia social, pouco conhecida no Brasil.

No que se refere ao conceito de economia solidária deve-se reconhecer, de pronto, que seu substrato heurístico assenta-se na democracia e solidariedade entre os trabalhadores que, de forma coletiva e com forte apelo da união e cooperação, mobilizam suas energias e força política para criar e administrar empreendimentos econômico-sociais. Trata-se de práticas não só econômicas, mas também sociais, políticas e culturais de ressignificação dos modos de inserção dos trabalhadores na totalidade social. Santos (2002, p.19) aponta que há aqui:

O cruzamento virtuoso entre os conhecimentos técnicos e conhecimentos populares do qual foram decorrendo novos espaços de deliberação democrática e de valorização cultural [...] em que as atividades produtivas têm dimensões muito além do econômico, já que (os trabalhadores) exprimem uma cultura local [...] e um modo de viver e de estar no mundo.

O modo de ser e estar no mundo evoca o princípio da liberdade, de sujeitos livres, capazes de transcender a si próprios num processo de alteridade. Há aqui uma perspectiva de

¹⁶ A grosso modo, essa reunião realizada na cidade de Washington, nos EUA, reconheceu a crise do capital e colocou em marcha o processo de reestruturação produtiva com base numa perspectiva neoliberal de minimização das ações do Estado, que deveria privatizar suas estatais e seus serviços, e de enxugamento da máquina empresarial com excessiva redução de postos de trabalho e exigências globais no âmbito da concorrência de mercado.

constructo do tornar-se humano com o outro, reabilitando o coletivo do fazer junto, tecer junto, numa ressignificação da classe e do seu fazer-se thompsoniano. O aspecto humano da gestão organizacional não poderá ser suplantado por diretrizes metodológicas e técnicas áridas. A afetividade nas relações sociais é fundamental para a manutenção da união e cooperação. A sociabilidade das festas e do lazer, como veremos ao longo deste estudo, é o elemento fundamental que tece a fraternidade.

A dimensão jurídico-institucional assumida pela economia solidária no Brasil, neste novo formato que se generaliza no país a partir de 1990, como dissemos anteriormente, baseia-se no cooperativismo e no associativismo autogeridos. Parece apontar para a substituição estrutural do trabalho formal, realizando a requalificação do trabalho informal e reposicionando-o na esfera pública.

Uma outra face do conceito de economia solidária é a sua dimensão política. Um primeiro elemento político visualizado é a feição popular desta modalidade de trabalho, cujo apanágio é a emancipação social de cariz socialista. Traz a crítica sobre o solidarismo que em tempos passados não vingou no país, porque o cooperativismo de outrora voltado para a agroindústria, não deitava raízes no coletivo popular. A ênfase dada à autonomia dos trabalhadores parece ser “uma herança mesma das lutas sociais de democratização do país, particularmente da cultura de ressignificação de práticas dos nomeados novos movimentos sociais” (BARBOSA, 2007, p.89).

Outro elemento político que compõe o conceito de economia solidária diz respeito aos sujeitos indutores destas práticas. Como dissemos anteriormente, as universidades brasileiras foram os primeiros sujeitos indutores junto com a Central Única dos Trabalhadores, depois vieram os movimentos sociais, a igreja especialmente as Caritas Diocesanas, partidos políticos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores e entidades civis de direitos humanos. Parece ocorrer um certo deslocamento das ações reivindicativas em defesa do emprego e da qualidade das relações de trabalho, junto ao poder público e empresarial, para colocar em desenvolvimento ações pragmáticas de criação de estratégias de sobrevivência. Na concepção de Barbosa (2007, p.90), busca-se dar

Ênfase na positividade das experiências perante os problemas humanos de grande envergadura nessa passagem de século, como, por exemplo, o efeito destrutivo da lógica da acumulação capitalista sobre o meio ambiente e os trabalhadores, tanto em termos de qualidade de vida como de desemprego e pobreza.

Como se vê a economia solidária assenta-se num conjunto de ideias ético-filosóficas e conceituais que evoca a democracia, a solidariedade e o aspecto ontológico do trabalho. Vem juntar-se a esse conjunto de ideias a militância e o protagonismo político dos trabalhadores organizados em empreendimentos solidários, com a contribuição dos agentes indutores que fazem a mediação metodológica destas práticas.

Não se trata, outrossim, de ações simples e fáceis de conduzir. A economia solidária não se desenvolve como no sistema capitalista que dita as normas empresariais e manda que sejam cumpridas por todos. No sistema capitalista os trabalhadores são comandados e deslocados em suas funções num simples toque de caixa. Na economia solidária os trabalhadores são auto-gestionários, são os sujeitos de suas próprias decisões e isto exige respeito às suas culturas de organização democrática e participação popular.

A forma de organização do trabalho consignada na cooperativa é a mais representativa da economia solidária. No conjunto das cooperativas que tem mais possibilidades de mostrar todo o seu potencial econômico é a cooperativa de produção. Neste tipo de cooperativa leva-se em conta a maior participação do trabalhador, o qual obtém lucro, dividendo, conforme a sua produção. Se o trabalhador produzir pouco ele receberá pouco, se produzir muito receberá muito, e se não produzir nada no mês também não receberá nada.

A divisão dos lucros da cooperativa é feita de forma equitativa e não igualitária. O equitativo significa que deve ser repassado ao trabalhador o valor que lhe é justo, devido, conforme a sua produção, e não a divisão igualitária entre todos envolvendo quem trabalhou e quem não trabalhou na mesma proporção. O segundo aspecto importante da cooperativa é a transformação da mais-valia (lucro excedente) em sobra (SINGER, 1998). No final do ano, quando é feito o balanço geral, a sobra é dividida igualitariamente entre os sócios. Este é o tipo de cooperativa que estamos analisando neste estudo no âmbito da Aproducida, que é uma cooperativa de produção agrícola.

Há outros tipos de cooperativas como as de serviço que são aquelas terceirizadas das empresas através da subcontratação, e existem outras consideradas cooperfraudes, porque são iniciativas que usam das prerrogativas do cooperativismo para não pagar direitos trabalhistas, imposto devido ao Estado e outros dispositivos legais. Este tipo não é aceito no conjunto das cooperativas dentro da economia solidária.

Ressalve-se, a este propósito, que nem todas as formas de trabalho informal são consideradas economia solidária. Trata-se daquelas iniciativas econômicas que “não aplicam os princípios da propriedade coletiva dos meios de produção e da autogestão: o trabalhador

ambulante autônomo e o pequeno grupo de produção controlado pelo dono do capital disponível, ainda que mínimo, são alguns exemplos” (FRANÇA et al, 2008, p.17).

O aspecto coletivista e a solidariedade presentes no conceito de economia solidária revestem-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano. Diferentemente das relações de exploração que regem as sociedades capitalistas e que levam os trabalhadores à imanência e coisificação, a economia solidária eleva a auto-estima desses trabalhadores que se recriam e reinventam-se no processo de trabalho. O caráter democrático da economia solidária é fundamental para a funcionalidade dos empreendimentos. A realização de assembleias, a existência de comissões de ética, a elaboração de contratos e a criação de fundos que garantam a operacionalização das ações não devem ser negligenciadas. Esta organicidade garante o sucesso do empreendimento e dá a certeza de que todas as receitas serão revertidas para a própria cooperativa e para os cooperados.

A nossa pesquisa realizada na comunidade rural Nossa Senhora de Aparecida, no município de Coari, evidencia o trabalho cooperativo da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, a qual recebe o nome popular de Aproducida. Em entrevista a uma das lideranças da comunidade ficamos sabendo que “a cooperativa foi fundada em 1999 porque nós percebemos que éramos passado pra atrás com a venda de nossos produtos a um japonês. Nós vendíamos para ele com um preço bem baixo e ele revendia com ágio” (Lucivânia, 35 anos, entrevista/2015). De acordo com Culti (2002, p. 3),

É o povo excluído que tem tomado iniciativas com expectativas de satisfazer suas necessidades e abrir novos caminhos na vida, através do uso de suas próprias forças e recursos, associando-se a outros e organizando-se em grupos, associações e cooperativas. São, portanto, organizações coletivas ou comunitárias em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores.

A formação da comunidade Nossa Senhora Aparecida remonta ao final dos anos 1970, quando um grupo de pessoas que possuem laços de parentesco deslocou-se da área rural do município de Manacapuru, no Estado do Amazonas, para a área rural do município de Coari onde construiu-se novas relações com o lugar, fundando a nova comunidade. Conforme Damião Mota (58 anos), “o motivo do deslocamento destas famílias ocorreu por causa da sobrevivência. O lugar onde morávamos foi ficando escasso, difícil, então saímos para viver melhor aqui” (entrevista/2015). Como diz Culti (2002, p.4), “as experiências de organizações econômicas populares que surgem dos excluídos ou mais pobres constituem uma iniciativa

real em desenvolvimento. São formas econômicas solidárias nas quais o trabalho assume posição central”.

Um dos elementos potencializado no tempo contemporâneo e que aparece no bojo da reestruturação produtiva é o discurso em torno da centralidade do trabalho. A centralidade do trabalho tornou-se uma questão discutível que vai desde facções de centro esquerda até a esquerda radical. Esta questão encontra fundamentos na teoria marxista da esquerda moderada da Escola de Frankfurt, como é o caso de Habermas que considera ser a comunicativo, ou melhor, o agir comunicativo a centralidade. O mundo da vida é que deve controlar o mundo do sistema, diz Habermas (1987). Trata-se de mudanças substanciais que tendem a remodelar os sentidos do trabalho enquanto atividade de constructo humano.

Quando indagamos aos sujeitos desta pesquisa qual o motivo do deslocamento das pessoas de seus lugares de origem para a comunidade Nossa Senhora Aparecida, detectamos que é o trabalho e a melhor comercialização dos produtos agrícolas, que os motivou a buscar outra área territorial. Graciete Mota (35 anos) revela que “pra nós e nossa família o trabalho é tudo, onde nós morávamos a terra não era boa e o preço da produção era muito baixo” (entrevista/2015). Veja, que há nesta fala um forte apelo à centralidade do trabalho. *O trabalho é tudo*, ou seja, é a própria vida, o grande vetor sob o qual os trabalhadores produzem os meios de sua existência material. A vida imateriais também está imiscuída com o trabalho, se considerarmos que no caso da Amazônia, os povos tradicionais estabelecem um forte vínculo de trabalho com a floresta, terra e rios.

Indagada sobre os motivos que impulsionaram a criação da associação na comunidade Nossa Senhora Aparecida, o Presidente da Aproducida revelou que “é para os moradores ter uma vida financeira melhor com uma gestão participativa. É também uma forma de organizar a própria comunidade” (Damião Mota, entrevista/2015). Um outro sujeito da pesquisa diz que resolveram organizar-se em associação “para a nossa comunidade ficar forte, se fortalecer coletivamente para poder reivindicar mais” (Lúcio Barbosa, 61 anos, entrevista/2015).

Organizar a comunidade através do associativismo implica em adoção de princípios, objetivos, métodos e metodologia, remetendo para a construção de uma nova cultura organizacional. De acordo com Garay (1997, p.48),

Uma cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de compreensões, interpretações ou perspectivas compartilhadas pelos indivíduos na esfera de uma empresa ou cooperativa, representando uma complexa rede de princípios, valores, crenças e pressupostos.

No caso das cooperativas os princípios da democracia e da solidariedade são centrais na esfera organizativa dos empreendimentos. No cooperativismo popular os trabalhadores são envolvidos diretamente na gestão do negócio. As normas de funcionamento e os encaminhamentos tomados são construídos coletivamente em fórum apropriado que é a assembleia realizada com os sócios. Dentro deste processo democrático o princípio da solidariedade e o espírito coletivista da união e cooperação se apresentam como fundantes, pilares de sustentação desta cultura organizacional fincada na democracia. Singer (2002, p.9), não obstante, chama atenção para o fato de que “a solidariedade na economia solidária só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais”.

A economia solidária mexe com a vida da comunidade e com a estrutura organizativa das famílias. Quando indagamos sobre a interferência da cooperativa na comunidade, Lucivânea Barbosa (35 anos) disse que “mudou o modo de vida. Todos estão ganhando dinheiro” (entrevista/2015). Uma outra entrevista afirmou: “deu uma virada na nossa vida, temos uma vida financeira melhor com moradias mais adequadas. Todo mundo fez benfeitorias em suas casas, tem seus motores, todos tem canoas” (Francinete Mota, entrevista/2015).

Note-se que a economia solidária é sim uma alternativa possível e viável ao processo de exclusão social, ela tem impacto na situação de pobreza na medida em que melhora a qualidade de vida dos trabalhadores. De acordo com Singer (2000, p13),

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa [...]; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todas; destinação do excedente anual (denominado sobras) também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Se os cooperados observarem os cânones de organização do empreendimento solidário todos saem ganhando. O diferencial deste tipo de organização do trabalho é o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos. A autogestão é a

alma do negócio, todos devem contribuir para seu bom êxito, num repúdio ao assalariamento. Nenhum cooperado deve deixar brecha, vácuo, para que o líder se ache “dono” do empreendimento. Nenhum trabalhador cooperado é funcionário da cooperativa, na verdade são donos, é a cooperativa que recebe a cota ou taxa de cada associado para fazer a manutenção administrativa do empreendimento, e não o contrário. É esta a realidade detectada na Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida. Conforme Francinete Mota,

Os sócios entregam a produção para o Presidente da Associação. Ele confere a produção e retira 20% que fica para o empreendimento e o resto é dividido proporcionalmente com os membros de acordo com a sua produção. Quem não produz, não ganha (entrevista/2015).

Este é o grande desafio posto ao cooperativismo: a divisão equitativa dos lucros. Lembre-se que dissemos anteriormente que o equitativo não é o igualitário, é aquilo que é justo. A proporcionalidade na divisão dos lucros está circunscrita ao quantitativo de produção. Os produtos agrícolas produzidos pelos membros da APRODUCIDA: legumes, hortaliças, grãos e frutas, como veremos mais adiante, são vendidos à Secretaria Municipal de Educação do Município de Coari, para compor a merenda escolar dos estudantes. Então, é preciso que haja esforço de todos os cooperados para poder dar conta dessa responsabilidade. Singer (1998, p.38) alerta para o fato de que “trabalhadores em cooperativas de produção não obedecem a ninguém, não têm patrão e, por outro lado, não podem fazer corpo mole, como acontece muitas vezes com quem tem quem pague seu salário no final do mês”.

A economia solidária não opera com o lucro desenfreado próprio dos moldes da acumulação, aliás, este tipo de associativismo rural de base familiar não consegue nem concorrer com empresas do agronegócio, seria ingenuidade pensar nesta envergadura. A economia solidária cria condições de lucros no âmbito da sobrevivência que pareçam sustentáveis aos olhos do mercado. O princípio da autogestão assume o grande desafio de criar formas diretas de poder popular em vários níveis: associativismo, cooperativismo, arranjo produtivo local, empresas auto gestionárias etc. Trata-se de uma revolução social em potencial cuja concretização ou não é uma possibilidade futura.

II- O CENÁRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAZONAS E A AGRICULTURA FAMILIAR

A vida não dá nem empresta. Não se comove nem se apieda. Tudo quanto ela faz é retribuir e transferir aquilo que nós lhe oferecemos

(Albert Einstein)

2.1- O estado da arte dos empreendimentos solidários no Amazonas

A gênese deste estudo que é a economia solidária surge como resposta ao desemprego e como reação propositiva à grande crise do trabalho, ou melhor, do emprego assalariado que tomou corpo, sobretudo a partir do final de 1980, no Brasil. Esta perspectiva de trabalho que nasce por dentro da organização dos trabalhadores, busca valer-se do ideal de solidariedade para envolver os trabalhadores num processo de geração de renda criado, gestado e mantido por eles próprios. Trata-se de uma dimensão de forjamento e de reinvenção do humano, homens e mulheres que criam e elaboram suas próprias estratégias de sobrevivência e sua forma de estar no mundo.

Poder-se-ia dizer, a partir de Marx (2004), que neste âmbito da ontologia do ser social, de recriação e reinvenção do homem pela via do trabalho, é que fica clara a centralidade do trabalho. O trabalho é visto como o movimento da vida. Ou seja, “o trabalho é a vida e vida é trabalho” como canta Gonzaguinha na canção Guerreiro Menino.

O fenômeno mais belo e inteligente da atual dinâmica do trabalho na sociedade brasileira é a conscientização das massas trabalhadoras, excluídas pela reestruturação produtiva, de que elas são capazes de se reinventar. O *homo sapiens sapiens* emerge abrindo alas para pensar e colocar em prática seus processos de trabalho. Ocorre, então, não só um processo de forjamento e fazimento das técnicas de trabalho que permitem ao animal laborans¹ garantir a sua sobrevivência, como também pode ocorrer dentro da economia solidária um tipo de trabalho no qual o *homo faber* pede passagem. Basta prestar atenção nos produtos produzidos pelos trabalhadores de empreendimentos solidários do ramo de

¹Ver a este respeito Hannah Arendt. A Condição Humana (1999).

marcenaria como mesas, cadeiras e entalhamentos de madeira, cuja durabilidade é de perder de vista. Para Mills(1969, p.233),

O trabalho pode ser visto como um mero ganha-pão, ou como parte mais significativa da vida interior, pode ser encarado como uma expiação ou como uma expressão exuberante de si mesmo; como um dever inelutável ou como o desenvolvimento da natureza universal do homem. Nem o amor nem o ódio ao trabalho são inerentes ao homem ou a qualquer tipo de ocupação.

A perspectiva do trabalho solidário apresenta-se, também, como uma forma de resistência dos trabalhadores frente à tendência de esvaziamento do sentido de classe. A classe operária foi fortemente golpeada pelo processo de reestruturação produtiva que, no afã de reordenar as bases do capital, enfraqueceu as organizações sindicais restringindo seu poder de fogo. E, mais do que isto, a reestruturação produtiva atinge a medula do conceito de trabalhador na medida em que os capitalistas, patrões, passaram a nomear os bravos guerreiros do trabalho, os trabalhadores, como colaboradores. Isto, a nosso ver, é o elemento mais pernicioso deste processo porque esvazia o significado da classe, atinge a identidade operária, trabalhadora. Trata-se da elaboração de um conceito eufemístico que passa ao largo da construção histórico-social e cultural da noção de trabalhador, no seu sentido prático e heurístico².

A perspectiva do colaborador assenta-se na pretensão ideologizante de fazer com que o trabalhador pense que ele faz parte da empresa, que não é explorado, mas, pelo contrário, que é um agente importante que colabora para o crescimento e sucesso da empresa. Esta pseudo imagem acaba cristalizando no imaginário dos trabalhadores a ideia de que ele faz parte de uma família empresarial, que esta família se preocupa com ele e que o “pertencimento” duradouro nela só depende única e exclusivamente dele. Há aqui a ideia de individuação, longe da perspectiva de classe, que subtrai o trabalhador na sua historicidade. Daí a face perversa do conceito de colaborador posto em curso pelo neoliberalismo.

A identidade dos trabalhadores, a sua expressão como trabalhadores, é o chão onde se assenta a economia solidária na medida em que “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem dos seus” (THOMPSON, 1987, p.10). Ou seja, a perspectiva de classe possui uma relação histórica. Os indivíduos se constituem como classe no seu próprio fazer-se, tendo por base as suas próprias experiências. Para Thompson (1987, p.9) as classes se constituem no processo social, através do tempo, de

² Sugerimos a este respeito a leitura de Marx em Os Manuscritos Histórico-Filosóficos (2004).

formas diferentes. E um movimento de “auto-fazer-se ao longo da história”. A economia solidária é um conceito elaborado por dentro das experiências de união e cooperação dos trabalhadores que, entre si, decidem os rumos dados a esta racionalização do trabalho, construindo um *ethos* classista. De acordo com Singer (1998) é por esse caminho que o cooperativismo tem muito a contribuir para a “virada de mesa” da classe trabalhadora.

No Amazonas já foram dados passos importantes em direção à formação de cooperativas e de empreendimentos solidários. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o Amazonas possui 461 empreendimentos solidários distribuídos em 44 municípios. E o que podemos visualizar no quadro 1 a seguir:

SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS NO ESTADO AM	
NOME DO MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Amaturá	3
Anori	8
Apuí	2
Atalaia do Norte	3
Autazes	5
Barcelos	4
Barreirinha	12
Benjamin Constant	8
Beruri	14
Boa Vista do Ramos	8
Borba	5
Caapiranga	5
Carauari	8
Careiro	7
Careiro da Várzea	2
Coari	14
Codajás	5
Eirunepé	7
Humaitá	5
Iranduba	6
Itacoatiara	19
Itapiranga	3
Lábrea	10
Manacapuru	39
Manaquiri	5
Manaus	87
Manicoré	4
Maués	18
Nhamundá	8
Nova Olinda do Norte	5
Novo Airão	12

Novo Aripuanã	12
Parintins	43
Presidente Figueiredo	15
Rio Preto da Eva	5
Santo Antônio do Içá	4
São Gabriel da Cachoeira	12
São Paulo de Olivença	2
São Sebastião do Uatumã	3
Silves	3
Tabatinga	9
Tefé	6
Urucará	3
Urucurituba	3
TOTAL	461

Quadro 1: Empreendimento no Amazonas

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013.

Para analisar essas organizações de trabalho tomamos como parâmetro o conceito de empreendimento econômico e solidário, proposto por Gaiger et al (1999), porque atende fundamentalmente ao apelo da economia solidária no que tange ao seu ideário teórico envolvendo os seguintes elementos conceituais: democracia, participação, autogestão, cooperação, equidade, auto-sustentação e desenvolvimento humano.

O Amazonas não tem um desempenho fraco no âmbito dos empreendimentos econômicos e solidários, já atingiu mais da metade dos 61 municípios. Isto mostra que a economia solidária tem capilaridade, seu alcance social é incontestável. É “uma marcha para uma outra ordem sempre nova e sempre renovada da qual o trabalhador é o agente e o responsável. Uma atitude de fatalismo cede o lugar a uma atitude de esperança” (ÁVILA, 1997, p.9).

Este tempo histórico de reencantamento do humano no âmbito da organização do trabalho, da reabilitação dos sonhos e da esperança como transcendência de si, deixando para trás o corolário da alienação no trabalho, lembra-nos o entusiasmo dos trabalhadores de Rochdale, na Inglaterra, quando protagonizaram e inventaram o trabalho cooperativado no século XIX. Também aqui no Brasil e no Amazonas “o homem descobriu que ele faz a história, que é sujeito, agente da história” (ÁVILA, 1997, p.9). Para este autor,

Foi então na Europa e hoje no Brasil a própria aceleração dos processos sociais que permitiu esta descoberta. Concretamente, ela significou a liquidação de uma concepção estática do cosmos e da ordem social, e a sua substituição por uma visão dinâmica de um mundo em transformação da qual o homem é o demiurgo privilegiado. O mundo social não lhe afigura

mais como uma ordem imutável, de estratificação superpostas e intransponíveis (ÁVILA, 1997, P.9).

Este ideário de autogestão e socialismo ou de democracia econômica e solidária se expressa de formas mais distintas nos diversos períodos históricos, mas em todos eles faz emergir a esperança como a aspiração da utopia emancipatória dos sujeitos que se encontram em estado de vulnerabilidade social. Conforme Nascimento (2004, s/p), “isto significa uma radicalização da economia solidária no sentido de os trabalhadores se apropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história”.

O socialismo autogestionário é uma nomenclatura relativamente nova no âmbito da economia solidária. Advém da experiência dos trabalhadores da Iugoslávia dentro do cooperativismo, iniciado por lá em 1950. Não podemos esquecer, no entanto, que Marx já defendia a associação dos produtores livres e iguais, donde se denota o princípio do cooperativismo. E proclamou a frase que consagrar-se-ia como o lema da economia solidária: “a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. E conclui: “proletários do mundo inteiro uní-vos” (MARX E ENGELS, 1997, p.99).

Não há, necessariamente, um conceito acabado do socialismo autogestionário porque “seria negar o dinamismo da história e das lutas dos trabalhadores. Mas, isto não impede que, em diversas conjunturas da história, sobretudo em seus momentos críticos, o movimento operário construa formulações. Neste sentido, o movimento prático é uma forma de teoria” (NASCIMENTO, 2004, s/p).

É com base nessa ideia thompsoniana do fazer-se, de a teoria brotar da atividade prática, é que afirmamos anteriormente, ser a economia solidária um conceito nascido da experiência dos trabalhadores.

No Amazonas 413 empreendimentos encontram-se em pleno funcionamento e 48 estão em fase de implantação, sendo 200 em área urbana, 143 em área rural e 118 em área urbana e rural. É o que mostram as tabelas a seguir:

Área	Quantidade
Urbana	200
Rural	143
Rural e Urbana	118
Total	461

Tabela 1: área de abrangência dos empreendimentos

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013

Situação Atual	Quantidade
Em funcionamento	413
Em implantação	48
Total	461

Tabela 2: Situação dos empreendimentos

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013.

Note-se que a economia solidária no Amazonas agrupa fortemente os povos tradicionais tais como indígenas, agricultores, apicultores, pescadores, enfim, trabalhadores rurais de modo geral. Em outros Estados da Amazônia como o Maranhão e o Pará envolve os coletores de castanha e de açaí, os balateiros³, quebradeiras de côco de babaçu, extratores de resina, extratores de ervas medicinais, pescadores e quilombolas. De acordo com Almeida (2005, p.10), “neste contexto, as alternativas de desenvolvimento podem ser atendidas como abrangendo o conjunto de medidas adotadas para colocar em execução projetos de reconhecimento do saber nativo”.

Estes trabalhadores dos empreendimentos econômicos e solidários não só têm gestado práticas de mobilização contra a devastação da floresta, a partir de uma consciência ecológica, como também tem lutado pelo reconhecimento dos saberes tradicionais. A luta das mulheres quebradeiras de côco de babaçu pelos babaçuais livres, é um grande exemplo, assim como foi o processo que elas moveram contra a empresa de cosméticos Natura que usurpa recursos naturais da Amazônia, é outro exemplo.

Almeida (2005, p.18) sublinha esta reflexão afirmando que:

As chamadas ‘populações tradicionais’ ou povos e grupos sociais que controlam as ‘terras tradicionalmente ocupadas’ [...] apregoam, através de suas entidades representativas e de diversos movimentos sociais, que este conhecimento intrínseco não pode ser assim expropriado, não pode ser subdividido e retalhado entre laboratórios, desagregando os domínios de saberes em que são socialmente produzidos. O esfacelamento não apenas colide com processos de afirmação étnica como pode destruir as unidades culturais e, ter, por extensão, um impacto negativo sobre centenas de experiências produtivas de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e pequenos produtores agro-extrativistas em toda a Amazônia.

Não se deve mais pensar a Amazônia de forma caricata como é o caso da ideia positivista que insiste em ver os povos tradicionais como meros guardiões da floresta como se fossem jardineiros ambientais, ou como diz Torres (2005), uma espécie de duendes imiscuídos na mata. Eles possuem capital social milenar, um acúmulo de conhecimentos

³ O mesmo que seringueiro na extração do látex.

tradicionais que formam o arcabouço de suas práticas sociais e de suas concepções sobre o mundo material e imaterial, fundamentais para a reprodução da espécie e conservação da floresta. De acordo com Silva (1996, p.217),

A questão amazônica também tem fundamentos de outra natureza que não estão circunscritos à história, à cultura e à sociedade nacional: a luta pela terra, pela autonomia de organização comunitária, pelo usufruto dos recursos do subsolo que repõem a questão indígena e questão agrária no contexto das classes e da luta de classes nacionais e internacionais dão, à questão amazônica, uma qualidade nova e outras perspectivas de encaminhamento da questão nacional brasileira.

A economia solidária que também é um movimento social repõe à sociedade nacional algumas velhas questões amazônicas como a necessidade de estabelecimento de leis que regulamentem o saber tradicional, políticas de manejo contínuo, contratação de técnicos agrícolas e rurais para realizar acompanhamento sistemático aos empreendimentos solidários dentre outras questões. É verdade que o conhecimento científico encontra-se presente no desenvolvimento da economia solidária em todo o país, através das incubadoras⁴ e dos núcleos locais da Unitrabalho. Não obstante, estas iniciativas são insuficientes para realizar o monitoramento técnico que os empreendimentos necessitam. De acordo com Vieira (2010, p.162), “para dar suporte a esses empreendimentos solidários o Núcleo Local da Unitrabalho da Universidade Federal do Amazonas, vem construindo técnicas de sistematização e organização do processo de incubação de cooperativas”.

Atente-se para o fato de que a incubação consiste num processo de acompanhamento técnico feito por professores das universidades. A metodologia de incubação envolve um conjunto de procedimentos que vão desde as primeiras reuniões com o grupo de pessoas interessadas em criar um empreendimento, passando pela formação do grupo, até sugestões dadas para encaminhamentos práticos e tomadas de decisão. Conforme Vieira (2010), inicialmente, a equipe da Unitrabalho realiza reuniões e oficinas com um grupo de pessoas e, por meio de suas falas, a equipe tenta captar qual é a vocação natural do grupo. Isto é importante porque nunca se vai conseguir que uma pessoa que não gosta de se relacionar com o público trabalhe com turismo, por exemplo.

É importante chamar a atenção para o fato de que toda e qualquer decisão é tomada pelas pessoas interessadas em criar o empreendimento, o que a equipe da Unitrabalho faz é contribuir para ajudar a discernir o melhor negócio, a partir da vocação do grupo. O êxito do

⁴ Incubadora é a denominação técnica dada ao conhecimento científico das universidades no que tange ao acompanhamento profissional prestado aos empreendimentos econômicos e solidários.

negócio vai depender da vocação natural do grupo, do contrário, será difícil manter a sustentabilidade do empreendimento. E, diga-se, que mesmo se a vocação natural do grupo seja bem acentuada para dar início a um empreendimento, “nunca se pode deixar de realizar uma análise econômica para garantir posteriormente a sua sustentabilidade” (VIEIRA, 2010, p.162).

A metodologia de incubação assume uma racionalização embasada nos princípios de democracia e autonomia, como basilares das práticas sociais da economia solidária. A incubação é, pois, a metodologia que orienta essas práticas sociais fundadas num arcabouço teórico construído coletivamente, em meio às experiências vividas. Como diz Vieira (ibidem, p.162), “procuramos utilizar uma metodologia que possa auxiliar na formação de um sentimento de autonomia, desenvolvendo nas pessoas a capacidade de interdependência, de cooperação, de compartilhamento e de participação”.

O processo de incubação de cada empreendimento econômico e solidário tem duração de cinco anos. Depois que a equipe da Unitrabalho avalia que determinado empreendimento não necessita mais da contribuição dos professores da universidade, que os trabalhadores já podem caminhar sozinhos neste processo autogestionário, a equipe se retira e desencuba o empreendimento. Este processo recebe a nomenclatura de encubação porque durante cinco anos o empreendimento fica sob monitoramento da Universidade, não paga impostos e outras taxas públicas, encontra-se em processo de formação.

Na tabela abaixo podemos visualizar as formas de organização dos empreendimentos econômicos e solidários no Amazonas. Vejamos:

Formas de Organização	Quantidade
Associação	214
Grupo Informal	179
Cooperativa	43
Sociedade Mercantil de Capital e indústria	15
Outra	8
Sociedade Mercantil por Cotas de Responsabilidade Limitada	2
Total	461

Tabela 3: Formas de Organização

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/2013

Veja-se que estes empreendimentos são em sua grande maioria associações seguido de grupos informais e cooperativas. Estudos como os de Gaiger et al (1999), Singer (2000),

Barbosa (2007) dentre outros indicam que esta é uma realidade, uma tendência encontrada em o todo país. O associativismo realmente é o carro chefe da economia solidária, pois como diz Culti (2004, p. 3-4), trata-se de “organizações coletivas ou comunitárias em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores”.

Esses empreendimentos fabricam uma variedade de produtos que vão desde os artefatos de madeira, palha, cordoaria, passando pela lavoura e farinha de mandioca, até a confecção de vestuário. É o que constatamos no quadro 2,

Atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos solidários do Amazonas

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1º	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto móveis	50
2º	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária	39
3º	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	38
4º	Fabricação de artefatos de cordoaria	32
5º	Confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	29
6º	Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal	27
7º	Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano	25
8º	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	22
9º	Pesca e serviços relacionados	22
10º	Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	16
11º	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	15
12º	Fabricação de produtos diversos	12
13º	Fabricação de tecidos especiais - inclusive artefatos	12
14º	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	11
15º	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário	11
16º	Fabricação de outros produtos alimentícios	10
17º	Confecção de roupas profissionais	9
18º	Exploração florestal	9
19º	Criação de outros animais	9
20º	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer material	9

Quadro 2: Atividades econômicas mais frequentes nos empreendimentos.

Fonte: Setrab / Fórum de Economia Solidária do Amazonas - 2013

De forma mais difusa fora do *ranking* aparecem as bijuterias, crochê, móveis, sabonetes, hortigranjeiros, banana, cestos diversos, cupuaçu, macaxeira, leite, mel, milho e outros. Todas estas atividades assumem um aspecto político-socioambiental bem definido, combinando trabalho e conservação do meio ambiente. Merece também menção o fato de que a economia solidária assume um lugar de destaque dentro do desenvolvimento local sustentável, na medida em que não só promove a geração de renda aos povos tradicionais, como também contribui para a divulgação do saber tradicional acumulado ao longo do tempo. Os produtos fabricados pelos povos tradicionais da Amazônia contém os traços identitários destes povos, pois, como sinaliza Almeida (2005, p.28), “qualquer propostas de alternativas de desenvolvimento ou de desenvolvimento local sustentável passa [...] pelas formas de agregação de valor dele derivadas”. E conclui dizendo: “passa por um novo gerencialismo nas associações e cooperativas agro-extrativistas porque incorpora fatores étnicos, de identidade de gênero e de ênfase no entendimento dos sujeitos da ação” (IBIDEM, p.28).

Um dos pilares da economia solidária é a valorização do homem, ela traz o trabalhador para dentro da cena do trabalho com toda a sua bagagem cultural e de experiência sócio-histórica. Não o vê como parte do processo, mas como sujeito central da ação. Parte-se do “princípio de que o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio” (VIEIRA, 2010, p.162).

Cresceu fortemente o número de empreendimentos solidários no Brasil. Há novos segmentos no cooperativismo como é o caso do cooperativismo popular, a exemplo da APRODUCIDA, que investigamos. Cresceu o cooperativismo no ramo agropecuário e de serviço, assim como no ramo da produção, enfim, ocorreu uma grande proliferação de empreendimentos associativistas da forma bem diversificada como vimos no caso do Amazonas. Trata-se de associações formais e informais, de negócios no âmbito familiar, pequenas indústrias artesanais e de bijuterias que fabricam anéis, gargantilhas, pulseiras com jarina, côco de tucumã e capim dourado da Amazônia — as chamadas tecnologias sociais —, enfim, estratégias inovadoras de geração de renda no âmbito da economia popular.

Uma crítica, porém, deve ser dirigida à economia solidária que é o fato de ela não garantir os direitos trabalhistas aos trabalhadores. Sem dúvida que esta modalidade de trabalho é uma saída inteligente no campo da geração de renda e da sociabilidade dos trabalhadores, mas o fato de não ser incluída no sistema previdenciário representa perdas e sérios obstáculos futuros de sobrevivência a estes trabalhadores.

O sistema previdenciário brasileiro não prevê a inclusão à seguridade social aqueles trabalhadores que não recolhem dividendos à Previdência Social. Isto é um problema porque

esta forma tributária, não universalizada, deixa de fora grandes contingentes de trabalhadores que também contribuíram para a riqueza do país e, no fim da vida produtiva, são “descartados” sem o mínimo de direitos. O Estado brasileiro tem que encontrar formas de inclusão dos trabalhadores informais à seguridade social e, isto em tempo breve, ou a economia solidária se transformará numa frustração coletiva, e o Brasil, terá perdido seu prazo histórico para se tornar um país democrático e desenvolvido.

2.2- Apresentando o Campo da Pesquisa

A Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade nossa Senhora Aparecida-APRODUCIDA, objeto deste estudo, está localizada no município de Coari, no Amazonas. O município possui uma área territorial de 57.230 km² e uma população de 73.475 habitantes (IBGE/2010). Faz limite com os municípios de Anori, Codajás, Maraã, Tapauã e Tefé que compõem parte da mesorregião do Médio Solimões.

O povoado de Coari foi fundado no início do século XVII pelo padre jesuíta Samuel Fritz. Recebeu esta denominação em homenagem à origem indígena de seus habitantes, cujo léxico linguístico continha o termo *coaya caryu* que significa rio dos deuses. A realidade desde pacato povoado começou a ser modificada quando ocorreu a descoberta de uma fonte de petróleo de excelente qualidade, juntamente com uma grande jazida de gás natural com cerca de três mil metros abaixo do solo.

Em 1986 foi descoberto o primeiro campo comercial de óleo e gás natural no rio Urucu, afluente da bacia do Solimões, 600 quilômetros a sudoeste de Manaus, no município de Coari. Este evento é considerado um marco decisivo na história da Petrobras e no processo de desenvolvimento local e regional.

As atividades petrolíferas no Urucu beneficiam diretamente toda a região Norte do país, pois a Petrobras dispõe de uma infraestrutura que facilita a disponibilização de gás natural, que é o combustível essencial das novas termelétricas projetadas para suprir a deficiência de energia elétrica no Amazonas. Dois anos depois da descoberta da província de Urucu o óleo estava sendo escoado por balsas até a Refinaria Isaac Sabbá-REMAN, sediada em Manaus. De acordo com TORRES (2012, p.17), “trata-se de um grande projeto econômico de cariz capitalista que lança suas bases na Amazônia sob o discurso do desenvolvimento regional”.

Evidentemente que grandes impactos atingiram a floresta, as terras e os rios, além de certos prejuízos à vida dos povos tradicionais e que seria demasiado inócuo expô-los aqui já que não é este o nosso propósito neste estudo.

O município de Coari recebe *royalties* da Petrobras que é o imposto pago ao povo pela exploração de seu território e, por este motivo, deveria ser o município mais próspero do Estado do Amazonas depois de Manaus. Ao contrário, pois, segundo Ribeiro (2008), sua população vive em estado de vulnerabilidade social, acometida por doenças como diarreia pela ausência de saneamento básico e outras endemias. Coari ocupa o quinto lugar no IDH (0,672), em comparação a outros municípios envolvidos no projeto gasoduto (PNUD/2000).

Esta é a realidade vivida pelos moradores da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida, localizada a poucos metros da cidade de Coari, sendo, pois, necessário só atravessar o lago Coari para chegar à comunidade. Encontra-se situada na frente da cidade, no outro lado do rio. Os moradores desta comunidade assim como todos os outros povos tradicionais do interior de Coari, precisam forjar suas próprias formas de sobrevivência, porque não são beneficiados pelos *royalties* de que têm direito. Torres (2012, p.17), é enfática em afirmar que “o desenvolvimento humano passa ao largo nesse processo de exploração de petróleo e gás. Os *royalties* repassados pela Petrobras àquela municipalidade não alcançam as populações locais”.

Não é demasiado afirmar que esta realidade de os *royalties* não alcançarem os povos tradicionais, já se tronou naturalizada na Amazônia, é a tendência geral dos grandes projetos amazônicos. As condições de vida dos povos tradicionais é prova cabal de que as políticas públicas não chegam em sua completude às áreas rurais. No caso de Coari que supúnhamos haver um conjunto de benefícios sociais dirigidos à população, não constatamos em pesquisas anteriores realizadas lá⁵.

A prefeitura de Coari mantém em funcionamento um único Programa Social que é o Bolsa Coari Produtiva, que garante o benefício para a área rural. Todos os demais programas sociais são do Estado brasileiro administrados pelo MDS-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como é o caso do Bolsa Família e do Bolsa Pró-Jovem Adolescente que os moradores recebem. As políticas de transferência de renda como o Bolsa Família é uma realidade muito recente na área rural, remonta ao ano de 2003, momento em que o Estado brasileiro realiza a expansão das políticas públicas (TORRES,2012).

⁵ Ver o livro O ethos das mulheres da floresta, organizado por Iraildes Caldas Torres (2012).

Em maio de 2015 quando estivemos em trabalho de campo na comunidade Nossa Senhora Aparecida fomos informados que o Programa Luz para Todos tinha chegado à comunidade no dia 01 de abril de 2015. Damião Barbosa (58 anos) presidente da cooperativa (APRODUCIDA) dizia com humor que “este é o dia da mentira, será se é verdade?” (entrevista/2015). Ou seja, este é um povo tão esquecido pelos poderes públicos que causa estranheza e admiração quando são lembrados.

Embora o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva tenha colocado “freio” no neoliberalismo que tinha tomado impulso no país, especialmente no campo das políticas sociais injetando recursos nas políticas de transferência de renda, não podemos falar em inserção econômica do grande contingente populacional beneficiário destas políticas. É necessário, pois, inserir a população em políticas de emprego acompanhadas dos direitos trabalhistas e com garantia de aposentadoria no final da vida produtiva, conforme sublinhamos anteriormente, sob pena de o Brasil perder o seu tempo histórico de se tornar um País republicano com todas as prerrogativas que comporta inerentes a este termo. Sem a garantia constitucional dos direitos sociais e trabalhistas torna-se difícil falar em Estado republicano no Brasil.

Ao retomamos o fio condutor de nossa pesquisa é pertinente explicitar que antes de procedermos à coleta dos dados foi necessário estabelecermos uma relação de familiaridade, reciprocidade e confiança mútua com os moradores da comunidade. É bem pertinente, a este respeito, as sugestões de Oliveira (2006, p.3) de que o pesquisador deve ter “o olhar e o ouvir disciplinados”. A postura que adotamos foi realmente colocar-nos nesta situação de olhar, ouvir e observar. Aliás, observar tudo, não deixando escapar nada, ao menos naquilo que estava ao nosso alcance. A nossa contrapartida à comunidade é revertida no trabalho técnico-formativo para os membros da associação, ministrando seminários e oficinas sobre associativismo e cooperativismo todas as vezes que nos chamam e demandam esses serviços.

A comunidade Nossa Senhora Aparecida foi fundada nos anos 1970 por um grupo de pessoas constituído por relações de parentesco que deixaram a área rural de Manacapuru⁶ para buscar meios de sobrevivência no interior de Coari. A área territorial desta comunidade é de 750 metros de frente, possui 22 famílias, em torno de 100 habitantes. De acordo com Damião Barbosa “é a comunidade que mais produz para Coari” (entrevista/2015).

A precariedade das condições econômicas são vistas como fatores centrais para os deslocamentos das pessoas de seus locais de origem. Para Vainer (2001, p.179), “não se trata

⁶Os moradores se deslocaram do rio Copear, Manacapuru, e do rio Coari Grande pertencente ao município de Coari e do Estado do Rio Grande do Norte.

de um processo predominantemente espontâneo”. Está associado à forma “como o capital se apresenta no processo de mobilização da mão de obra [...]. Por isso, esses novos deslocamentos podem ser compreendidos também a partir da mobilidade da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2005, p.98). De acordo com Heidmann, (2004, p. 34),

Até certo ponto pode-se afirmar que a violenta migração para a região norte entre 1970 e 1980 se transformou em válvula de escape para reduzir as tensões de outras regiões do país e abafar as desigualdades sociais que se evidenciavam de maneira escandalosa.

Certamente, são estes os motivos do deslocamento dos primeiros moradores da comunidade de Nossa Senhora Aparecida, pois como diz Damião Barbosa, “eu sou nascido no Maranhão, mas foi aqui no Amazonas que eu encontrei meios para viver” (entrevista/2015). Não resta dúvida o fato de que o Amazonas é uma terra próspera e abundante em recursos naturais alimentícios, haja vista a grande quantidade de rios, lagos, paranás e igarapés piscosos, somando à terra da várzea rica em nutrientes para o desenvolvimento da agricultura.

A vocação natural dos moradores de Nossa Senhora Aparecida é a agricultura familiar. Quando perguntamos aos sujeitos desta pesquisa que produtos agrícolas eram produzidos na comunidade, obtivemos os seguintes relatos: “cebola, couve, caruru, alface, maxixe, feijão de corda, camu camu, noni, jenipapo” (Lucivânia, 35 anos, entrevista/2015). Lúcio Barbosa (61 anos) acrescenta: “cocô, goiaba, limão, laranja, abiu, acerola, maracujá, banana, jambo, carambola, pimenta doce, cebolinha, cheiro verde, manga” (entrevista/2015).

Na várzea amazônica é encontrada uma grande variedade de tubérculos, leguminosas, hortaliças e frutas porque “a terra é boa, roxa, tudo o que planta dá” (Lúcio, entrevista/2015). De acordo com Noda et al (2015, p.43) “os solos do ecossistema de várzea dos rios de água branca apresentam alta fertilidade natural, mas constituem uma pequena porção do território amazônico e são possíveis de serem utilizados apenas durante o curto período das vazantes”. Para lidar com a plantação e produção neste curto período das vazantes os agricultores se utilizam de estratégias de mobilização de mão de obra além da encontrada no município, como é o caso do ajuri ou puxirum, especialmente quando as águas sobem rapidamente. Esta estratégia evita, muitas vezes, que grande parte da plantação seja submergida pelas águas, causando perda dos produtos.

O ajuri ou puxirum são nomenclaturas da língua geral, *Nhengatu*, que têm o significado de trabalho coletivo. Ajuri é utilizado na região no alto rio Negro e mesorregião do Solimões, e puxirum é usado no Médio e Baixo Amazonas. Na mesorregião do Solimões é

comum as famílias rurais recorrerem ao ajuri ou mutirão para “salvar” suas roças. A família que mobiliza o trabalho de parentes, vizinhos e conhecidos responsabiliza-se por oferecer o almoço e distribuir parte da produção do dia com estes ajudantes, com o compromisso de promover um baile no final da safra agrícola. Em outras comunidades como em Divino Espírito Santo do Izidoro⁷, também do município de Coari, o ajuri é retribuído a outra família com o próprio trabalho.

Candido (2001) vê o mutirão como uma das formas de solidariedade caracterizada pelo trabalho coletivo de ajuda mútua. Trata-se de uma espécie de rede social dos tempos atuais, mas que conforme Thompson (1987, p.49), “há evidências no final do século 18”.

O ajuri gera uma relação de reciprocidade necessária para a vivência da vida em sociedade. No caso dos moradores de Nossa Senhora Aparecida o trabalho coletivo é uma realidade cotidiana, porque é realizado pelos membros da associação. Não é exatamente nos moldes do ajuri porque é desenvolvido pelas famílias, mas não deixa de ser um trabalho que mobiliza a união e cooperação mútua. Francinete (35 anos), uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa relata as formas de sociabilidade da Aproducida nos seguintes termos:

Aqui na comunidade todos se ajudam. Todo primeiro domingo de cada mês a Associação faz uma reunião com todos nós, seus membros, para discutirmos nossas ideias e sabermos o que se passa com as famílias. No segundo domingo há uma reunião com toda a comunidade, no terceiro domingo é agendado para a visita em outras comunidades, e no último domingo temos um almoço comunitário (entrevista/2015).

A reciprocidade e afetivamente no âmbito do trabalho coletivo são práticas sociais fundantes da cooperação, cujo diálogo e tomadas de posições conjuntas dão o tom da sociabilidade de uma gestão democrática e participativa. As famílias tecem uma rede de relações entre si e isto é “o elemento integrante da sociabilidade do grupo que, desta forma, adquire consciência de unidade e funcionamento” (CÂNDIDO, 2001, p.67).

A criação de uma associação foi uma “sacada” inteligente dos moradores da comunidade Nossa Senhora Aparecida, eles que viviam esquecidos pelo poder local, trataram de encontrar saídas para o estado de pauperização no qual se encontravam. Vieira (2010, p.162), assinala que “o humano não nasce inteligente, mas também não é passivo sob a influência do meio, isto é, ele responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada”. A troca de ideias de algumas lideranças da comunidade com agentes do IDAM- Instituto de

⁷ Ver o livro o ethos das mulheres da floresta (TORRES, 2012).

Desenvolvimento Agrícola do Amazonas e com alguns professores da Universidade Federal do Amazonas, Unidade Permanente de Coari, foi fundamental para dar os primeiros passos rumo à fundação da APRODUCIDA.

A forma encontrada por Lúcio Barbosa para prover a sua sobrevivência e de suas famílias foi o cooperativismo nos moldes da economia solidária, embora eles não soubessem o seu significado porque ninguém tinha conversado com eles sobre este tema. Guimarães (1998, p.22), chama a atenção para a necessidade de conhecimento sobre o cooperativismo popular, “principalmente, ter clareza das consequências do processo, no sentido de evitar a má utilização deste importante instrumento”. Sem dúvida, é fato consensualizado, a necessidade de os trabalhadores se apropriarem bem do sistema cooperativado, especialmente este de cariz popular, que é novo, e supõe a aquisição de uma cultura científica.

Singer (2002, p.129), é enfático ao dizer que é necessário que os trabalhadores “adquiram cultura científica no campo da economia solidária [...], abrangendo inovações institucionais mais ou menos recentes como o banco do povo e os clubes de troca”.

De acordo com o Banco Palma e o Ministério do Trabalho e Emprego⁸ os clubes de troca

São moedas não-oficiais, utilizadas por um certo grupo, como um clube, ou por participantes de eventos, geralmente para troca de serviços ou produtos. A moeda social surge na economia solidária como alternativa ao escambo, e possui características próprias. É considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de trabalho dos grupos que participam da economia da localidade. Seu uso é restrito, e a sua circulação beneficia a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local. Sempre observando o lastro (para cada moeda social uma moeda oficial do mesmo valor). Sua criação se inspira nos conceitos da economia solidária de articulação e trocas da economia, na produção e comercialização de produtos que vai além da lógica capitalista, por beneficiar a comunidade local e trazer desenvolvimento. A moeda social, por sua circulação restrita, auxilia a diminuir o poder centralizado da economia capitalista globalizada, e promove a inclusão social.

Esses clubes de troca são uma forma de os empreendedores escoarem sua produção e não voltarem para casa com os produtos, e sim com moedas sociais que podem ser utilizadas em outras feiras de trocas, explica Carlos Henrique de Castro, do Fórum de Economia Solidária de São Paulo e que participa da organização desses clubes de troca no estado.

⁸<http://www.emprego.sp.gov.br/noticias/artigos/banco-do-povo-uma-iniciativa-bem-sucedida-de-empreendedorismo> acessado no dia 06.01.2013.

Para David Zaia, Secretário de Estado de Emprego e Trabalho, o Banco do Povo foi inspirado na experiência de sucesso do Prêmio Nobel da Paz Muhammad Yunus, em Bangladesh, que começou com um empréstimo de seu próprio bolso, baseado na confiança múltipla de uma rede inicial de cinco pessoas. Dessa iniciativa segundo o Banco Palma e o Ministério do trabalho e Emprego,

Surgiu Grameen Bank (Banco do Povo, em português), destinado a empréstimos para famílias pobres, sem acesso a crédito tradicional. Contrariando as grandes instituições financeiras que vaticinavam o seu fracasso, a experiência deu certo e proporcionou um excelente retorno do capital emprestado. Emprestar as pessoas de baixa renda é uma excelente iniciativa porque contribui para reduzir a pobreza, integrar o ser humano à sociedade, resgatar a sua autoestima e estimulá-lo a se desenvolver. Também apresenta retorno garantido, pois os clientes de baixa renda honram os seus compromissos. A taxa de adimplência do Banco do Povo Paulista é de 98%, bastante alta à semelhança da iniciativa de Yanus, na década dos anos 80. Mas ao contrário de seu inspirador, publicamente avesso à participação do Estado, o BPP demonstrou que é possível fazer de um programa de microcrédito uma iniciativa bem sedimentada, que permita oferecer serviço público de qualidade, sem viés político. Um dos nossos diferenciais em relação aos bancos comerciais, além da taxa de juros simbólica e a desburocratização na concessão do crédito, é o atendimento dos agentes de crédito, que vão aos clientes e os orientam em todo o processo, da contratação do empréstimo ao longo do empreendimento. Os beneficiários podem ser pessoas físicas e jurídicas. Os juros são de apenas 0,7% ao mês. As mulheres são as que mais contraem empréstimos atualmente, mas os homens ainda são responsáveis pelos empréstimos mais elevados. São costureiras, cabeleireiras, carpinteiros, pedreiros, enfim, pequenos empreendedores, na faixa etária dos 30 aos 60 anos. Mas está aumentando a procura de crédito por parte de jovens com menos de 30 anos, lembrando que é possível contrair financiamento a partir dos 18 anos. Cada cliente pode emprestar de R\$ 200 a R\$7,5 mil, dependendo se for pessoa física ou jurídica, com prazo de pagamento de até 36 meses. O dinheiro pode ser utilizado em crédito produtivo, com a compra de um equipamento, como a máquina de costura, o aparelho do esteticista, ou em capital de giro, para ser empregado na expansão e manutenção do negócio⁹.

O brasileiro é um povo empreendedor, mas sente falta de oportunidades para impulsionar sua criatividade e sua vocação. Ainda são poucas as iniciativas de microcrédito no país e São Paulo, com o Banco do Povo, demonstra que novas experiências do gênero são possíveis.

Os aspectos coletivistas e de cooperação assim como a solidariedade entre os membros da associação são elementos fundantes da economia solidária. E, a propósito disto, perguntamos aos sujeitos desta pesquisa o que eles entendiam por cooperação, obtivemos

⁹<http://www.emploi.sp.gov.br/noticias/artigos/banco-do-povo-uma-iniciativa-bem-sucedida-de-empreendedorismo> acessado no dia 06.01.2013.

respostas variadas, tais como: “ajuda, reuniões comunitárias, puxirum, trabalho em grupo, ajuda de uns aos outros, não sabe dizer” (respostas à questão aberta do formulário, pesquisa de campo/2013).

As respostas não estão fora do contexto do termo inquirido, ao contrário, retratam bem o que é o espírito e o princípio da cooperação baseado na união, solidariedade e bem viver coletivamente num empreendimento. É por este motivo que essa modalidade de trabalho recebe a denominação de economia solidária, porque está alicerçada nas bases fincadas na solidariedade, como alude Singer (1998).

Retomamos os dados de nossa pesquisa reconhecemos que Nossa Senhora Aparecida é uma típica comunidade na acepção de Wagley (1988). Possui uma Igreja católica, uma escola e um barracão que funciona como uma espécie de Centro Comunitário. De acordo com Wagley (1988, p.125),

O modelo de organização espacial observado em comunidades amazônicas é fruto de herança jesuíta na região, cujo plano estrutural tem na edificação da Igreja seu principal símbolo, sendo geralmente localizada numa área central da comunidade e de frente para o rio.

A Igreja é, realmente, a representação mais definida do cristianismo sob a intervenção jesuítica na Amazônia. A cruz, ícone do Cristianismo, era imediatamente fincada na localidade onde os missionários construiriam um vilarejo para reunir o povo em profissão de fé. A conquista religiosa da Amazônia foi ostensiva, os missionários não baixaram guarda e nem dormiram no “ponto”, pois, tratava-se de um grande projeto de colonização cristã para evangelizar os indígenas que pretensamente tomariam parte nas fileiras do catolicismo que perdia espaço para o protestantismo de Lutero.

Comunidade amazônica, como conceito explicativo das relações de pertença à uma territorialidade, “são grupos que se organizam para viver uma vida relativamente comum em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos” (WAGLEY, 1988, p.44). Segue o autor dizendo que,

É nas comunidades que os habitantes de uma região ganham vida,/educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições, seus tabus e são movidos por valores e incentivos de suas determinadas culturas (IBIDEM, p. 44).

A comunidade Nossa Senhora Aparecida conta com os seguintes equipamentos sociais: 01 motor de luz pequeno e 01 outro grande (72 HP) que nunca funciona, conforme

fomos informados por ocasião da pesquisa de campo. Há 01 escola e 03 casas de vegetação que foram construídas pela Petrobras em contrapartida aos comunitários pelo fato de o gasoduto atingir a comunidade. Importante ressaltar que estes equipamentos não foram construídos com recursos dos *royalties* repassados à Prefeitura de Coari, pois estes, nunca chegam às comunidades. São benfeitorias sociais feitas pela própria Petrobras, com o intuito de reparar os prejuízos causados às populações tradicionais atingidas pelo gasoduto, o que contribui para o desenvolvimento das pessoas que moram na comunidade.

A comunidade possui também 01 comércio em forma de pequena taberna na casa do líder Damião Barbosa; em 15 casas há antenas parabólicas e, recentemente, foi instalada luz elétrica no âmbito do Programa Luz para Todos do Governo Federal. A água não é tratada, o lixo é incinerado e a comunidade não conta com os serviços de saúde, não tem posto de saúde.

A comunidade Nossa Senhora Aparecida, no geral, possui uma organização social própria dos pequenos grupos rurais, organizados como “comunitários”, segundo a concepção de Durhan (1972). No caso desta comunidade objeto de nosso estudo, o grupo rural também é composto pelos cooperados, já que as famílias estão associadas à Aproducida. Trata-se de um grupo que se organiza em torno da produção econômica, mas que tem uma preocupação com o meio ambiente e com a sociabilidade da vida, envolvendo toda uma rede de simbologia que inclui as festas e a religião.

Para Durkheim (1989), há estreita relação entre religião e festas, entre recreação e estética. O pensador mostra que há uma proximidade entre o estado religioso e a agitação, o delírio, os excessos ou exageros das festas. Há, também, uma hierarquização nas festas, o sagrado está acima do profano. A música só começa a tocar quando a novena termina. É o que revela Francinete Barbosa, uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa:

Aqui na comunidade nós temos a festa da padroeira Nossa Senhora Aparecida, que é realizada no dia 12 de outubro. Nós fazemos o novenário de nove dias e neste momento partilhamos merenda e almoço coletivo. No dia da festa que é 12 de outubro tem um baile que só começa quando termina tudo na Igreja, culto e procissão (entrevista/2015).

De acordo com Durkheim (1989, p. 69), “as coisas sagradas são facilmente consideradas como superiores, em dignidade e poder, às coisas profanas e particularmente ao homem, quando este não é senão homem e não tem, por si mesmo, nada de sagrado”. Existem outras festas na comunidade Nossa Senhora Aparecida, no âmbito das comemorações, como revela Francinete Barbosa: “temos as comemorações do Dia das Mães com almoço coletivo, distribuição de presentes e prêmios. Fazemos a mesma comemoração no Dia dos Pais”

(entrevista/2015). “O futebol de campo, é uma atividade diária, todo dia às 17h30 é parada obrigatória para os homens” (Damião Barbosa, entrevista/2015).

As festas e as comemorações além de possuírem um forte apelo à sociabilidade e fortalecimento dos laços de união e cooperação possuem, também, um grande significado simbólico. Na celebração do culto à divindade percebe-se a força religiosa do grupo que, em primeiro lugar, agradece a Deus pelas coisas boas que acontecem na comunidade e, em segundo lugar, levam as oferendas (alimentos) para serem abençoadas na missa que raramente é celebrada por ocasião da desobriga que o sacerdote realiza na comunidade. Para Tosta (1997, p.60),

A religião como um lugar de reza, de oração e de refinamento da fé, da novena e da procissão, da reflexão, da discussão das agruras e alegrias cotidianas; do negócio e do ócio, do encanto e do desencanto, da recriação de um espaço utópico chamado de comunidade, enfim, onde se celebra a vida.

A formação social da comunidade Nossa Senhora Aparecida tem base religiosa bem definida no catolicismo, seus moradores são descendentes de nordestinos, cujas culturas lançam raízes na religiosidade popular das promessas e novenários. Esta simbologia que impulsiona o acontecer da vida, envolve também o respeito pelos bichos visagentos que habitam a floresta, seus presságios e “avisos”, numa interrelação com a mãe natureza.

Os sujeitos encontram nesta rede de simbologia os sentidos da vida. Organizam-se em torno desta mística espiritual em sua liberdade para viverem sua individuação como sujeitos. O lazer e as festas são elementos fundamentais para manter o equilíbrio e a felicidade da comunidade. Ou seja, a comunidade Nossa Senhora Aparecida valoriza a vida em grupo, sua sociabilidade, para garantir não só o sucesso da associação, mas também e fundamentalmente, para manter o bem-estar dos comunitários.

2.3 – A agricultura familiar e a perspectiva de economia solidária na comunidade Nossa Senhora Aparecida

No processo progressivo de reestruturação das bases produtivas do capital que se faz acompanhar pela perda incomensurável do poder de inserção da mão de obra no mercado de trabalho, torna-se mister que os trabalhadores encontrem outras formas de trabalho diferentes das formas contratuais de cunho capitalista como estamos assinalando desde o início deste estudo. Sem dúvida o momento histórico exige que o sujeito histórico busque novas oportunidades e crie formas de trabalho socialmente reinventadas e autossustentáveis. Essa é a

condição histórica encontrada pelos associados da APRODUCIDA, pautada no uso de novas técnicas de trabalho, em que as pessoas buscam a sua valorização, ampliam a sua capacidade e se redescobrem empreendedoras à guisa de construto-humano.

No caso da APRODUCIDA “não se trata de um empreendedorismo individual, potencializado e difundido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro das Pequenas e Microempresas)”. Trata-se de um “associativismo coletivizado e socialmente solidário” (NASCIMENTO, 2005, p. 11). A economia solidária é um novo conceito que vem sendo construído no Brasil, de forma esparsa e difusa, desde a década de 80. Mas, que, atualmente, ganha fôlego e consistência conceitual nos domínios das ciências sociais, da economia e de outras ciências, na medida em que a economia solidária não é de domínio de uma única ciência.

Estamos falando de empreendimentos auto-gestionários que diferem do capitalismo, mas não sobrevivem fora de uma economia mercantilista. Entenda-se, fora de um sistema de compra e troca. O empreendimento é administrado democraticamente, irmanando-se com os iguais e insurgindo-se contra a sujeição e a exploração (SINGER, 2000).

Os moradores da Comunidade Nossa Senhora de Aparecida, que já vivenciam práticas de solidariedade e cooperação, buscam formas de trabalho socialmente solidárias. Damião Barbosa, presidente da APRODUCIDA diz o seguinte: “eu gosto muito daqui [...]. A gente conhece todo mundo, vai na casa de todo mundo. Quando um precisa de uma coisa o outro socorre. É esse o nosso sistema” (Entrevista/2015). E acrescenta:

Acho que poderíamos, com a orientação de gente como vocês que conhecem outras experiências, aprender outras técnicas de plantio de roça e feitura de farinha que fosse menos trabalhoso e menos agressivo à floresta. Temos que aprender mais sobre essa história de manejo da floresta. Muito se tem falado sobre isso, mas pouco nos ensinam sobre como é de verdade. Depois, as roças estão ficando cada vez mais longe. Vocês viram a distância. A gente tem que fazer a roça todos no mesmo desmatado, para uma roça proteger a outra dos bichos. Nisso a gente se combina bem. Se a gente tivesse uma casa de farinha bem estruturada, tudo seria mais fácil e a gente poderia produzir uma farinha até melhor. Porque, de farinha, nós entendemos bem. O problema é que não temos nada que facilite o nosso trabalho. Tudo é no braço. Por isso é que a gente tem que levar todos os filhos pra ajudar, senão, não dá conta do trabalho (Damião, entrevista/2015).

O que falta, no entanto, para que esses comunitários se organizem de forma racional e metodologicamente eficaz é conhecimento e orientação técnica como pontuou o nosso entrevistado. A ideia apontada por Singer (1998, p. 122), no sentido de que “para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa”, se faz acompanhar

por uma proposta de orientação técnico-formativo desses sujeitos sociais por pesquisadores da universidade brasileira. Cabe dizer, para sermos mais justos e precisos, que esta é uma proposta apresentada por Herbert de Sousa, o Betinho, aos pesquisadores da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela está no nascedouro da economia solidária no Brasil como assinalamos anteriormente.

É patente o fato de que ninguém transfere o conhecimento, o que se transfere são informações. E, esta informação, se for repassada de forma didática e metodologicamente bem articulada com a realidade local pode contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento social. Quando a informação é processada “mediante a atividade humana, sob a forma de cursos, oficinas ou seminários, faz com que a regularidade própria do comportamento humano transporte esse conhecimento para a dimensão dos costumes, ou melhor, para a prática do trabalho dos cooperados e cooperadas” (VIEIRA, 2010, p.163).

No caso do trabalho cooperativado realizado pelos membros da APRODUCIDA, fomos informados por ocasião da pesquisa de campo, que eles não contam com nenhum tipo de formação oferecido pela Universidade, embora a Universidade Federal do Amazonas esteja instalada em Coari com uma Unidade Permanente. Autores como Singer (1998), Gaiger (1999), Culti (2002) e Vieira (2010) têm chamado a atenção para a necessidade de as incubadoras universitárias realizarem formação aos membros de empreendimentos econômicos e solidários. De acordo com Vieira (2012, p. 163),

É papel da incubadora estimular, subsidiar, fomentar, enfim, criar condições para que os cooperados e cooperadas construam sua capacidade crítica para entender a realidade em constante transformação no mundo do trabalho, criando uma inteligência coletiva capaz de atuar com competitividade no mercado sem abandonar os princípios da economia solidária.

E acrescenta:

A tarefa fundamental da incubadora na autogestão é tornar as pessoas capazes de um desempenho conjunto, por meio da partilha de objetivos e metas comuns [...]. A incubadora deve criar uma estrutura adequada ao desenvolvimento dos cooperados e cooperadas e capacitá-los para se adaptarem às mudanças advindas de novas tecnologias sociais ou tecnológicas. Existem três desafios básicos na transferência de tecnologia social no processo de incubação de empreendimentos solidários. São eles: como melhorar o conhecimento existente entre cooperados e cooperadas; como criar o novo conhecimento para a cooperativa (também conhecido como inovação); e como disseminar o conhecimento entre todos os cooperados e cooperadas (VIEIRA, 2010, p.164).

O processo de incubação realizado pelas incubadoras universitárias segue os seguintes

passos: “conscientização dos cooperados e cooperadas; compreensão da realidade existente; ação e análise das ações. Depois vem a reflexão” (IBIDEM, p. 164).

Deve-se reconhecer que os povos tradicionais da Amazônia vivem isolados e sem os recursos da ciência e da tecnologia, em sua ampla maioria. Nem instituições como o IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e a SERPRO – Secretaria Rural de Produção dispõem de técnicos suficientes para a implementação de uma política de capacitação técnica aos povos tradicionais, e nem a Universidade através de seus pesquisadores engajados na causa dos excluídos sociais, consegue fazer o acompanhamento e monitoramento às comunidades depois que são encerrados os trabalhos de investigação.

Por ocasião do nosso trabalho de campo na comunidade Nossa Senhora Aparecida ministramos palestras sobre noções de economia solidária e segurança alimentar, apontando a capacidade que as mulheres possuem em termos da organização da comunidade à guisa de empoderamento desses sujeitos sociais. As mulheres, como entendem Buarque e Vainsencher (2001) não tem só capacidade produtiva, tem, sobretudo poder de articulação e organização.

As mulheres agricultoras de Nossa Senhora Aparecida são os sujeitos que tomam a dianteira do trabalho dentro da unidade familiar, desde a construção do roçado, plantio, capina, colheita e organização dos produtos agrícolas para serem levados à cidade de Coari, até a venda desses produtos na feira. Lúcio Barbosa (61), líder comunitário revela o seguinte:

Aqui as mulheres fazem de tudo. Elas são muito trabalhadeiras e interessadas na melhoria da comunidade. Elas fazem roçado, roçam, capinam, cuidam da casa e das crianças e ainda vendem os produtos na feira. O que falta para nós é apoio para escoar os nossos produtos, no tempo da cheia é difícil fazer chegar os produtos na feira da cidade (entrevista/2015).

O ecossistema amazônico de subida e descida das águas exige que os trabalhadores rurais se organizem para se inserirem sem prejuízo nas suas leis naturais. Vimos na fala de Lúcio Barbosa que há necessidade de intervenção das políticas públicas para contribuir no escoamento dos produtos agrícolas. Um dado interessante é o fato de o líder comunitário reconhecer que as mulheres são grandes trabalhadoras, esteio da economia doméstica e preocupadas com a melhoria da comunidade.

As mulheres estão entre os segmentos sociais que buscaram afirmar a sua cidadania e o seu espaço no século XX. Trata-se de uma luta construída em meio a muitos obstáculos e desafios, especialmente porque as desigualdades de gênero são calcadas em bases ideoculturais de dominação patriarcal difícil de depurar-se. Para Verucci (1986, p.94) “a questão

da cidadania da mulher, da mulher enquanto pessoa, enquanto cidadã [...], é um fato que ninguém mais tem coragem de dizer que não admite ou que não concorda”.

As mulheres rurais sempre estiveram inseridas no trabalho fora de casa, na agricultura e na roça, como uma “extensão” da casa. Se formos pensar em termos das construções das relações de gênero poderíamos dizer que o rio é o lugar dos homens e a terra é o lugar das mulheres. A simbologia da mãe terra que é vida e geradora de alimentos tem paralelo com a mulher que também é fonte geradora de vida. Some-se a isto, o fato de que as mulheres possuem uma racionalização estratégica conservacionista importante em relação ao solo, animais, plantas, água (TORRES, 2012).

A propósito das questões ambientalistas Wiggers (2012, p.24), chama a atenção para o fato de que no mundo rural,

O enfoque no meio ambiente somou-se `a questões importantes como conflitos de terras, dicotomia entre o campo e a cidade, êxodo rural, territorialidade. A noção de ambiente tornou-se valor universal na atualidade em todo o mundo, com ênfase ainda maior nos contextos de produção agrícola e extrativista das regiões onde ainda se têm florestas. Na Amazônia as preocupações ambientais estão na pauta do dia e os olhares do mundo todo de voltam para as questões referentes à maior floresta tropical do planeta.

Este chamamento para as questões ambientais não deve ser dirigido aos povos tradicionais da Amazônia que sempre desenvolveram ações e práticas conservacionistas. Batista (1976) lembra-nos que o equilíbrio ambiental da região começou a se romper quando se estabeleceu o projeto colonizador. O modo pelo qual os povos tradicionais estabelecem relação com o meio ambiente revela um aspecto identitário presente nas suas próprias origens. O cultivo da agricultura, assim como o trabalho extrativista, a pesca e a caça, entrelaçam-se à vida dos povos tradicionais da Amazônia. Alguns povos indígenas como, por exemplo, os Sateré-Mawé, tem seu trabalho centrado no cultivo do guaraná em torno do qual circunda a sua vida de trabalho.

O guaraná, conforme Uggé (1993, p.26), “é o fruto da tribo para os Sateré-Mawé. Eles os receberam dos antigos, sabendo como tratá-lo e usá-lo, transmitindo o que sabem para outras tribos”. O guaraná não é só o elemento da materialidade da vida ou de sobrevivência para os Sateré-Mawé é, essencialmente, um símbolo cravado na matriz da formação social e cultural desse povo. Para Geertz (2008, p.4), “a cultura é um sistema ordenado de significados e símbolos. Trata-se de significados sociais impregnados no fazer e no acontecer cotidiano de um povo ou de um coletivo”.

A confecção e produção de artesanato é também um elemento constitutivo da cultura sateré. Uggé (1993), observou na reserva do rio Andirá que haviam nas casas indígenas redes de dormir tecidas com fios de tucum, embora em pouca proporção. Outros tipos como anéis feitos com o caroço de tucumã, colares e brincos organizados com fio barbante e sementes e, mais recentemente com a baje de jarina, jauari e muru-muru, são produtos de venda no mercado informal. Além de colares, brincos e anéis feitos das palmeiras de jauari e muru-muru pode-se confeccionar também, bolsas, peneiras e chapéus.

Do molongó, que é uma árvore encontrada dentro do rio são confeccionados vários produtos como canoinha, corujinha, indiozinho e banco para sentar. O artesanato assim como o grafismo são expressões culturais que evocam uma série de explicações e significados, envolvendo a comunicação com os espíritos e meio ambiente, relações cósmicas, construção de identidade, a origem do universo, enfim, representam a maneira de ser de um povo.

Peres (2012, p. 37), afirma que as expressões culturais têm relação com a “vivência psicológica e emocional do ser humano cujos movimentos e tensões musculares expressivas traduzem, de maneira inconsciente, a subjetividade ligada ao significado da situação da pessoa como forma de expressar algo para interagir”.

Amazonas (1984) reconhece o importante papel que as mulheres indígenas desempenham em suas tribos ou aldeias. Além do trabalho pesado da roça e dos serviços domésticos elas também fazem o “trabalho artístico de tecer, fiar, bordar, confeccionar redes de algodão e de maqueira, coser e fazer louça de argila e cerâmica” (AMAZONAS, 1984, p.27).

Uma entrevista de Mário Ypiranga Monteiro, concedida em 2011 dá conta de que:

É a mulher que prepara e faz a cerâmica, que conhece perfeitamente a técnica de manuseio da argila, cozimento e acabamento dos utensílios na temperatura adequada do fogo; tece a rede de dormir e a rede de pesca; faz o jamaxi, que é o utensílio utilizado para iluminar a rede; faz abanos ou leques, panela para o depósito de farinha, cestos, peneiras, balaies; confecciona o jirau para tratar o peixe; fabrica o seu próprio fogão de barro e o forno de fazer farinha; tece o tipiti, que é utilizado na fabricação de farinha, enfim, confecciona vários outros implementos de cozinha e de feitura da farinha (Mário Ypiranga Monteiro apud TORRES, 2005, p. 149).

Lèvi-Strauss (1991) observou em seus estudos na Amazônia que as mulheres faziam mais os utensílios de cerâmica, inclusive, elas fabricavam “uma cerâmica policromática de grande beleza e maestria” (LÈVI-STRAUSS, 1991, p. 306). Em outro escrito este pensador

deixa claro que “é à índia que compete fabricar os recipientes de cerâmica e servir-se deles, porque a argila de que são feitos é feminina como a terra” (LÈVI-STRAUSS, 1985, p. 28).

Há aqui, como podemos perceber, um forte simbolismo associado àquilo que as teorias denominam de “mística feminina”¹⁰. As mulheres e a cerâmica estão associadas à terra em razão de que ambas tem função reprodutora que as torna capazes de gerar vida. Oliveira Filho (1999, p. 68), considera que “ações e conteúdos simbólicos representam uma solução para os problemas surgidos no curso das interações sociais”.

Há realmente alguns artesanatos que são feitos só por mulheres como é o caso das louças de argila, dos produtos tecidos à mão e muitos outros. Mas, atualmente, os homens também já desenvolvem a arte artesanal.

De acordo com Suarez e Libardone (1992) a partir do processo de desenvolvimento agrícola, no país, iniciado nos anos sessenta, até o projeto agrícola para os anos noventa, a ação governamental permaneceu, evitando reconhecer a contribuição da produção familiar. Ou seja, em lugar de apoiá-la, em seu desenvolvimento particular, empenhou-se, quando muito, em transmutá-la ora nos limites da perspectiva urbana, ora nos das grandes empresas.

Em nossas conversas e palestras com as mulheres de Nossa Senhora Aparecida discutimos a matricialidade da família nos programas de políticas sociais de transferência de renda do Governo de Dilma Rousseff. Essa centralidade é definida no escopo teórico dessas políticas como o lugar por excelência da proteção, o que significa aferir que o próprio Estado reconhece na família uma função social e primordial no processo de reprodução material e simbólica da espécie. O paradigma da matricialidade familiar é complementado pelo critério de gênero, em que as mulheres nutrizas e chefes de famílias, assumem proeminência no processo de inclusão nas políticas de transferência de renda. Francisca Mota (35 anos) é enfática ao afirmar que, “aqui, nós mulheres cuidamos de tudo na agricultura, na casa, na venda. Aqui na comunidade tem muitas mulheres que buscam água sozinhas. Na seca o barranco fica muito embaixo, tem que puxar água para molhar as plantações” (entrevista/2015)

Conforme Duque-Arrazola (2010, p.237),

Quem é responsabilizada e realiza predominantemente a proteção e o trabalho com os cuidados, a reprodução e o bem-estar do grupo doméstico são as mulheres, desde sua mais tenra idade, em nome de sua capacidade gestora e sua 'natural' competência de gênero com as atividades da reprodução.

¹⁰ Ver PENA, Maria Valéria Junho (1981).

Em Nossa Senhora Aparecida as mulheres trabalham de sol a sol na agricultura, enquanto os homens desenvolvem o trabalho da pesca, caça e também se ocupam do trabalho na roça para poder da conta da produção para garantir a venda dos produtos para a merenda escolar de Coari. Conforme Almeida e Maneschy (2001, p. 436), isto porque “a divisão do trabalho entre os sexos e as gerações explicam essa proeminência, pois a pesca tende a absorver diretamente os homens adultos”. Não podemos deixar de reconhecer que a política de assistência social tem priorizado as mulheres como sinalizamos anteriormente, pois os critérios de inclusão levando em conta o corte de gênero são claros e bem definidos. O que falta, com efeito, é a definição de outras políticas econômicas para os trabalhadores rurais. Embora o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário tenha garantido a criação de uma linha de crédito para as mulheres, o PRONAF/Mulher, ainda há uma grande lacuna em termos de políticas públicas para as mulheres da área rural.

Na fala de Francinete Mota aparece uma preocupação com a segurança alimentar da comunidade, recorrente também em outras falas. Vejamos:

Eu crio galinha, pato e jabuti. Faço tudo com os derivados da mandioca: tapioca, tucupí, beiju, farinha de tapioca, pé-de-moleque. Nós mulheres também plantamos cebola, pimenta de cheiro, coentro, tomate [...]. O meu trabalho final é colocar os produtos no mercado para vender, mas é uma dificuldade. Precisamos de ajuda para a nossa comunidade (Entrevista/2015).

As estratégias de sobrevivência das famílias incluem, necessariamente, a venda dos produtos agrícolas na feira da cidade. Tal necessidade é constatada no clamor de nosso entrevistado: “precisamos de apoio político para a nossa comunidade” (Lúcio Barbosa, entrevista/2015). Mulheres e homens, de modo geral, trabalham na terra até a idade avançada. “Mesmo aposentados e aposentadas continuam a ir regularmente aos 'centros' ou 'retiros', como chamam as áreas de terra firme onde plantam seus roçados” (ALMEIDA e MANESCHY, 2001, p. 326).

O Estado, no entanto, deve ser acionado para prover condições necessárias para impulsionar a economia primária, sobretudo porque as práticas sociais da lavoura e agricultura familiar são repassadas de geração a geração, conforme explica um dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa, a saber:

A gente não pode deixar as menores sozinhas em casa. Por isso, todo mundo leva os filhos pra roça desde pequenininhos. Quando vai pegando tamanho, já começa a ajudar em alguma coisa. Sempre se tem alguma coisa para as crianças fazer e aprender. Esse é o nosso sistema: a gente ensina desde cedo. Tem menino por aí que dá duro na roça igual aos pais desde os 10 ou 11 anos. Mas, a gente nunca descuida da escola. Os que estão na escola, voltam

mais cedo pra ir estudar. Quem estuda de manhã, só vai pra roça depois da aula. (Damião Barbosa, entrevista/2015).

É patente o fato de que as famílias camponesas educam seus filhos na centralidade do trabalho desde muito cedo, são valores ancestrais passados de pais para filhos. Os membros do grupo doméstico trabalham juntos, formando unidades produtivas familiares flexíveis e dinâmicas, sem que se configure exploração do trabalho infantil para as crianças (TORRES, 2007). A escola não é descuidada, ao contrário, a hora da aula mobiliza o retorno de toda a família do roçado para a casa.

A participação das famílias nos programas de transferência de renda contribuem, fundamentalmente, para a permanência das crianças na escola. Para Duque-Arrazola (2010), a participação das mulheres em programas como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil traz obrigações e responsabilidades. Conforme esta autora:

Supõe usufruto de saberes e das competências de gênero das mulheres pelo programa, relativas às diferentes objetivações com a reprodução cotidiana do grupo familiar. Entre estas, os cuidados com a alimentação, higiene, saúde, doenças, além das diferentes objetivações com a socialização e educação das crianças (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p. 239).

Os mesmos requisitos são exigidos pelo Bolsa Família, que possui forte ênfase na educação das crianças, o que determina que a família camponesa, especialmente a mãe agricultora, organize seu trabalho na roça em função da escola das crianças.

É pertinente pensar em economia solidária para resolver o problema dos trabalhadores rurais. Se, não necessariamente, em forma de empreendimento solidário para conduzir a criação e o negócio com leguminosas e hortaliças como fazem os cooperados da APRODUCIDA, poderia ser para constituir o uso solidário da terra. Esse tipo de organização do trabalho coletivo ou comunitário resgata a condição dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, companheiros e trabalhadores (NASCIMENTO, 2005). A economia solidária é uma modalidade de trabalho que surge do povo de maneira espontânea ou por indução de sujeitos autônomos que apoiam essa iniciativa popular.

É importante que os trabalhadores se apropriem da racionalidade metodológica das ações coletivizadas, com monitoramento e acompanhamento de instituições especializadas, mas sem esquecer que a racionalidade técnica deve estar subordinada ao atendimento das ações definidas pelo coletivo de trabalhadores. Conforme Singer (2000), a autonomia, a equidade, a solidariedade e a participação são valores que vem agregar-se ao trabalho cooperativado.

Voltamos a reiterar, amiúde, que cooperação e solidariedade são elementos vitais para a organização coletiva dos trabalhadores. São definidores da resistência, pois, juntos, eles constituem uma força que pode enfrentar pressões e dificuldades. A força da união é capaz de transpor barreiras e superar grandes obstáculos colocados pelos novos tempos. Benatti (1994) reconhece que nesses espaços as famílias agricultoras constroem um nível de solidariedade e coesão social, formado a partir de normas de caráter consensual, que garantem a coletivização desses espaços.

Esta pesquisa revela que a produção de alimentos mobiliza a ação comum de homens e mulheres dentro da comunidade sob os nexos da cooperação e dinamismo solidário. Os grupos de marido, mulher e filhos, são unidades produtivas que emergem no sistema cooperativo com grande desenvoltura. O trabalho social mobiliza toda a família, é voltado para a subsistência e para o mercado. As mulheres são sujeitos centrais na organização da economia do grupo doméstico, preocupadas em organizar a comunidade também no âmbito da segurança alimentar e da economia solidária.

III – A ETNOCIENCIA E A PERSPECTIVA COMPARADA DO COOPERATIVISMO ENTRE O BRASIL E A FRANÇA

A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.

Santo Agostinho

3.1 – A etnociência e os saberes tradicionais como mola mestra do trabalho agrícola.

Pretender refletir sobre a etnociência, uma noção nova que desponta timidamente nos últimos tempos, supõe falar de uma antropologia do território que estabeleça laços com o trabalho agrícola autônomo, realizado no âmbito da cooperação. A etnociência é, ainda, uma noção marginal, não inteligível aos olhos da ciência moderno-cartesiana, aparece como algo bizarro, fato que contribui para impor dificuldade à construção de um pensamento a partir das localidades amazônicas com seus diferentes conhecimentos e técnicas rudimentares de trabalho com a terra.

Essa perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento assinalada, sobretudo, pelo movimento das luzes que fertilizou o século XVIII, desertificando o sujeito, desapropriando o mito e as tradições, tornando insípido o senso comum e desabitando as subjetividades criativas do homem, foi plasmando o sentido de verdade tendo por base o discurso científico unicamente. Esta matriz nucleou toda a ciência ocidental, atualizada constantemente na América Latina pela produção de um conhecimento emanado do Norte, como assimila Santos (2010), que interferiu no destino dos povos da Amazônia.

Durand (2002) já havia concluído dizendo que o mundo ocidental é essencialmente anti-imaginal e que, apesar da efusiva produção de imagens consubstanciadas no cinema, na televisão, na fotografia, produz uma forma de alienação do espírito, uma consolidação do positivismo do século dezenove (CARVALHO, 1999). Para este mesmo autor:

Nestes tempos hipermodernos [...] para que se torne possível resgatar um modelo mais global para o entendimento sapiential que dê conta dos conteúdos empíricos da natureza humana e das diferenças interpretativas sobre indivíduos, sociedades e história, o homem racional, *loquens*, deve

subsumir-se ao *homo symbolicus*, criador da representação imaginada que circunda toda atividade especificamente humana (CARVALHO, 1999, p.125).

O modo de relacionamento com o real estatui sentidos, imprime representação fazendo uma epifania do local, do território, pelos próprios sujeitos locais que possuem modos de vida específicos e genuínos, embasado numa visão de mundo diferente daquela da racionalidade moderna. A perspectiva de negação dos saberes tradicionais, configurada em sistemas de exclusão, produziu processos de controle do território. Spivak (2012), em seu estudo sobre o tema do subalterno, questiona as estruturas dominantes que excluíram a fala dos sujeitos que compõem as camadas mais baixas da sociedade. A autora lembra que a fala do subalterno e do colonizado é sempre intermediada pela voz de outrem, alheia à sua, uma voz que fala em seu nome.

Diante desta perspectiva, o território assume a configuração de instrumento de exercício de poder. Foucault (2006) chama atenção para o fato de que há três procedimentos de exclusão na *ratio* ocidental. Um primeiro procedimento em que a exclusão é ligada à interdição que consiste na condição de não se ter “o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância [...] que qualquer um não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006, p.9). Um outro elemento de exclusão é a separação entre razão e loucura, na medida em que considera-se que o discurso do louco não pode circular como o dos outros. E um terceiro procedimento de exclusão que estabelece a separação entre verdadeiro e falso, em que se identifica que o discurso verdadeiro, preciso e desejável, é aquele ligado ao exercício.

Esse princípio epistemológico enraizado no pensamento moderno, sustentado pela estrutura da razão instrumental, acabou por substituir os signos da terra por signos abstratos. Sustenta um processo de construção do saber domesticado pelas instituições de poder e de mercado, passando por metamorfoses que se adaptam em qualquer tempo e lugar. Este tipo de pensamento produziu um “sistema de cidadania inconcluso, mutilado, que o Estado-Nação, liberal burguês, pretendeu oferecer aos povos indígenas encerrados em suas fronteiras territoriais” (VARESE, 1996, p.18).

Esse tipo de pensamento produziu uma concepção residual de território que serve só para manuseio operacional, assentada numa epistemologia da exclusão ou numa sociologia das ausências como aponta Santos (2006), de modo que o território vai sendo “fundamentalmente definido e delimitado a partir de relações de poder” (SOUZA, 2000, p.78).

Em entrevista ao jornalista Wilson Nogueira a professora Edna Castro tece forte crítica ao papel das Ciências Sociais, nesse processo de construção de conhecimento, a saber:

Penso que a Sociologia deve uma leitura maior crítica, mais comprometida e mais original sobre a sociedade amazônica. Esse desafio não foi cumprido. Há uma série de colegas que estão trabalhando nesse sentido, mas esse fato é, um desafio e, ao mesmo tempo, uma aposta que a Sociologia e as Ciências Sociais devem fazer para que o entendimento da região ou a representação dessa região, produzida dessa (nova) forma, atravesse a sociedade brasileira, porque o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. Não conhece e nem tem consciência de que não conhece (CASTRO, 2008, 186).

É verdade que “o pensamento necessita de um esforço particular e constante: sustentado pela original indignação até as coisas” (ARISTÓTELES, 2002, p.3). Trata-se de uma propensão que exige esforço e amor, ou melhor, *philia*, uma íntima amizade com as coisas, uma peleja por aquilo que ama, um esforço pela compreensão dela. Os pensadores gregos deixaram ao ocidente um legado de visão do mundo da vida e das coisas, sistematizado em conceitos. Fizeram uma leitura do mundo vivido na cidade, através do fazer-filosófico, uma atividade da filosofia, apreendendo o mundo das coisas num processo de autorreflexão do ser-sujeito grego.

O prolongamento desse conhecimento se fez no mundo greco-romano. Foi, pois, com a efervescência da modernidade, do homem moderno, que esse prolongamento sofreu cisão, momento em que apareceram as concepções racionalistas e empiristas. O pensamento entra, então, em estado de tensão, que redundava no desencantamento do mundo, como anuiu Max Weber¹. Nesse estado de tensão o conhecimento atravessou a *doxa* e alcançou a episteme, o mundo dos conceitos²,

A questão está em que, ao atravessar a *doxa* ou o senso comum, o conhecimento científico, conceptual, estabeleceu uma cisão com este tipo de conhecimento considerado tradicional, fragmentário. O olhar do civilizado visualizou o saber tradicional com rotulações, estigmas e estereótipos, próprio de culturas “primitivas”, bárbaras e, por vezes, animistas. Um dos sujeitos de nossa pesquisa, ao ver que somos da Universidade que é vista como detentora do conhecimento, parece sentir-se impotente frente aos seus próprios saberes ao dizer-nos o

¹ Max Weber (1864 – 1920) utiliza a expressão desencantamento do mundo na conferência “Ciência como vocação”, proferida em 1917. Embora o desencantamento signifique desmagificação, a expressão é também empregada em sentido amplo para designar formas modernas de vida que são desprovidas de fundamento religioso e metafísico. Weber quer explicar de que forma se desenvolveu o racionalismo ocidental e como ele moldou as características dessa civilização.

² Os conceitos são inventados e, ao serem criados, mais do que o cariz de responder a problemas, sua função é a de organizar o pensamento, ao mesmo tempo em que eles são acontecimentos do pensamento a partir dos problemas (Vide Deleuze, 1994).

seguinte: “nós não sabemos essa história do manejo, é uma coisa que vocês poderiam nos dizer, nos orientar” (Damião, entrevista, 2015).

Ora, sabemos que os povos tradicionais da Amazônia são exímios conhecedores da floresta, do seu sistema de reposição e reflorestamento mais do que qualquer outro povo ou técnicos. Trata-se de um *ethos*, pois para além da necessidade de sobrevivência está o aspecto da sociabilidade que entrelaça razão e emoção, numa relação de pertença e conservação do ambiente natural. Batista (1976, p.53), é enfático em dizer que “o equilíbrio do meio ambiente começou a se romper, a partir da colonização portuguesa, à medida que as especiarias iam sendo retirada”.

Os povos tradicionais possuem relações de interatividade, complementariedade e interdependência, pautados numa ética do cuidado para com o planeta. Isto nos remete à perspectiva de ecologia profunda sugerida por Capra (1996). O *ethos* dos povos tradicionais da Amazônia que tem como um dos seus elementos a conservação e o cuidado para com o planeta, por si só, constitui um saber milenar arraigado à vida destes povos. Trata-se, como assinala Almeida (2005) de interpretação de mundo e das coisas como autoconsciência cultural, autoconsciência de poder e autoconsciência de relações sociais.

O trabalho é outro fator de reserva cognitiva dos povos tradicionais, em cujo saber-fazer reside técnicas milenares de cultivo da terra. O trabalho aparece imbricado a uma rede de simbologia de vivência e de produção de saberes tradicionais que tem por base as relações de respeito e de afetividade com os elementos da natureza.

A Amazônia possui uma estrutura ocupacional de feição nacional, mas com particularidades de ocupabilidade tradicional peculiares da região. A diversidade de trabalho e de ocupabilidade que ela comporta são imensas e pouco conhecidas. Além das diferenças produzidas pelos modos de realização locais e regionais da economia e da cultura, grande parte dessa diversidade deve-se à combinação de estratégias tradicionais e emergentes que se inserem no âmbito dos saberes tradicionais do homem amazônico.

Silva (2012, p.11) chama a atenção para o fato de que “a Amazônia põe questões singulares, é certo mas nunca isoladas. Como um espaço de diversidades e de desigualdade, os fundamentos organizativos da sociedade regional são também uma dimensão da sociedade brasileira”. Trata-se, é verdade, de relações que são travadas com o Estado brasileiro e com a nação para além do espaço regionalizado. São relações de poder que se interconectam com a soberania, com os conflitos sociais, com a produção da pobreza e do propalado “subdesenvolvimento regional”, que imprimem estereótipos à região como a enjeitada e aquela que “puxa” o país para atrás (PINTO, 2000).

De acordo com Silva (2000, p, 05):

As relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias históricas de inserção da Amazônia na dinâmica global, de onde a região reemerge com feições e paradoxos acentuados. Quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário, mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária do capitalismo internacional, da economia mundial, ganham complexidade no plano local.

A diversidade na Amazônia significa heterogeneidade ecológica entre as áreas, o que supõe forma de interação flexível entre o homem e o meio ambiente. Isto nos leva a pensar em desenvolvimento e ambientação, e em desenvolvimento e natureza, como sugere Castro (2010). A produção da materialidade da vida e as estratégias de sobrevivência encontram na própria natureza – terra, floresta e rios – a sua fonte de alimentação. A predominância de plantações, caça, pesca e toda uma variedade de recursos naturais existentes na floresta, compõem o quadro da economia de subsistência dos povos tradicionais. O próprio trabalho social no âmbito da coletividade depende das características eco-culturais e socioeconômicas de cada área de atuação.

Nas áreas de terra firme não há perigo de perda de plantações, animais e roças, pois este tipo territorial não obedece aos ciclos de enchente e vazante das águas. As áreas de várzea são mais vulneráveis às determinações da natureza por que estão sujeitas às leis de enchente e vazante dos rios. O ano é dividido em seis meses de enchente e seis de vazante, daí que toda a existência das populações que habitam nessas terras está cingida pelo rio. Um dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa é enfático em dizer que “durante a cheia o nosso trabalho fica prejudicado porque não tem nada que facilite pra nós. Tudo é no braço, temos muito prejuízo” (Lúcio Barbosa, entrevista, 2015). A ausência do Estado com a provisão de políticas públicas é um agravante para a condição humana na Amazônia, especialmente no âmbito da proteção da agricultura familiar no tempo da enchente dos rios. Conforme Suarez (1993), até os anos noventa a ação permaneceu evitando a agricultura familiar.

O trabalho possui um caráter social bem definido para os povos tradicionais da Amazônia³. Toda a família é provedora da sua própria subsistência e não apenas o pai, como ocorre ou ocorria nas sociedades ocidentais. Esta perspectiva assenta-se numa explícita

³ Entenda-se por povos tradicionais os trabalhadores rurais, pescadores, seringueiros, mateiros, enfim, os povos que residem nas zonas interioranas da Amazônia, descendentes de indígenas ou não que conhecem o solo, a flora, a fauna, os períodos secos e chuvosos, os perigos que a mata apresenta e que vivem da agricultura de subsistência.

divisão social do trabalho, em que o homem assume o trabalho de pesca e caça: feitura do roçado, semeadura e colheita dos produtos e à mulher cabem os encargos domésticos e o trabalho na roça, incluindo a limpeza, a capinação do roçado, o carregamento da mandioca e todo o processo de feitura da farinha.

Como se vê a própria organização do trabalho apresenta diversidade que não pode ser compreendida apenas sob a lógica do capital. Há a diversificação de ocupabilidade que nos autoriza a falar em mundos de trabalho na Amazônia, no plural. De acordo com Torres (2005, p. 58), “no caso da Amazônia, a perspectiva mundos do trabalho parece ser a mais adequada para compreendermos as relações de trabalho nesta região”. Isto porque o trabalho para os povos tradicionais está relacionado a um conjunto de possibilidades que vai “desde a conquista da terra ou a garantia do crédito agrícola que permita ao pequeno produtor condições de produzir, até ao trabalho assalariado urbano, no mercado formal ou informal” (CASTRO, 1994, p.469).

Para os povos tradicionais da Amazônia o trabalho compõe um quadro significativo, é um ato cultural através do qual os nativos dialogam com a terra (GALVÃO, 1976). Veja-se que o trabalho é um fator de efetivo inter-relacionamento com os elementos da natureza: terra, rios e floresta, que são centrais na vida dos povos tradicionais. Conforme Torres (2005, p.54):

A terra representa a força operadora da esperança, da alegria, do júbilo e da festa, através da qual o indígena e o caboclo reverenciam a divindade com ritos de agradecimentos pela generosidade do roçado e da boa colheita [...]. Da mesma forma os rios, constituem-se na motricidade que determina a vida na região [...]. A floresta, por sua vez, representa tanto o universo da biodiversidade e palco das representações do imaginário social das populações locais, quanto reserva natural de usufruto de bens materiais para a sobrevivência dos nativos.

Almeida (2005) classifica esses grupos como povos tradicionais pela sua existência coletiva objetivada na área rural e que organizam-se no trabalho de forma a também fazer frente a toda destruição da natureza, como vimos assinalando. Muitas destas categorias de trabalhadores lutam pelo direito à terra onde possam ter uma vida livre e retirar o seu sustento e o de seus filhos. Tradicional não é a história, tradicional é a forma como o grupo estabelece a sua relação com os meios de produção.

A maneira como os trabalhadores/povos tradicionais se organizam no tempo-espço e os conhecimentos que possuem são frutos de experiências coletivas que dão base e sustentação às suas vidas. Os processos naturais são vividos e assimilados de acordo com as relações de cada grupo com a natureza, englobando as enchentes e as vazantes das águas, as

formas apropriadas do manejo que cada grupo social constrói, enfim, a relação de afetividade e de pertença com a terra, floresta e rios. Não agem sozinhos, os homens se autoajudam, e isto é visto por Lima (2001), como solidariedade. Lúcio Barbosa, membro da APRODUCIDA afirma “a floresta faz parte da nossa vida” e não podemos só tirar dela sem devolver” (entrevista/2015).

Os trabalhadores tradicionais aprenderam a coexistir com o meio ambiente explorando-o sem depredá-lo. Conforme Wagley (1988), eles sabem definir o tempo e os lugares de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza, conhecem o solo, a fauna e a flora, a cheia e a vazante dos grandes rios, a época das chuvas e os períodos relativamente secos, os perigos dos insetos e das doenças endêmicas e muitas outras “leis” do meio ambiente. É dentro desta perspectiva de respeito e de inter-relacionamento recíproco entre o homem amazônico e o meio ambiente que os nativos construíram seu sistema social e cultural. Os trabalhadores migrantes, entre os quais o nordestino, aprenderam a conhecer a floresta com o homem amazônico.

Esse homem amazônico, como diz Lima (2001), foi caluniado em sua cultura pelo espírito europeu que o estigmatizou como indolente e preguiçoso, entregue a uma vida inerte e rotineira de regresso e atraso. A verdade é que o nativo da Amazônia tem agilidade e predisposição para todas as atividades que executa, sobretudo o trabalho físico a que foi afeiçoado e treinado. Possui grande disciplina e resistência a ponto de ser capaz de ficar imobilizado durante certo tempo à espera de sua presa, tanto na caça quanto na pesca. O pescador, por exemplo, é capaz de permanecer horas a fio só com o chibé⁴, a espera do pirarucu boiar ou subir à superfície da água para respirar e, assim, capturá-lo. São horas inerte e em absoluto silêncio para não espantar a presa. Esta é uma disciplina ou um saber tradicional prenhe de inteligência, capaz de causar inveja aos ocidentais das grandes cidades.

Para Castro e Pinton (1997), o saber técnico-científico procura desqualificar e desvalorizar todos os outros saberes e práticas. Subtraem-se os saberes tradicionais em nome de uma ciência moderno-cartesiana fragmentária, homogeneizadora e linear. O tempo contemporâneo é marcado pela criação de novas tecnologias sociais contribuindo para que os trabalhadores apropriem-se da natureza como laboratório de novas descobertas no campo da biodiversidade, como são as fontes energéticas, medicinais e cosméticas, e no campo da sociodiversidade como é o caso do associativo e do cooperativismo na vertente da economia solidária.

⁴ Alimento feito a base de água e farinha da mandioca que dá sustentação ao organismo humano, quando privado de alimentação adequada.

Os povos tradicionais da Amazônia criaram estratégias de sobrevivência tão eficientes quanto aquelas produzidas pela ciência e tecnologia. O homem amazônico tem um mapa mental da cartografia do seu habitat, possui uma espécie de bússola mental que faz com que ele guie corretamente o barco na navegação, sabendo medir distâncias, assim como sabe precisar as horas sem o uso do relógio. Conhece o rio e seus habitantes com maestria saindo incólume dos meandros dos igarapés, paranás, furos, lagos e restingas porque tem mapeado o seu ambiente (TORRES, 2005). Os conhecimentos que os povos tradicionais adquiriram ao longo do processo da experiência vivida são únicos. O mais douto indivíduo do centro urbano não é capaz de lidar com estes conhecimentos a não ser que passe por um longo processo de aprendizagem.

Esses trabalhadores são invisibilizados pela história, como diz Perrot (1988), e podem ser compreendidos a partir de história vista de baixo como sugere Thompson (2001). Este pensador privilegia os objetos de estudo inseridos na micro-história porque percebeu que certos ofícios e tradições, por preconceito ou exclusão, podiam estar desaparecendo na Inglaterra onde realizou a maior parte de suas pesquisas.

Thompson (1987) percebeu a necessidade de tentar compreender os trabalhadores que foram deixados tão distantes no tempo, dando-lhes voz e luz às suas experiências. A história clássica com sua visão ufanista no sentido de dar visibilidade só àqueles que dominam ou aos heróis vencedores, deixou na sombra aqueles trabalhadores “descartados” pelo capitalismo como os tecelões e meeiros. Daí a sua proposta de reabilitação destes trabalhadores a partir de uma história vista de baixo.

A Amazônia, talvez, seja um dos últimos lugares onde ainda se encontram áreas naturais intactas, com trabalhadores vivendo de certos ofícios que ainda são realizados com técnicas rudimentares, aprendidas em tempos pretéritos com os ancestrais. Estes grupos trabalham em atividades variadas como vimos anteriormente, tendo, pois, nos recursos da natureza a matéria primordial de sua sobrevivência. Quase sempre são ignorados e pouco valorizados, vivem no isolamento geográfico, educacional, econômico e político.

A Amazônia com suas múltiplas e variadas categorias de trabalhadores é locus de identidades específicas que se expressem em diferentes situações do cotidiano de vida e trabalho do homem amazônico. É o pescador, o piaçabeiro, o agricultor, o juteiro ou trabalhador da malva, o castanheiro, o seringueiro, as quebradeiras de côco de babaçu, os roceiros, o mateiro e muitos outros trabalhadores inseridos em ocupações diferenciadas. Estes trabalhadores não só compõem um quadro de diversidade de ocupabilidade como também

possuem organização própria do trabalho a partir das particularidades culturais de cada grupo social.

A perspectiva identitária do operariado, estudada por Hobsbawm (2000), revela que o trabalhador pode assumir uma identidade por vez. Este trabalhador pode se identificar pelos costumes comuns, pelo trabalho que exerce, pela religião que pratica, pela etnia que pertence, enfim, pelo grupo social no qual está inserido. Com base nesta análise, podemos dizer que os trabalhadores da Aproducida – Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Nossa Senhora Aparecida, se identificam como agricultores, como pertencente a um grupo de trabalhadores rurais que têm um modo de vida peculiar, uma religião, uma descendência indígena e nordestina, e possuem formas de organização do trabalho com base na cooperação.

3.2 – O Vanguardismo da França no cooperativismo e o trabalho como categoria

A realidade é constatada e elaborado por intermédio da atividade do pesquisador que, neste mister, estabelece a mediação entre a teoria e os dados, o que supõe uma hermenêutica da realidade estudada. A realidade é o campo empírico sobre o qual o sujeito cognoscente age. Esta realidade ou doxa (senso comum) passa por uma organização feita pelo pesquisador (mediação) que a eleva ao *status* de ciência, na medida em que é submetida a exame das representações e das informações empíricas transformadas em dados, dos quais provém o conhecimento iluminado pelos conceitos.

Pensar a sociedade, o mundo e o universo, pressupõe atividade sistematizada do pensamento, apresentada na forma de teoria. As teorias são concepções de objetos, construídos pelos sujeitos cognoscentes, capazes de causar uma práxis de transformação do mundo, na forma de ver e transformar a vida. O campo é o espaço e o tempo de relações de apreensão da realidade, de captação de informações que serão explicadas no processo de reflexividade.

A relação entre teoria e campo permite a elaboração de outra teoria⁵ É por isso que, no ato de conhecer, os filósofos modernos, especialmente o pensamento hegeliano, estabeleceram a importância do sujeito que se impõe ao objeto, circundado pela

⁵ Heidegger (2002) compreende o termo teoria como aquilo que diz da fisionomia, o perfil, em que alguma coisa é e se mostra, a visão que é e oferece; ver alguma coisa, tomá-la sob os olhos, percebê-la com a vista. Visualizar a fisionomia em que aparece o vigente, vê-lo e por esta visão ficar sendo com ele.

reflexividade⁶. A compreensão da articulação dialética que permeia a história da natureza e a história da sociedade tem seu desdobramento, de um lado, na constituição de uma abordagem completamente inaugural acerca do tempo presente pela mediação da crítica contundente do sistema do capital, feita por Marx e, de outro, na representação de vias de compreensão da realidade que se colocam aos pesquisadores como construtores e artífices da história humana.

A construção do processo de investigação que nos ocupamos neste estudo doutoral assentou-se, primordialmente, no chão amazônico em cujo campo na área rural do município de Coari, permitiu-nos fazer uma interface com a realidade do cooperativismo de outro país, a França, onde realizamos o Estágio doutoral de Bolsa Sanduíche, na Université Lumiere Lyon 2 sob a supervisão da professora Doutora Claire Delfosse.

O cooperativismo é um segmento da economia solidária em expansão no mundo ocidental, com significativa participação social e econômica no âmbito da inclusão. A França assume proeminência nesse segmento pelo fato de apresentar maior participação no mercado financeiro com as instituições financeiras cooperativas. Em 2006 a participação no mercado era quase 70%, conforme dados da *European Association of Co-operative Banks* (EACB, 2006). De acordo com esta mesma fonte o *Credit Agricole* teve 23% de participação no mercado, o *Credit Mutuel* 15%, o *Banque Populaires* 7% e o Grupo *Caisse d'Epargne* 15% de participação (EACB, 2006)⁷. Os dados a seguir⁸ chamam a atenção para o volume de ativos e empréstimos ocorridos no período de 2006 anterior à crise de 2008

Instituição	Bancos Regionais	Pontos de Atendimento	Associados	Clientes	Ativos (US\$)	Empréstimos (US\$)	Ano Base
Credit Agricole	2.512	9.200	7,4 milhões	27 milhões	1.896 bilhões	807 bilhões	2013
BPCE	36	8.000	8,8 milhões	36 milhões	1.543 bilhões	812 bilhões	2013
Credit Mutuel	2.129	5.920	7,5 milhões	30 milhões	891 bilhões	482 bilhões	2013
Total	4.677	23.120	23,7 milhões	93 milhões	4.329 bilhões	2.101 bilhões	

Quadro 3: Dados cosolidados das instituições financeiras cooperativas na França

Fonte: Portal Cooperativismo de Créditos, com dados do Crédit Agricole, BPCE e Crédit Mutuel.

O Credit Agricole é a maior instituição financeira cooperativada do mundo ocidental. Fundada em 1897 integra o *ranking* dos dez maiores bancos do mundo em volume de ativos,

⁶ Ver BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico (2012).

⁷ Cf. <http://www.eurocoop.banks.coop/default.aspx?nav=2.11.392>, acessado em 13/11/2015

⁸ <http://www.acredit-agricole.fr>

com atuação em três países: França, Itália e Grécia. O cooperativismo francês representava em 2006 em torno de 36% de participação no total da Associação Europeia de Bancos Cooperativos (EACB, 2006). Da fusão do Caisse d'Epargne com o Banques Populaires surgiu o Banco *Natixis* que é hoje o segundo maior banco francês, presente em 68 países com 22,6 mil funcionários.

Na construção de alternativas coletivizadas para fazer frente à lógica individualista do capitalismo, posta de lado pela hegemonia deste tipo de acumulação, surge o cooperativismo nos idos do século XIX, na Inglaterra. Desde então, passaram a existir “formas de encarar e ver o mundo que estabelecem uma relação radicalmente diferente da capitalista-moderna entre seres humanos e natureza, entre produção e consumo, entre trabalho e tempo livre, entre o uso e o lucro e entre o desenvolvimento e crescimento” (SANTOS e RODRIGUEZ, 2002. p.72).

Deve-se lembrar que a economia solidária foi inventada na Inglaterra. Nasceu pouco depois do capitalismo industrial como reação ao crescente empobrecimento dos artesãos determinado pela ascensão das máquinas e do processo fabril. Talvez pelo fato de ser a Inglaterra a pátria da Revolução Industrial (1759) e o berço do proletariado moderno, alguns industriais esclarecidos preocuparam-se em propor leis de proteção aos trabalhadores. Robert Owen (1771-1852), inglês da linha reformista, aparece no pensamento ocidental como um socialista utópico⁹ que defendia a tese de que bons salários e boas condições de trabalho não eram incompatíveis com os lucros e a propriedade dos negócios. Essas ideias lançadas na primeira década do século XIX, em plena expansão do capitalismo monopolista, soaram como uma revolução administrativa pouco crível no circuito industrial.

Face a pouca importância dada às suas ideias Owen que era proprietário de um complexo têxtil,

Procurou demonstrar suas convicções fundando uma unidade industrial modelo em New Lamark, na Escócia. Em 1832 ele fundou em Hampshire, Inglaterra, uma de suas famosas comunidades de cooperação, onde eram desenvolvidas atividades industriais e agrícolas, os excedentes de cada área eram trocados em condições mutuamente vantajosas (SANDRONI, 20003, P.439).

Nessa comunidade de cooperação Owen adotou medidas sociais como a criação de jardins de infância para os filhos dos operários e armazéns que vendiam gêneros alimentícios

⁹ Robert Owen, William King, Saint Simon e Fourier são considerados os maiores expoentes do socialismo utópico.

e outros produtos a preço de custo. Não empregava crianças menores de dez anos sendo, pois, este, um grande avanço naquela época. Em 1825, fundou, no México e nos Estados Unidos (New Harmony) colônias cooperativistas que não lograram resultados. Na sua volta a Inglaterra criou, em 1838, as primeiras cooperativas de produção.

Esse método organizacional impulsionou a produtividade e lucratividade nas empresas de Owen, apesar do elevado gasto que teve com a folha de pagamento. Elevou a satisfação dos seus trabalhadores em termos de melhores salários e benefícios sociais. Esta iniciativa empresarial foi objeto de admiração e respeito por parte de segmentos de trabalhadores e dos próprios empresários.

Não se pode deixar de reconhecer que o sistema de cooperação nasceu junto com o capitalismo. Mas ele se propõe como uma das maneiras de sua superação. Singer (2002, p.83), deixa claro o fato de que “a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos”.

O ideal cooperativista disseminou-se pelo mundo inteiro e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender as necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema social que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo.

Os socialistas utópicos sobretudo Robert Owen e William King prestaram grande serviço aos operários: ensinaram-lhes a racionalizar sobre a sua situação. É conferido a eles o mérito de fazê-los compreender que tanto os patrões como os operários são escravos da organização capitalista, de tal maneira que, se os operários chegassem a ser patrões, procederiam da mesma forma que os industriais que hoje combatem. Segundo os utópicos, fazia-se mister reformar o sistema capitalista, incluindo medidas sociais para os trabalhadores estabelecendo a cooperação dentro das empresas.

Suas ideias ganharam corpo dentro de segmentos de trabalhadores como os tecelões de Rochdale que resolveram adotar o sistema de cooperação, para resolver o seu problema econômico por ter se tornado uma categoria mal remunerada. Para Holyoake (2000, p. 21 – 22)

Os tecelões de Rochdale, não tendo podido obter o que desejavam e que consideravam justo, resolveram conseguir o seu propósito de outra maneira [...]. Lembraram-se, então, das idéias de Robert Owen [...]. Num desses dias úmidos, escuros e tristes de novembro, quando os dias são curtos e o sol,

vencido pelo desalento e pelo desgosto, parece não querer mais brilhar, alguns daqueles pobres tecelões, sem trabalho, quase sem pão e isolados e completamente no sentido social, uniram-se com o fim de estudar o que mais conviria para melhorar a sua situação.

Rochdale é um distrito de Lancaster, na Inglaterra, que comportava importantes fábricas de flanela, mas dificilmente empregavam tecelões por que os patrões não tinham simpatia pelas categorias organizadas e os tecelões eram bem organizados nesse período. A solução encontrada foi investir no sistema de cooperativismo como forma de inserirem-se no mercado de trabalho. Criaram, então, a *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale)¹⁰ - com registro datado de 24 de outubro de 1844 (HOLYOAKE, 2000). Aos poucos a sociedade foi recebendo novas adesões e com quarenta anos de criação contava com mais de 11 mil membros e, em 1960, com quase 33 mil membros e um vasto capital.

O êxito desse empreendimento foi enorme e acalantou muitos sonhos de homens e mulheres que viram melhorar, significativamente, a sua qualidade de vida. O associativismo é uma iniciativa de geração de renda onde pessoas, grupos ou entidades reúnem esforços, vontades e recursos com o objetivo de superar dificuldades, resolver problemas e gerar benefícios comuns. Essa dinâmica supera limites e tem o poder de transformar a sociedade a partir de conquista de direitos sociais, culturais e econômicos. É também um modo de participar da sociedade de forma mais “igualitária” e competitiva.

É nesse processo de hominização em que o ser social se cria e recria-se que o trabalho aparece como uma categoria. As categorias tem uma natureza ontológica e filosófica. Elas expressam determinação da existência objetiva dos homens, quer dizer, as categorias não são produções isoladas do mundo. As categorias são tanto dadas no cérebro quanto na realidade. É preciso não se esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada (MARX, 2004).

¹⁰. A sociedade tinha por objetivo melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a contribuição pecuniária de uma libra esterlina, para levar a termo os seus projetos que eram os seguintes: abrir um armazém, para a venda de comestíveis e roupa, comprar ou construir casas para os membros que desejavam ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu próprio estado doméstico e social; iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade julgasse conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tivessem ocupação ou que estivessem sujeitos a contínuas reduções nos seus salários (HOLYOAKE, 2000)

O cientista social não é um ente autônomo em relação ao mundo objetivo. A tese do homem como uma mônada¹¹ isolada não passa de uma abstração idealizante, que somente pode ser confirmada no tempo histórico em que as diferentes esferas da existência humana se manifestam como produtos da atividade social. Dado o caráter de desenvolvimento das relações sociais e da divisão social do trabalho o indivíduo pode, então, pensar a si mesmo como um ente independente e separado dos outros homens. Para Marx (1993, p.95),

O indivíduo é o ser social. A sua exteriorização de vida – mesmo que ela não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida comunitária, levada a cabo simultaneamente com outros – é, por isso, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas [...], por mais que a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou mais universal.

Existe uma relação dialética entre o ser social e a consciência, em que a atividade da consciência comparece de forma sempre *post-factum*, diferentemente do que afirma o idealismo hegeliano. Não há uma primazia da consciência sobre o mundo objetivo, pelo contrário, a consciência é sempre uma determinação do ser, tal como os pioneiros de Rochdale que deram início a um empreendimento cooperativado porque se viram privados de emprego e sem condições de prover a subsistência da vida.

A hostilidade da consciência abstrata e universal em relação ao mundo real não passa de um equívoco, na medida em que o homem é um ser social e nada do que realiza pode escapar ao nexo da comunidade social. A existência do homem e a existência da comunidade são confirmadas no processo de produção do conhecimento filosófico e científico. As categorias não são abstrações da realidade, mas emanam diretamente da própria realidade. É por isso que as categorias somente podem aparecer quando as condições objetivas estão amadurecidas para isso.

Adam Smith (1723-1790) deu um passo importante na perspectiva de apontar o trabalho como categoria decisiva para elucidar a gênese e o desenvolvimento da riqueza na sociedade capitalista, quando afirma que o trabalho é a essência da riqueza de toda a sociedade. Ele ultrapassa a perspectiva dos defensores do sistema mercantilista e do sistema monetarista, que estavam cientes de que a propriedade privada era uma essência somente objetiva para o homem. Adam Smith é o Lutero da economia política porque reconheceu o

¹¹. As mônadas são os elementos das coisas, os átomos da natureza. O universo é o conjunto das mônadas, diferentes umas das outras e se hierarquizando segundo seu maior ou menor grau de perfeição, numa série crescente cujo cume é Deus. Cada uma das mônadas constitui um espelho representativo de todo o universo (Ver LEIBNIZ, 1980).

trabalho como essência subjetiva do mundo exterior, da mesma maneira que Martin Lutero (1483 – 1546) concebeu a religião como essência subjetiva dos homens quando postula o sacerdócio universal a todos os crentes, e assim substitui a religião exterior, manifesta no apego ao clero, pela religião interior, em que cada homem passa a ter acesso direto à divindade.

Retomando a nossa discussão sobre o trabalho cooperativado na França, é preciso reconhecermos que nem todas as iniciativas lograram êxito, no início deste tipo de trabalho. Os empreendimentos de cooperativas criados em 1828, em Guebwiller, e em Lyon, em 1839, malograram. Este último foi muito criticado em razão do gênero de comércio que adotou, sendo, pois, comparado à uma associação ilícita.

A grande força do *Credit Agricole* está na área rural francesa onde encontra-se concentrada a maior parte de seus pontos de atendimento. A capilarização do *credit Agricole* nos diferentes públicos da França foi constatado depois da crise de 2008. O *NATIXIS*, por exemplo, teve seu desempenho financeiro prejudicado pela crise financeira mundial. Mesmo em meio à crise as 300 (trezentas) maiores empresas cooperativas do mundo geraram mais de US\$ 1,6 trilhão em faturamento, segundo o relatório global 300, lançado pela Aliança Cooperativa Internacional, comparado ao PIB – Produto Interno Bruto da nona maior economia do mundo.

Esse relatório constata que a maior cooperativa do mundo é a *Credit Agricole Group*, o maior grupo financeiro de varejo da França, que teve uma receita de 103,58 bilhões de dólares em 2008. Conforme palavras da Presidente da Aliança Cooperativa Internacional:

“a diversidade e a robustez do modelo de negócio cooperativo é baseado em princípios e valores. É por isso que as cooperativas foram resistentes durante a crise financeira mundial, empregando mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo e permitindo o desenvolvimento e bem-estar das sociedades nas economias mais competitivas¹²

A experiência da sociabilidade cooperativada que produz bem-estar constitui-se tanto na relação do homem com o outro, quanto na relação com a natureza, pois aí se configura o elemento primordial responsável pela garantia da produção e reprodução material de toda a sociedade. A propósito disto, Marx (2004, p.177), assinala que “a humanidade da natureza e da natureza produzida pela história, dos produtos do homem, manifesta-se no fato de serem

¹² ver <http://www.thenews.coop/article>. Acessado em 13.11.2015.

produtos do espírito abstrato e nessa medida, portanto, fases do espírito, entidades do pensamento”.

O trabalho no qual se emprega a força de trabalho transvestida em valor de troca, é uma práxis do ponto de vista da *poiesis* da vida, posto que o valor dividido aferido àquele que trabalha produz bem-estar. Em Marx (2004, p.90), “o trabalho é o homem, mas a matéria nada tem do homem”. Ora, uma vez que ocorre o processo de objetivação do trabalho humano, o homem se distingue da natureza (orgânica e inorgânica) e revela a sua verdadeira essencialidade. A relação entre o homem e a mulher, por exemplo, que em princípio tem um caráter instintivo e natural, porque visa a garantia da reprodução biológica da espécie, ganha significado profundamente social.

A economia solidária deita raízes nessa concepção de trabalho ontológico, vinculado à vida do trabalhador em sua práxis de fazimento de si e de sua existência. Ou seja, a economia solidária está preocupada com a reprodução da vida, sua sobrevivência evidentemente, mas volta-se também para a práxis *poiésis* da existência em seu aspecto mundano e de durabilidade como anotou Arendt (1999). Esta é uma relação que tem implicações sobre a totalidade social. O modo de relação do masculino com o feminino serve para caracterizar o estado de espírito da própria humanidade. Quanto mais refinada for essa relação, mais refinada e desenvolvida é a espécie humana. O desenvolvimento da relação entre os gêneros denota um processo de afastamento e distanciamento dos aspectos meramente instintivos. No entendimento de Marx (1993, p.91)

A relação entre homem e mulher serve como termômetro de aferição do estado de desenvolvimento da espécie humana por inteiro. A relação do homem com a mulher serve para determinar até que ponto a essência humana se tornou para o homem natureza ou a natureza em essência humana do homem.

Quanto mais desenvolvida for a relação do homem com a mulher, mais mediatizada espiritualmente passa a ser tal relação. Diferentemente dos animais, a essencialidade do homem constitui-se na totalidade que envolve as relações de sociabilidade. Esta dimensão do homem tem sua gênese no trabalho, daí ser o trabalho uma categoria ontológica. É a partir do trabalho que o homem transforma a natureza, submetendo-a aos seus próprios instintos. É no trabalho, enquanto transformação orgânica da natureza e necessidade eterna dos homens, que o homem demonstra como consegue de forma inaugural ultrapassar a simples condição animal.

Por intermédio da apreensão do mundo exterior, o homem que trabalha submete o movimento da natureza aos seus propósitos. É assim que assistimos ao desenrolar da sofisticação dos engenhos que servem como meios espetaculares de apropriação da natureza de maneira cada vez mais crescente.

A afirmação do homem como uma forma específica de ser, que somente pode se constituir em comunidade com outros, tem sua expressão primeira na forma de um ser (existente) natural. Dito de outra forma, antes de constituir-se como ser social, o homem congrega em si mesmo as propriedades das formas precedentes de ser, ele é tanto ser orgânico quanto ser inorgânico. É preciso reconhecer, então, que a ideia de o homem submeter a natureza aos seus instintos não trouxe bens resultados à humanidade.

Na perspectiva de Morin (2004), o homem é 100% natureza e 100% cultura. Também Capra (1996, p. 25 – 26), ao se referir sobre o paradigma da ecologia profunda afirma que ela “não separa os seres humanos ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma rede de fenômeno [...] interconectados [...]. Concebe os seres humanos como um fio particular na teia da vida”.

Na ideologia Alemã, Marx (2007, p.32), afirma que “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história é o pressuposto de que os homens tem de estar em condições de viver para poder fazer história”. Ou seja, sem a garantia de sua existência objetiva, mediante o atendimento de suas necessidades fundamentais, torna-se impossível a existência da história do homem com a história da natureza, porque os homens têm de estar vivos para fazer a história, e sem a natureza os homens não conseguem subsistir.

A modalidade de trabalho consignada na economia solidária contém em si os dois aspectos do trabalho: o lado da práxis de criação e recriação do ser no aspecto da sua hominização, e o lado de subsistência orgânico-biológica, ambos inerentes à sua condição humana.

3.3 – O lugar da França e do Brasil na economia solidária contemporânea: aproximações

Refletir sobre a economia solidária, enquanto um tipo de práxis que se espraia no conceito de trabalho em seu verniz de categoria ontológica, supõe adentrar as profundezas do conceito de ser social, trabalhador nos moldes deste estudo, entender os laços que o ligam com a libertação dos sentidos humanos para compreendê-lo no tempo contemporâneo. O sistema da propriedade privada entrava o livre florescimento da essencialidade humana, tanto

objetivamente quanto subjetivamente, porque ela concebe o homem como mera coisidade que tem sua existência isolada e contraposta à comunidade social. A perspectiva da economia solidária na medida em que passa ao largo do capitalismo, embora não prescindia dele, apresenta-se como o lugar da emancipação social, da não alienação, envolvendo em si o trabalhador como um constructo social, rente à práxis política, como nos ensinam Engels e Marx no Manifesto Comunista (1997).

Existe uma ruptura entre a manifestação dos sentidos do homem num contexto social adverso ao próprio desenvolvimento das livres potencialidades humanas e a manifestação dos sentidos, no contexto em que os meios de produção servem para confirmar a essência social do homem. Para Marx (1993, p.99), “os sentidos do homem social são outros sentidos que não os do não-social. E isso é expressão das condições objetivas e subjetivas. Através do desenvolvimento objetivo da riqueza da essencialidade humana ocorre também o desenvolvimento da riqueza da sensibilidade humana”.

No empreendimento solidária trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários do empreendimento e não há proprietários que não trabalhem no empreendimento, sentencia Singer (2002). A libertação dos sentidos humanos do espírito de posse imposto pela propriedade privada representa a possibilidade de objetivação da essência humana. É uma libertação que envolve a totalidade da essência do homem como ser genérico, para lembrarmos Marx (2004). Numa sociedade em que os sentidos humanos não são objetivados, o homem se torna uma coisa paulatinamente degradada. A objetivação da essência humana implica tanto o desenvolvimento dos sentidos humanos quanto a possibilidade de conferir um novo sentido à experiência histórica do homem.

É possível enunciar, sem nenhum exagero que os Manuscritos-Econômicos-Filosóficos de 1844, representam o prólogo ou a epifania das obras fundamentais de Marx. Nele encontramos o desenvolvimento genérico das categorias decisivas que irão compor a totalidade da produção teórica deste pensador. Expõe não só a sua visão antropológica e sociológica do homem, o ser social, como genérico-universal capaz de praxiologia, como também expõe o seu conceito de trabalho visceralmente vinculado à essência humana, deixando transparecer a centralidade do trabalho.

Emerge, também, nos Manuscritos de maneira categorial o modo como a dialética materialista consegue superar a mais vasta produção teórica produzida pela burguesia, configurada na economia política clássica, no idealismo hegeliano e no socialismo utópico de Robert Owen, Saint-Simon e Fourier. Por fim, encontramos nessa obra os elementos

genéticos da formulação de um novo modo de produção que implica necessariamente a superação do estado de alienação que domina o homem na sociedade capitalista.

Para além da perspectiva económica e da sua importância no âmbito da geração de renda, a economia solidária permite ao trabalhador sair do processo de alienação amplamente produzido no trabalho industrial, e colocar-se na condição de constructo social, criando novas ferramentas- tecnologias sociais sob novas metodologias e estratégias de racionalidade. Recria-se, também, novas formas de solidariedade entre os trabalhadores, reafirmando o sentido de identidade e cidadania das classes trabalhadoras (NASCIMENTO, 2013).

Em termos de grandes empreendimentos ou empresas solidárias, espalhados em alguns países a França se apresenta como o país de vanguarda, como vimos anteriormente. Em entrevista à Aliança Cooperativa Internacional – ACI, Charles Gould, Diretor Geral deste órgão, sinaliza dizendo que:

Alguns pensam em cooperativas como de pequeno porte, empresas locais e, em muitos casos isso é verdade. Mas em outros casos são grandes empresas que trabalham a nível nacional ou regional, enquanto outros são gigantes executando operações globais avaliados em bilhões de pessoas estão envolvidas em cooperativas, de alguma forma, seja como membros\clientes ou como funcionários\participantes, ou ambos¹³

A perspectiva autónoma é, certamente, o cariz inspirador desses empreendimentos autogestionários que tomam impulso e crescem enormemente, como é o caso da França. Tudo acontece na empresa por decisão dos trabalhadores, o que pressupõe fóruns e instâncias na estrutura organizativa na qual todos podem participar. Isso faz avançar os negócios à medida as ações expressam decisões coletivas, pois, como assinala Singer (2000b,p.13), “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”,

A experiência brasileira com esse tipo de empresa autogestionária exemplo da ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, mostra que há uma diferença entre cooperativismo e autogestão. Na iniciativa cooperativada o aspecto político é bem destacado, muitas vezes chega a assumir proeminência sobre os aspectos técnico-operativos. Uma cooperativa não opera, necessariamente, com o método da autogestão. Ela pode assumir peremptoriamente a forma de gestão, sob outras formas de organização do trabalho. A perspectiva autogestionária é diferente, porque supõe a participação e intervenção direta dos trabalhadores nos rumos da empresa. É uma cultura que ainda está sendo testada no Brasil, avaliada, reavaliada e propensa a constantes mudanças, o

¹³ 13. <http://www.thenews.coop/article>. Acessado em 14.11.2015

que não é o caso da França que possui experiência autogestionária consolidada, complexa e ativa desde o século XIX.

É o cooperativismo que é forte na França, não necessariamente a economia solidária em sua vertente popular. Charles Gould, em entrevista à ACI, deixa claro que:

Isso é uma força significativa unida atrás de uma filosofia de negócio único. Enquanto as corporações lutam entre si por participação no mercado, as cooperativas continuam a crescer de forma constante, elevando o bem-estar geral das pessoas ao redor do mundo num espírito de solidariedade, em vez de explorá-los para fins egoístas. Elas aderem á práticas de negócios, operaram de forma eficiente e eficaz, e levam a competição a sério¹⁴

A nossa insistência em recorrermos constantemente aos aportes de Marx deve-se ao fato de que a história é elemento fundamental para revelar o caráter contingente do sistema capitalista, inscrito no corolário do mercado, sob os auspícios de uma relação exploradora e egoísta do capital. Este não é o cariz das empresas cooperativadas da França que se erigem sob o apanágio da participação, e cooperação e solidariedade. E, diga-se, que trata-se de um sistema cooperativo enraizado na cultura econômica francesa, exitoso, com capacidade extraordinária de geração de renda com ativos altamente vantajosos. Isto implica dizer que o capitalismo é um sistema socioeconômico essencialmente particular que pode ser superado por outro modo de produção. É esta a grande contribuição teórica de Marx em relação aos pensadores precedentes que apontamos anteriormente. Quijano (2002, p.477), considera que “não apenas para substituir o sistema de produção capitalista, mas, fundamentalmente, eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social”.

Na França utiliza-se o termo economia social para designar a economia solidária, empregada no Brasil. Em uma entrevista que realizamos com o professor Jean-Louis Laville (CNAM – PARIS), estudioso do tema da economia social na França, obtivemos o seguinte cenário contemporâneo:

Na França temos uma situação mais paradoxal porque há várias iniciativas solidárias em diferentes territórios, mas não há uma articulação suficiente com as políticas públicas. São as políticas públicas que dão um modelo de crescimento que se pensa que só se pode sair da crise com instrumentos tradicionais da política econômica e há uma dificuldade de incluir a economia social em um novo projeto socioeconômico a nível de governo nacional (Laville, 70 anos, entrevista, 2015)

¹⁴ 14. <http://www.thenews.coop/article.Acessado> em 14.11.2015.

Não resta dúvida o fato de que, a economia solidária, assentar-se num matiz de organização autônomo-racional dos trabalhadores, baseado nos princípios coletivos de direito ao trabalho na extensão das liberdades individuais. Sustenta Singer (2002, p.10), que “o resultado natural e a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda”. Os mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda, como visualiza o nosso autor brasileiro, são aqueles repositórios da presença e ação do Estado na economia solidária, de forma institucionalizada para fins de provisão de políticas públicas, a exemplo do que ocorre no Brasil com a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Não se trata de uma tutela das cooperativas pelo Estado, pois, isso seria impróprio na medida em que cristalizaria o clientelismo mantendo os trabalhadores sob dependência e à espera que alguém resolva os seus problemas, ficando imobilizadas e dependentes de políticos. A democracia política é necessária para que um povo não seja governado despoticamente. A democracia que os trabalhadores buscam na cooperativa não visa apenas a participação política do voto na diretoria. Visa estabelecer uma prática ética entre os cidadãos, pautada na solidariedade e na partilha dos bens. Busca incluir os sujeitos sociais no processo produtivo, procurando defender antes de tudo o direito ao trabalho mais do que o direito ao emprego.

Deve-se reconhecer que no caso brasileiro a institucionalidade de um órgão como a SENAES é pertinente somente enquanto propulsor de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios dos trabalhadores da economia solidária. A SENAES não se filia nem a à tutela e nem à cooptação destes trabalhadores. Quijano (2002, p.479) lembra que,

O longo, rico e complexo debate dos revolucionários anticapitalismo da Europa ficou praticamente enterrado e a ideia de que o socialismo e nacionalização da economia eram conceitos teórica e politicamente correspondentes chegou a ser hegemônica mundialmente durante quase todo o século XX, até a desintegração do poder da União Soviética e do bloco socialista europeu, que culminou em 1989. Apenas o cooperativismo conseguiu sobreviver a avalanche, embora fosse a custo de drásticas adaptações, e isto porque foi protegido, na Europa, pelo movimento designado como social-democracia e, fora da Europa (tanto na Ásia quanto na América Latina), por algumas das correntes democrático-nacionalista em luta contra a aliança oligárquica-imperialista.

A organização da vida na esfera pública deve ser entendida como um espaço onde todos podem se colocar como sujeitos. Trata-se de um espaço contraditório (GRAMSCI, 1991), que reúne desde os interesses do capital, passando pela ação mediadora do Estado até as várias formas de organização da sociedade civil, numa dinamicidade das relações sociais

que inclui, exclui e gera riquezas. O professor Laville reconhece a presença do Estado na economia social francesa, embora tenha dito que a articulação dos empreendimentos solidários seja insuficiente, como vimos anteriormente. Vejamos:

“temos uma lei voltada mais para a economia social tradicional, do que para as atuais. O que é interessante na França é que há novas políticas públicas regional como a nível local e regional, e que são importantes para segurar as novas experiências de economia social” (entrevista-2015).

Destaque-se, pois, que este aspecto da legislação que atende adequadamente ao cooperativismo tradicional é um problema do Brasil também. A lei 5.764-71 prevê a obrigatoriedade de uma espécie de “imposto” das cooperativas consignado nas chamadas quotas-partes. Este é um dos problemas que se impõe como obstáculo às cooperativas populares é a contribuição financeira dos cooperados ao sistema cooperativo, posto que torna-se difícil aos excluídos sociais aderirem ao sistema visto que encontram-se desprovidos de recursos financeiros.

Autores como Singer (2000 a) e Guimarães (1998) consideram que o sistema cooperativo brasileiro tem de sofrer mudanças. O cooperativismo popular é viável, mas carece de instrumentalização e adequação do seu método organizativo para que haja eficiência na gestão. É preciso repensar as cotas-partes como um mecanismo rígido presente no sistema, cada modalidade cooperativada merece um tratamento adequado às demandas que se apresentam no tempo contemporâneo. Estevam Ferreira da Costa 63 anos, uma das lideranças da OCB-Amazonas (Organização das Cooperativas do Brasil) sinaliza sobre esta questão dizendo que,

Não sei se é possível uma sociedade sem capital, como que a gente vai trabalhar com o capital sem dar a ele o peso que ele tem na sociedade comercial. A diferença da cooperativa de uma sociedade comercial, e que na cooperativa o capital só tem função de uso, não tem função de mando. (entrevista-2015)

Nos Manuscritos-Econômicos-Filosóficos Marx (2004), elabora uma crítica ao socialismo utópico, dizendo que não passa de uma expressão positiva da propriedade privada universal. Quer dizer, ao invés de superar a sociedade privada, esse tipo de socialismo tenta ampliar a propriedade privada, erigindo-a à condição de propriedade universal. É por isso que

tende a aniquilar tudo o que não é capaz de ser possuído por todos como propriedade privada¹⁵ (MARX, 2004).

Essa forma de socialismo de Saint-Simon, Robert Owen e Fourier, ainda rudimentar, entende a posse física e imediata como o único objetivo da vida e da existência (MARX, 2004). Desse modo, ao invés de suprimir a propriedade privada e as determinações responsáveis pela existência do operário, essas determinações são estendidas a todos os homens. A propriedade privada continua servindo de elemento de mediação entre o mundo dos homens e o mundo das coisas. A contraposição entre propriedade privada e propriedade privada universal se exprime na contraposição entre o casamento burguês e a tentativa de constituição da comunidade das mulheres.

Ao combater o casamento burguês e propor a comunidade das mulheres, os utópicos apenas erigem a propriedade privada à propriedade universal, porque a mulher sai da propriedade privada do casamento para adentrar a propriedade privada universal, e somente deixa de ser propriedade de um homem para consubstanciar-se na propriedade de todos os homens. Conforme Marx (2004, p.91), “a mulher se torna uma propriedade comunitária e comum. No fundo, não passa da elevação da mulher à condição de prostituta universal”.

Bem, em continuidade à nossa entrevista com o professor Laville, perguntamos a ele quais empreendimentos solidários existem na área rural da França. Ele nos respondeu nos seguintes termos:

Depende do que falamos. As estatísticas são somente para a economia social definida como as associações, as empresas não capitalistas, cooperativas mutuiárias. Possivelmente esse setor da economia social, representa 10% do emprego na França, mas não sabemos realmente quantas dessas empresas temos dinâmica de economia social. Penso que a economia solidária é mais uma maneira de ver o que se passa. É difícil de traduzir em termos de estatística porque depende do que se passa dentro das empresas e dos setores onde se passa a fronteira entre a economia solidária e a “outra” economia não solidária (entrevista, 2015)

Observe-se que a França possui uma experiência bem diversificada no campo da economia solidária que vai desde as associações, passando pelas cooperativas até empresas autogestionária, tal qual a experiência brasileira salvaguardando as especificidades de cada um destes países. Todas as formas de organização deste tipo de trabalho são válidas: empresas privadas isoladas, franquizadas, associadas as empresas coletivas como as cooperativas,

¹⁵ 15. Marx demonstra objetivamente como ocorre o processo de valorização do mundo das coisas em detrimento do mundo dos homens no sistema capitalista. A dialética consiste em que o trabalhador objetivado valoriza as coisas e desvaloriza o trabalhador. Para este pensador o trabalho não produz só mercadorias, produz a si próprio e o operário como uma mercadoria (cf: MARX, 2004)

comunidades de produção e o que mais puder ser experimentado (SINGER, 1999). De acordo com este autor, o socialismo pressupõe a transferência do controle dos meios de produção ao trabalhador que deve estar em condições de assumir o controle coletivamente, o que exige preparo dos próprios trabalhadores. É assim que o cooperativismo tem muito a contribuir para a vida da mesa (SINGER, 1998).

No que diz respeito às outras formas de organização do trabalho solidário Gaiger (1999), vê nas associações de trabalhadores um importante mecanismo para a geração de trabalho e renda sob os princípios da cooperação. Trata-se de empreendimentos viáveis com os quais os trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva possam vir a recriar suas vidas. Os sujeitos sociais são os protagonistas dos processos sociais, eles vão se fazendo nesses processos como seres individuais e coletivos.

A perspectiva de trabalho cooperativo apresenta-se como uma forma de resistência dos trabalhadores frente à tendência do mercado, que exclui sumariamente grandes contingentes da força de trabalho do processo produtivo. No tempo contemporâneo, é também, “uma resistência às políticas públicas neoliberais que foram aplicadas na América Latina. Neste momento na Europa há uma tensão especialmente nos países da Europa do sul, como a Grécia e também a Itália, Portugal, Espanha e França, e não sabemos se vamos produzir um novo movimento popular” (Laville, entrevista, 2015). E acrescenta o nosso entrevistado:

Há elementos locais como a eleição do Cerezo, na Espanha, na municipalidade de Barcelona, na Espanha, como novos poderes como o movimento de políticas cidadãs como também uma visão das políticas a nível europeu que são muito neoliberais. Esta tensão não sei como vai ser resolvida. Para mim é necessário que a economia solidária se organize mais para agregar-se e ter mais forças no debate público nos países da Europa e provavelmente ajudar a melhorar. (Laville, entrevista, 2015)

O professor Laville aponta a perspectiva política bem definida no âmago da economia solidária e, nesse processo, aparece a classe como um elemento bem presente nesse tipo de organização do trabalho. Os sujeitos trabalhadores no âmbito da economia solidária vão se colocando nesse processo como classe social antagônica aos interesses dominantes, e isto exige formação/educação e conscientização por parte dos trabalhadores (SINGER, 1998).

A perspectiva de classe como relação histórica evidenciada por Thompson (1987) é, certamente, promissora para estabelecermos conexão com a constituição dos empreendimentos solidários. Em Thompson (1987, p.9), “a classe estava presente ao seu próprio fazer-se”. O autor rejeita a noção de classe como uma categoria estática,

quantitativamente possível. De acordo com essa tendência os sujeitos históricos dizem pertencer a esta ou aquela classe, a partir da sua proximidade ou não com os meios de produção.

As classes se constituem no processo social através no processo social através do tempo, de formas diferentes. É um movimento de “autofazer-se ao longo da história” (THOMPSON, 1987,p.9). Não há razão para impor um modelo de classe clássico e hermético, como o modelo inglês do século XIX, que era preestabelecido. Antes, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus” (THOMPSON, 1987,p.10).

O sistema cooperativo na França e a economia solidária no Brasil e no mundo apresenta-se como um instrumento político-econômico-social que tem por base um projeto de sociedade que visa construir uma outra economia com novas relações de trabalho, daí o seu caráter classista. É um instrumento e não um fim no âmbito da sobrevivência de trabalhadores que se associam. O seu cariz político supõe autonomia frente ao Estado e luta pela emancipação da classe trabalhadora, somado ao seu cunho social voltado para gerar oportunidade e inserir, de forma digna, um contingente de pessoas no processo produtivo para obter renda e assim dar provisão à vida.

IV – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAZONAS

A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.

(Adam Smith)

4.1 – A Organização social do trabalho da APRODUCIDA

O trabalho enquanto ação humana em sociedade aparece como um ponto matricial dos mais importantes, como vimos refletindo ao longo deste estudo. O ato de trabalhar transforma o executor e o mundo que o cerca, por isso tem sido objeto de estudo nas diversas áreas do conhecimento.

Desde Santo Agostinho (354 – 430), filósofo do início da Idade Média, o trabalho é visto como um meio de vida. O trabalho em Agostinho garante condição para a sobrevivência do ser, não é um castigo nem uma justificação para os sofrimentos das classes subalternas. Não é um esforço extenuante é, pois, uma “expressão feliz das vontades, não é uma submissão às necessidades de seu corpo, mas é o livre exercício de sua razão e a oportunidade de louvar a Deus” (De Genesi ad litteram apud Salamito, 2005,p.43).

Em relação à agricultura Agostinho possuía a mesma visão dos gregos porque a considerava como principal atividade, a verdadeira vocação humana, tomada como um ato religioso que gera uma compreensão maior da providência divina. É bem verdade que naquele tempo do fim do Cristianismo antigo e início do Medieval essa concepção religiosa do trabalho não era novidade, porque era uma atitude do cotidiano na Antiguidade. A agricultura foi uma das grandes fontes de renda nesse período, da terra provinha a produção econômica de toda a vida. Destaque-se, mormente, que as categorias trabalho e trabalhadores possuíam significado bem distinto daquelas gestadas na modernidade. Salamito (2005, p.43) considera que:

Essa prioridade dada às relações entre a criatura racional e seu criador leva Santo Agostinho a uma reflexão sobre a significação propriamente religiosa da agricultura, sobre os ensinamentos de ordem teológica que essa atividade encerra [...]. Aquele que observa o amor dos camponeses por sua profissão compreende melhor, quando lê Gênesis 2,15 que o trabalho da terra possa ter tido seu lugar dentro do próprio paraíso e constituir, então, uma alegria.

Razão, vontade, alegria e contemplação, eis os quatro elementos que nucleiam o trabalhador, para Santo Agostinho. Há uma consciência do papel do criador na produção da agricultura, dos frutos da terra. O trabalhador reconhece-se a si mesmo como criatura e Deus age sobre a criação por meio do seu trabalho, como uma criatura que o criador guia invisivelmente.

Santo Agostinho é o filósofo que discute o tema da libertação (conversão) e do livre-arbítrio (vontade), núcleo epistemológico que demarca o Cristianismo como doutrina, como teoria, marcando assim o Ocidente com a ideia de Deus¹. Agostinho sofre influência de Platão, do Mundo das Ideias, a razão anterior a tudo. Entende o conhecimento como o elemento que vai constituir o homem, elevando a sua alma. Trabalhar é uma alegria porque é a realização da alma, eleva o ser como se ele estivesse dentro do paraíso. Ou seja, trabalhar é uma ação que realiza o trabalhador, liberta-o trazendo-lhe luz, conhecimento, amor, felicidade, Deus. A contemplação em Santo Agostinho não é metafísica como assimilou Platão, é uma contemplação encarnada no trabalho diário, numa relação de transcendência com o outro.

Santo Agostinho valoriza a experiência do trabalhador, o seu saber tradicional, ele próprio vai até o campo conversar com a terra e com os agricultores. “Eu interroguei a terra”, diz no livro X das Confissões, fato que Eduardo Galvão (1976) também percebeu na Amazônia quando diz que o homem amazônida fala com a terra. Esta concepção, portanto, não é totalmente destituída de sentido quando examinamos as práticas sociais de trabalho dos agricultores da APRODUCIDA – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, onde realizamos a nossa pesquisa. Indagado acerca do trabalho que realiza na agricultura, Luis da Silva Araújo (36anos), um dos membros da Aproducida, revela o seguinte:

Olha, o nosso trabalho é difícil, tem muitas dificuldades porque a enchente é grande. Agora mesmo estou começando tudo de novo, plantando a banana, a cebolinha, couve, o maxixe porque perdemos tudo. Mas, Deus é grande e nos ajuda muito, não nos abandona, por isso nos fazemos festa de agradecimento a Deus (entrevista\2015).

¹ . Há dois períodos históricos responsáveis pela elaboração do Cristianismo como doutrina: a Patrística (354 – 430) conhecido também como Cristianismo Antigo, momento de produção dos doutores da Igreja, e o período da Escolástica circunscrito aos estudos de Santo Tomás de Aquino. Com Santo Agostinho a doutrina do Cristianismo passa a ser reconhecida.

Os ritos de agradecimento a Deus pela sua presença na agricultura, livrando os trabalhadores dos perigos e cuidando para que a sua produção tenha êxito, é algo vivo na Amazônia. O trabalho em sua dimensão ontológica está relacionado ao mundo fenomênico das coisas, no sentido de que envolve questões mais abrangentes no âmbito das crenças e espiritualidade, como anotou Galvão (1976).

É preciso considerar que o desenvolvimento da vida humana comporta relações que não estão circunscritas apenas à esfera da reprodução física, mas inclui outras determinações e condicionamentos históricos que se imiscuem e assumem igual relevância à materialidade orgânica. As comunidades indígenas, por exemplo, não precisam despende tanta força física para manter a sua sobrevivência e nem vivem somente em função do trabalho. É possível supor que “as representações simbólicas que povoam o seu imaginário social assumam igual importância e/ou supremacia sobre o trabalho, o qual está associado ao culto aos ancestrais, aos totens e à terra numa mística incomensurável” (TORRES, 2002, P.202).

No quadro seguinte apresentamos os produtos agrícolas laborados e comercializados pelos membros da APRODUCIDA, a saber:

Legumes – Hortaliças	Frutas
Cebolinha	Maracujá
Couve	Goiaba
Caruru	Camu Camu
Cheiro verde	Noni
Maxixe	Jenipapo
Repolho	Côco
Feijão de corda	Jambo
Alface	Carambola
Pimenta doce	Manga
Quiabo	Banana
Jerimum	Laranja
	Abiu
	Acerola

Quadro 4:Tipos de Produto da APRODUCIDA

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A singularidade do trabalho na Amazônia está estritamente associado à agricultura e, embora a agricultura tenha passado por processos de transformação, ela permanece pujante nos dias atuais numa “série evolutiva” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.44). À época da colonização os indígenas sobreviviam essencialmente do extrativismo da caça e da pesca. A organização do trabalho nesse período dava-se essencialmente em torno da coleta. A agricultura era atividade complementar das fontes alimentares, destacando-se aí o cultivo da mandioca. Agassiz (1975) escreve no diário de viagem da expedição *Viagem ao Brasil* dizendo que os povos indígenas executavam vários tipos de trabalho com o propósito de garantir sua manutenção, mas não se ocupavam com a estocagem desnecessária nem mesmo de alimentos. Pescavam, caçavam e colhiam somente o essencial para a sobrevivência.

Outros aspectos observados por Agassiz (1975) estão associados à generosidade dos indígenas para com os visitantes, os quais eram costumeiramente agraciados com presentes que, em geral, eram frutas, ovos, galinhas, flores, cuias, sementes dentre outros. Galvão (1976) chama a atenção para o fato de que muitos elementos das culturas indígenas permaneceram intactos nos modos de vida das etnias indígenas e dos povos tradicionais da Amazônia. Os nativos mantiveram os elementos fundantes de suas culturas de forma preponderante. Uma das maiores prova disso é a interatividade entre o homem e a natureza em cuja relação simbiótica está o sentido da vida na Amazônia (TORRES, 2005b).

O trabalho agrícola no âmbito da APRODUCIDA é realizado sob o signo da divisão social do trabalho, embora isto não se dê de forma excessivamente rígida. De acordo com Izanira Soares da Silva (49 anos), uma das mulheres ouvida nesta pesquisa, “o trabalho pesado quem faz é o homem porque o homem vai na frente, a mulher nem todas as coisas ela pode fazer. Mas, eu faço leira², capino, faço tudo” (entrevista, 2015). Já Roberto da Silva e Silva (42 anos), outro membro da APRODUCIDA ouvido nesta pesquisa, diz o seguinte: “quem faz a leira sou eu. A mulher só colhe depois que está plantado, só faz recolher. O homem tem mais força para trabalhar” (entrevista, 2015).

O roçado ou o sistema produtivo da várzea amazônica onde são produzidos os gêneros alimentícios, tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização, é considerado locus de trabalho de homens e mulheres. Ressalte-se que a agricultura, a terra, está para a mulher assim como o rio e o mar estão para o homem. Em termos simbólicos a terra como geradora, reprodutiva, fértil, é associada à mulher que também possui a

² A leira é o sulcro ou rego aberto na terra para que nele seja depositada a semente ou muda. Rego que o arado abre na terra e no qual se lança a semente.

característica de gerar vida. Daí a grande simbologia da Mãe Terra conhecida no mundo ocidental³.

O fato de simbolicamente a mulher, ser associada à agricultura contribuiu para que este tipo de trabalho perdesse valor, porque passou a ser associado à uma prática das mulheres, tal como ocorre com o trabalho da casa, doméstico. As mesmas atividades realizadas pelas mulheres no roçado não são consideradas trabalho, mas uma espécie de “ajuda”. Para Torres (2005, p.154),

O significado social das atividades da mulher é bem mais diversificado e participante do que geralmente possamos supor. Além de ela realizar o importante trabalho de preparo do plantio [...] faz também o trabalho de colheita de malva, piaçaba e lavagem de juta, considerado trabalho pesado.

Embora o corte de gênero não esteja inserido neste objeto de estudo, não podemos deixar de perceber que as mulheres são partes integrantes do sistema produtivo. “São sujeitos vivos do sistema simbólico do trabalho, o qual é tido como um fator de maturação, *status* e desenvolvimento social para elas” (TORRES, 2012, p. 199). O trabalho para as mulheres é um fator de reconhecimento delas por parte da comunidade, é uma espécie de “troféu” que elas recebem, embora sejam vistas como coadjuvantes do marido.

Nas reflexões sobre as variações do trabalho das mulheres aparece a cultura como um elemento importante que pode determinar o grau do que se entende por leve e pesado. Para Brumer (2004, p. 211).

O caráter de pesado ou leve da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que, na esfera de suas atividades [...], a mulher executa tanto leves quanto pesadas, como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas e carregar água em lugares distantes do domicílio.

A simbologia do servilismo entrelaçada à cultura segregadora e dominadora do patriarcado, acabou definindo os papéis e os espaços de forma estereotipada e segmentada conforme os sexos: esfera pública como lugar dos homens e esfera privada como espaço do trabalho das mulheres onde está situada a agricultura. Na comunidade Nossa Senhora Aparecida esta divisão sexual dos papéis parece ser mais flexível, na medida em que homens e mulheres em determinado momento e de acordo com as circunstâncias das necessidades, realizam todos, os mesmos trabalhos. Isto, porém, varia de família para família.

³ Ver a este respeito Capra (2004) e Stearns (2007)

No que se refere às dificuldades encontradas pelos trabalhadores associados da APRODUCIDA, Lúcio Lima Barbosa (61 anos), presidente da comunidade, revela que “falta apoio financeiro para a comunidade. Falta também apoio técnico do IDAM por que sem apoio técnico fica difícil ter crescimento aqui” (entrevista-2015). Também Roberto da Silva e Silva reclama que não há apoio de políticas públicas para a comunidade, Principalmente quando tá cheio o rio.

Quando tá seco tá bom de trabalhar. Na várzea é difícil, toda hora tem que estar plantando. Na várzea a gente suspende e faz um canteiro aí dá pra plantar um pouco em cima da maromba⁴. Precisa que o governo veja a nossa situação na cheia (entrevista/2015)

Os povos tradicionais da Amazônia banhados pelas águas, como anotou Porro (1995), é essencializado ou naturalizado em sua condição humana. O Estado brasileiro esqueceu e relegou este povo à sua própria sorte como sinalizou Batista (1976), cujo isolamento em meio a uma região inóspita levou Euclides da Cunha ao ceticismo no sentido de considerar “impossível” o desenvolvimento da vida humana na região.

Uma região nucleada pelas leis naturais de enchente e vazante das águas, cuja estiagem “castiga” as gentes que nela fizeram a sua morada com suas culturas e estilos de vida próprios – mas que no tempo da enchente são compelidos a deixar suas casas para não correr risco de vida em virtude da subida das águas –, necessita sim da proteção do Estado com políticas públicas. Não estamos nos referindo à naturalização da vida do homem amazônico relegada ao conformismo frente ao rigor e intempéries da natureza. Trata-se da ausência do Estado Nacional que se faz surdo e se apoia, estrategicamente ou propositalmente, nas leis da natureza e na condição étnica para essencializar os nativos da região exonerar-se das políticas públicas dirigidas a eles de forma satisfatória.

Ora, nem a Universidade como já sinalizamos neste estudo, não realiza nenhum trabalho de extensão universitária junto aos associados da APRODUCIDA, a despeito de existir uma Unidade Permanente da Universidade Federal do Amazonas na cidade de Coari. E, atente-se para o fato de que, essa comunidade, locus de nosso estudo, que obriga a APRODUCIDA, está localizada no Lago de Coari em frente a cidade sede do município. Pesquisadores da UFAM poderiam contribuir com seus saberes no âmbito das novas tecnologias e metodologias de inovação, buscando incentivar os comunitários à prática da

⁴ Maromba é um aparato ou um instrumento de proteção da enchente que o homem amazônico utiliza para manter à salvo das águas o gado, as pequenas criações domésticas, hortaliças, legumes e outros. É feito de madeira com piso (assoalho) alto, tipo palafita, para evitar o alcance das águas.

economia solidária, tal como ocorreu no Brasil, a partir dos anos 1990, lembrando que a Universidade Federal do Amazonas possui uma incubadora, tema que explicitamos no segundo capítulo desta tese. Atualmente, a economia solidária é ao mesmo tempo um movimento social e uma política pública, o que poderia alavancar enormemente a APRODUCIDA.

No que diz respeito ao incentivo para a agricultura familiar, o professor Paul Singer, em entrevista nos informou que “o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura abrange todas as regiões Norte, Sul, Leste e Oeste e precisa ser acessado pelos empreendimentos solidários e os agricultores familiares em geral” (entrevista/2015). O que ocorre, na maioria das vezes, é que os agricultores desconhecem o PRONAF e os seus critérios de acesso, informações que poderiam ser qualificadas pelas instituições, incluindo a própria Universidade que deveria realizar a ecologia de saberes, como propõe Boaventura Sousa Santos (2006). Para este autor, ecologia de saberes é:

Por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico que a universidade produz, e os saberes [...] que circulam na sociedade (SANTOS, 2006, p.76).

Em entrevista Hilmael da Silva Oliveira (34 anos), Secretário Adjunto da Secretaria de Produção Rural de Coari, revela o seguinte:

Estamos montando um organograma para fazermos um levantamento básico das comunidades do município de Coari. São 206 comunidades no entorno de Coari. Temos uma parceria com o IDAM para realizarmos o recadastramento técnico dos agricultores familiares. Ainda não temos parceria com a APRODUCIDA, mas já conhecemos essa associação. Ainda não temos uma relação institucional com ela porque estamos começando o trabalho (entrevista/2015).

Veja que as respostas do poder público local em relação aos trabalhadores rurais associados da APRODUCIDA, ainda estão sendo gestadas, estão no horizonte das possibilidades, no âmbito do vir-a-ser, mas de um devir incerto, porque até o término de nossa pesquisa neste ano de 2016, o poder público local ainda não tinha comparecido à comunidade Nossa Senhora Aparecida, ficando, pois, no âmbito das promessas não cumpridas, não permitindo que a população rural “mantenha uma condição minimamente digna” (ALMEIDA e MANESCHY, 2001, p.441).

A pertinência das políticas públicas significa alavancagem do setor primário, reconhecimento institucional da agricultura familiar de forma grandiosa e não residual como faz o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como aponta Gaspar (2009, p.48),

Com isso, poderíamos oferecer um produto de melhor qualidade e com preços competitivos, em condições de atender adequadamente ao mercado consumidor. Dessa forma, passaremos a ter a cadeia produtiva da mandioca como uma atividade economicamente rentável, geradora de emprego, melhorando a renda, consequentemente elevando o nível socioeconômico das famílias rurais e fortalecendo a economia local e fixando as famílias na terra.

Afora isto, os trabalhadores da APRODUCIDA vem forjando a sua própria forma de organização do trabalho com esforço próprio e dinamismo de cooperação e solidariedade, buscando um caminho possível para a manutenção da sobrevivência com o restabelecimento do ser social produtivo e autônomo. Quando indagamos um dos líderes fundadores da APRODUCIDA, Damião Barbosa (58 anos) sobre as formas de organização desta associação, ele nos revelou o seguinte:

Olhe, a associação surgiu em 1999 quando nós decidimos que não íamos mais vender os nossos produtos para o japonês, por que o preço era baixíssimo. Então, resolvemos montar o nosso próprio negócio. Fundamos uma associação que tem um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, conselho fiscal e conselho administrativo. Fazemos uma gestão participativa. Os sócios entregam a produção para a associação (presidente) é beneficiada a produção (organizada), vendemos e dividimos o lucro. 5 % da produção que é vendida para a Prefeitura vai para a associação, o resto é dividido proporcionalmente conforme a produção de cada associado. Quem não produz não ganha (entrevista/2015).

O associativismo dentro da economia solidária possui um cariz político-organizativo bem definido. É um instrumento de organização do trabalho que serve não só para inserir aqueles trabalhadores que estão perdendo mercado nesses tempos de reestruturação produtiva e/ou que nunca foram inseridos no mercado, como também é uma ferramenta pedagógica de educação e formação dos sujeitos da cooperação. Não se trata de ações simples e fáceis de conduzir. O sistema de associativismo não é um empreendimento capitalista que dita as normas empresariais e manda que sejam cumpridas por todos. Essa forma colegiada da gestão da APRODUCIDA é a mais adequada no âmbito da economia solidária, embora eles nunca tenham ouvido falar de economia solidária antes desta pesquisa.

A maior preocupação com este tipo de empreendimento é o retorno financeiro e isso exige esforço e paciência, assomado a uma gestão transparente, descentralizada e

participativa, para evitar os conflitos e a desagregação do coletivo. Mas, não só isto, exige também a elaboração de metodologia e tecnologia social que permitam o empoderamento dos trabalhadores frente aos seus próprios negócios.

A autogestão é a novidade e a marca consagrada dessa associação, APRODUCIDA, que surgiu dando um novo sentido ao trabalho na comunidade, sem a existência de nenhum conflito até o presente momento. Singer (1998, p.38), aponta para o fato de que “esses trabalhadores não obedecem a ninguém, não tem patrão e, por outro lado, não podem fazer corpo mole, como acontece muitas vezes com quem tem quem pague seu salário no final do mês”.

A distribuição da renda é feita de forma equitativa na justa medida da participação de cada associado no processo de trabalho. Ou seja, atende ao princípio da equidade e da justiça social, conforme a quantidade⁵ de produtos produzidos por cada associado. Evidentemente que alguns ganham mais dividendos do que outros por que produziram mais. “Cada associado tem o dever de pagar R\$ 5,00 (cinco reais) mensal para a associação, fora os 5% de cada produção vendida” (Lúcio Lima Barbosa, entrevista, 2015).

Os produtos agrícolas produzidos pelos associados da APRODUCIDA são comprados pela Secretaria Municipal de Educação de Coari para a merenda escolar da sede do município. Esta participação do poder público municipal deve ser reconhecida, embora não se configure como uma política pública, mas sim como uma ação governamental residual e descontínua porque cessa essa fonte em tempos de crise. Mesmo assim, em caráter de ação residual, tem sua importância para esse povo que necessitava auferir renda para a manutenção de suas famílias. De acordo com Rosa Fernandes de Araújo (31 anos), uma das mulheres que compõe a amostra desta pesquisa,

Muita coisa mudou na nossa comunidade depois da criação da associação. Antes não havia TV a cabo agora existe, entrou mais dindin. Outro benefício bom foi esse terreno onde moramos que a associação comprou e dividiu com a comunidade. E aumentou o número de pessoas aqui (entrevista, 2015).

Também, Luis da Silva Araújo, considera que ocorreu muitos benefícios na comunidade com o advento da APRODUCIDA: “veja, a associação trouxe esta terra que a gente mora aqui: o terreno foi dividido com as famílias. Cada um fez a sua casa. Além disso todo sábado a gente tem dinheiro” (entrevista, 2015).

Estas falas nos levam a considerar o fato de que o trabalho continua sendo fundante nas sociedades contemporâneas. Reafirmamos o fato de que em sua perspectiva ontológica o

⁵ É utilizada uma balança para aferir o peso dos produtos apresentados à associação por cada trabalhador associado. A pesagem é que vai determinar qual será o valor do lucro de cada um.

trabalho é o elemento central na vida do sujeito histórico, capaz de rearticular as sociabilidades e organizar a vida em sociedade. De acordo com TORRES (2002, p. 212 – 213), “o trabalho envolve o sujeito homem e mulher de maneira plena, posto que articula relações mais amplas no sentido de práxis criadora e afirmação da cidadania”.

É assim que os trabalhadores começam a vislumbrar novos rumos e alternativas para o seu desenvolvimento social e, se puderem contar com a ação das políticas públicas, poderão contribuir significativamente para com o desenvolvimento regional e para a sua própria qualidade de vida. Isto nos leva a pensar na importância que tem esses novos sistemas de valores, com estilos de vida compatíveis com os recursos finitos do planeta, objetivando garantir a qualidade de vida sem a depredação do ecossistema, observando a interconexão e auto-organização como ensina Capra (1996).

É preciso construir um crescimento diferenciado que valorize as comunidades tradicionais, seus saberes, e que ofereça aos trabalhadores a oportunidade de afirmar a sua identidade. Os povos tradicionais constroem suas estratégias de trabalho e sobrevivência em integração com a natureza de forma equilibrada sem comprometer a vida desta e das futuras gerações, fato que passam ao largo dos grandes projetos amazônicos que usurpam e exploram os produtos naturais da região de forma vil.

A economia solidária engendra em seu dorso a perspectiva de desenvolvimento humano sob o horizonte da emancipação social. Volta a sua atenção para o sujeito trabalhador sob o signo da solidariedade, valoriza aquele sujeito que se reconhece no processo de trabalho e que se organiza nele como classe e como um constructo social.

4.2 – A Ecosol e a organização da economia solidária no Amazonas

O aspecto social do trabalho sustenta-se numa ética da solidariedade e de relações com a natureza que prescinde das determinações derivadas das grandezas socialmente estabelecidas, quer seja no âmbito do lucro e da renda da terra, quer seja no aspecto do salário ou de outros tipos de troca econômica. Furtado (1997) considera que o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o desenvolvimento.

A economia solidária encarna em sua organização uma espécie de ressurreição de valores da cultura operária tais como solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral dentre outros. A autogestão é um elemento indissociável deste tipo de trabalho, inexistente economia solidária sem autogestão. A autogestão pode promover mudanças nas relações de trabalho trazendo nova qualidade de vida à vida do trabalhador, que se sente

valorizado e potencializado em sua auto-estima, na medida em que ele se vê produzindo o seu próprio trabalho e dirigindo seu próprio negócio.

Nessa nova fase da economia, dificilmente, um esforço isolado de uma empresa ou organização conseguirá reunir todas as competências necessárias para enfrentar com êxito os desafios do mercado. Isto, no entanto, só pode ser alcançado se tiver estratégias organizativas bem definidas com base nas decisões democráticas não só via voto periódico e representação, mas também na partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo. Neste processo, tanto o trabalho educativo quanto o método de acompanhamento devem promover autonomia e potenciar a inteligência coletiva, em que a solidariedade e a reciprocidade prevaleçam.

Maffesoli (2005, p.69) chama a atenção para o fato de que os trabalhadores do associativismo devem procurar evitar que “a demagogia político-administrativa seja uma maneira cômoda de fazer com que o bem comum, apanágio da sociabilidade, seja expropriado em benefício de alguns e caia em mãos alheias”. Assumir a direção racional no processo de trabalho e autogerir os negócios, representa um salto de grandeza na reabilitação humano-social do trabalhador, como vimos anteriormente. Some-se a isto, o fato de que “trabalhadores em cooperativas de produção não obedecem a ninguém, não têm patrão” (SINGER, 1998, p. 38).

Em termos organizativos a economia solidária possui um órgão oficial dentro do Estado brasileiro, consignado na Secretaria Especial de Economia Solidária – SENAES, a qual surgiu como resposta a um amplo movimento social assentado nas várias formas de expressão da economia solidária em todo o país. No Amazonas esta organização se processa no âmbito do Fórum de Economia Solidária – Ecosol, que possui expressiva participação no monitoramento dos empreendimentos solidários no Estado, e com representatividade no âmbito nacional. De acordo com Domício Gamenha (58 anos), Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas,

A coordenação do Fórum da Ecosol tem um papel fundamental no movimento social que é articular os trabalhadores, os empregados que estão no trabalho e os organiza em forma de trabalho e cooperativa, em associação de produção. Esse é o papel do Fórum Estadual e ao mesmo tempo articular com o poder público tanto estadual, como municipal e federal (entrevista, 2015).

A organização livre dos trabalhadores supõe uma ruptura com a ditadura do capital em favor da gestão coletiva dos empreendimentos solidários. Estas ideias tem fundamento nas primeiras formas de cooperação autogestionária, das quais Rochdale, fundada em 1844, foi a pioneira. De acordo com Nakano (2000), “para que este tipo de trabalho dê certo, são necessários parâmetros mínimos: democratização das tarefas, motivação dos trabalhadores, viabilidade do projeto no médio e longo prazo”.

O Fórum de Economia Solidária do Estado do Amazonas é uma entidade civil sem fins lucrativos que congrega representantes de associação de trabalhadores, cooperativas de produção e de serviços, APLS – Arranjos Produtivos Locais dentre outros. Assume um cariz político bem frontal na medida em que “o político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social” (MAFFESOLI, 2005, p.23).

Em nossa pesquisa perguntamos à Tatiana Conceição Valente (34 anos), coordenadora da Rede Tapiri de Comercialização Solidária, sobre os tipos de empreendimentos apoiados pela SENAES no Amazonas. Ela revelou o seguinte:

Aqui no Amazonas nós temos da Secretaria Nacional de Economia Solidária dois projetos em execução. Um deles é o Centro de Formação de Economia Solidária que trabalha a capacitação dos empreendimentos e fomento dos gestores públicos e na sensibilização dos atores para a execução da economia solidária no Estado. Existe um outro projeto junto ao Governo do Estado que é para fomentar a cultura mínima na área da comercialização e bancos comunitários. Fomenta a formação de 03 bancos comunitários já existentes, 05 novos bancos e 05 pontos de comercialização. Já fizemos a entrega de parte desse material que foi comprado pelo governo. Ao todo são 05 lojas no entorno abrangendo 05 territórios no Amazonas: Alto Rio Negro, Alto Solimões e Madeira (entrevista, 2016).

Observe-se que a política pública direcionada à economia solidária tem seu foco na construção de empreendimentos infraestruturais, que busquem viabilizar a economia solidária no Amazonas dando-lhe impulso e vigor. Torres (2012, p. 104 – 105), considera que:

À política pública é, em última análise, a produção da própria vida social. Pensar política pública é pensar em arena política, é pensar em mudança e transformação social. Significa, fundamentalmente, pensar o papel dos pesquisadores e pesquisadoras no desenvolvimento social dos povos, e o lugar dos movimentos sociais dentro do conhecimento.

Castro (2010) também argui dizendo que os movimentos sociais da Amazônia têm discutido propostas alternativas para um desenvolvimento social equitativo entre os povos,

defendendo os interesses e as necessidades da população com sua diversidade social e étnica. Na mesma direção Furtado (1997, p.51), lembra que:

“A sombra da força mobilizadora da bandeira do socialismo, brotavam movimentos de massa que amorteciam as reivindicações dos indivíduos e canalizavam as energias coletivas para a construção de um futuro hipostasiado, redentor dos males do presente”

A história se resume para os trabalhadores, na sua organização social, como Marx e Engels (2007), sinalizam no *Manifesto Comunista*. Os trabalhadores lutam para melhorar suas condições materiais de suas vidas e de todos os membros da sociedade, mesmo os mais privilegiados. Por isso, não cessam de apelar indistintamente à sociedade inteira, de preferência à classe dominante.

Hoje, põe-se em voga o mantra do desenvolvimento social sob o cariz das políticas públicas. Não obstante, torna-se premente “haver um reordenamento da vida social [...]. A política pública é o espaço da negociação desse reordenamento” (TORRES, 2012, p. 105). A política pública é a expressão da negociação reivindicativa das entidades da sociedade civil com o Estado, é portal do desenvolvimento da sociedade em meio às relações que perpassam os interesses das diferentes classes sociais em disputa. Tem um caráter humanizador.

Prosseguindo em nossa pesquisa indagamos à Tatiana Conceição Valente, acerca dos empreendimentos de economia solidária existentes no Amazonas, e obtivemos a seguinte resposta:

Hoje pelo cadastro de 2007 existem 463 empreendimentos. Este foi o último censo feito no Amazonas e que foi validado. Após essa validação nós temos aí a adesão de novos empreendimentos. Temos também, vários empreendimentos que ainda não conseguiram adentrar o cadastro. Hoje, nós temos no cadastro do movimento em torno de 1500 a 2.000 empreendimentos no Amazonas, mas legalmente, no sistema, só temos 604 ou 605. Lembro que nós temos uma falência muito alta desses empreendimentos, porque ou eles morrem ou eles se reinventam com uma outra dinâmica ou uma outra perspectiva num período muito curto. Num período de um ano eles tem uma nova roupagem ou ocorre o desaparecimento desses empreendimentos, ou eles trocam o foco, ou eles fecham, por falta de fomento (entrevista, 2016).

O trabalho transcende a mera expectativa da provisão dos recursos necessários para a sobrevivência, na medida em que é capaz, também, de gerar as condições necessárias para a realização humana plena. Na acepção de Arendt (1999), como animal *laborans*, o homem provê só a sua subsistência: como *homo faber*, ele fabrica artefatos duráveis, construindo o mundo por meio da *techne*, como *zoon politikon*. Torna-se agente político, caracterizado pela

ação na esfera pública. Ou seja, ele realiza as atividades humanas a partir “da coisa produzida, sua localização, sua função e duração de sua permanência no mundo” (ARENDT, 1999, p.37).

Os trabalhadores, em sua ontogênese de classe, coletivo que se forja na história, são tenazmente organizados no processo político, o que confere a eles um *ethos*. Para Lukács (1981), os indivíduos, por meio de sua ação e participação na vida social, são potenciais protagonistas do destino do conjunto inteiro da espécie humana, na medida em que essas ações individuais repercutem, sem cessar, na vida dos outros. Aqui, como vemos, está o germe desse *ethos*. O indivíduo é prenhe de coletividade, esta posta na sua humanidade. Lukacs vê a trajetória histórica da humanidade como sendo uma sucessão constante de tensão entre dois polos: o gênero humano enquanto síntese e totalização das ações individuais, e as ações dos indivíduos em sua singularidade e particularidade histórica.

Essa predisposição do indivíduo para a organização política, para a luta, e aqui neste estudo examinando a luta no âmbito do trabalho e de sua ação organizativa, mostra que eles não são peripatéticos. Isto desmorona a ideia “por dentro e na base da ideologia dos governantes, de que a sociedade civil e o cidadão são amorfos, incompetentes, suspeitos etc, está a dominação brutal do capital sobre o trabalho, da burguesia sobre a classe operária” (IANNI, 1981, p. 171).

A organização dos trabalhadores é uma construção histórica ancorada na vivência que cada um tem no âmbito do trabalho, o que resulta na experiência de classe, como diz Thompson (1987). A experiência de classe tem imersão em grande parte nas relações de produção. Já a consciência de classe é processada no terreno da cultura, de vez que ela engendra tradições, sistemas de valores, ideias, formas institucionais dentre outros. Em Thompson (1987), a classe é compreendida como resultante da formação social e cultural, cujos processos devem ser estudados depois de um certo tempo de experiência na lide de classe. Ianni (1994, p.69) chama a atenção para a seguinte compreensão:

É óbvio que a forma pela qual se insere o trabalhador no processo produtivo é um dado fundamental para a qualificação do empreendimento econômico. Entretanto, não se deve confundir a definição social do trabalhador com o significado do seu trabalho e, em consequência, do produto de sua atividade produtiva.

A matriz discursiva da tradição marxista, embora estabeleça conectividade entre trabalho e trabalhador, clarifica a distinção entre ambos. A centralidade do trabalho é explicada tendo por base o processo de objetivação-exteriorização. A objetivação diz respeito à corporeidade da ideia num objeto criativo. O que antes era apenas ideia é transformado num

corpo previamente concebido, compondo, dessa forma, um processo de transformação da natureza, sendo este o produto do trabalho do homem. Ocorre, data vênica, que neste processo o homem também se transforma. Lessa (1996, p. 10 -11), evoca Lukács para dizer que:

A objetivação é uma mediação que articula a teleologia, enquanto uma ideia abstrata e singular com a gênese de um novo ente, objetivo [...]. Toda objetivação resulta em novos conhecimentos e novas habilidades, por isso, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma.

Aqui reside, pois, o papel social do trabalhador, o seu *ethos*, cujo cariz criador e transformador se assenta na sua possibilidade de constructo humano. No âmbito da doxa subjaz uma concepção teleológica do trabalho enquanto um fim em si mesmo. Ou seja, o trabalho é percebido como o grande vetor sob o qual os trabalhadores produzem os meios de sua existência, reproduzindo a sua própria vida material.

O associativismo na base da economia solidária é um modelo de inserção econômica que coloca o trabalhador na centralidade do processo produtivo, tanto como ser pensante, quanto como executar e gestor do processo de trabalho. Vimos que, no Amazonas cresce, significativamente, o número de empreendimentos alocados na base organizacional do Fórum da Economia Solidária. Não obstante, os informantes de nossa pesquisa revelam que há muitas dificuldades e obstáculos a serem vencidos no Amazonas, para que ocorra tanto a expansão dos empreendimentos, quanto o seu monitoramento no âmbito da gestão. Domício Gamenha acerca disso desenha o seguinte quadro:

No Amazonas temos uma maior dificuldade no âmbito da gestão dos empreendimentos solidários. A logística enfrenta uma dificuldade geográfica, tudo é pelo rio, pela água, o que torna tudo caro pra nós. Com 5 mil reais se consegue fazer todo o mapeamento dos empreendimentos no Rio Grande do Norte, aqui se faz só um município com esse valor. Uma viagem para Tabatinga custa R\$ 3.200,00, fora a estadia, alimentação e deslocamento. Nós somos diferentes de todos os Estados brasileiros, a nossa diversidade cultural é muito grande. Tem a questão das etnias [...]. Em Tabatinga, São Paulo de Olivença, a gente trabalha com a população indígena, gente que fala no seu dialeto, a gente não entende o que eles falam. Então, temos que ter com a gente um agente que entende a língua dos índios (entrevista, 2016).

A planície amazônica, representada pela magnitude e selvageria da floresta, dos rios e da opulência de suas terras, é fechada e de difícil penetração. Ainda hoje é difícil transitar dentro da Amazônia, exige tempo e recursos financeiros consideráveis para se chegar nos

lugares. Em tempos passados Viana Moog (apud, BATISTA, 1976, p. 42)⁶ chamou a atenção para o fato de que “a Amazônia como que desmoraliza o próprio princípio da contradição, tanto se pode errar afirmando como negando”. Isto para falar de estatísticas indígenas presentes na região, mas serve também para falar das grandes distâncias geográficas que negam a retórica governamental, em relação ao acesso e alcance das políticas públicas na região.

As dificuldades postas a essa região são enormes não só no aspecto do deslocamento para realizar o monitoramento dos empreendimentos solidários existentes no Amazonas, mas também em razão da sua expressiva sociodiversidade. A linguagem é um fator de sociodiversidade na Amazônia. As tribos e os grupos indígenas distanciam-se pela variedade de línguas e dialetos que os distingue uns dos outros. Em certos casos, até mesmo uma única nação não fala a mesma língua, mas vários dialetos. Reis (1996), considera que a linguagem corrente na Amazônia dos dias atuais é um subdialeto do que se poderia chamar de dialeto brasileiro, o idioma amalgamado que se formou no Brasil. Denominação de vários utensílios de uso diário, de nomes de pessoas, da fauna e da flora, tem raiz nos troncos linguísticos indígenas.

O curso superior do vale do Amazonas, conhecido como região do Alto Amazonas, compreendendo o Vale do Rio Negro, era habitado por nações de outras filiações linguísticas, como é o caso dos Tukano, que formam uma etnia dentro do tronco linguístico Tukano; os baniwa, que vêm do tronco aruaque; e os maku, que formam um outro tronco linguístico. Quando Domício Gamenha diz que o dialeto indígena é um fator que dificulta o trabalho de monitoramento da economia solidária no Amazonas, ele está dizendo que o Estado brasileiro não conhece a região, na medida em que opera com cifras de recursos de forma linear para todas as regiões. Aqui na Amazônia, é necessário remunerar um agente tradutor para operacionalizar o trabalho. A esta situação Martins (2002, p.177), sinaliza dizendo que:

É lamentável que haja tantas dificuldades para que os movimentos sociais da Amazônia e o Estado se completem nesse papel de transformação social que pode, de fato, trazer a nossa sociedade para o mundo moderno e fazê-lo como justo benefício para todos.

Quando perguntamos a Domício Gamenha o que é necessário para o avanço do aspecto econômico de geração de renda aos trabalhadores da economia solidaria, ele acenou dizendo o seguinte:

⁶ Ver Viana MOOG (1936, p. 12, 14). In: BATISTA, 1976.

O Brasil avançou muito na área rural. O pequeno produtor rural coloca a família inteira trabalhando e mais os vizinhos que gostam de ajudar, exatamente são eles que alimentam o Brasil. Os Sateré- Mawé, por exemplo, estão vendendo o guaraná para a Alemanha, que vai para Munique onde ocorre o Oktoberfest. Na Bahia tem mais guaraná do que em Maués. O tambaqui tem mais na Bahia do que no Amazonas. Eles estão investindo pesado na aquicultura e no guaraná. Aqui no Amazonas ainda falta investir na potencialidade da região, empoderando mais os nativos e o homem da terra. Temos, por exemplo, a cadeia do açaí que poderia alavancar a economia, mas não se faz nada. O açaí é uma palmeira que dá muito rápido e a Embrapa do Pará está fazendo a produção do caroço do açaí. Temos pesquisas, o que falta é investimento, incremento (entrevista, 2016).

Não resta dúvida o fato de que a organização de trabalhadores em empreendimentos produtivos de base solidária tem se revelado numa importante ferramenta para a inclusão social. São famílias inteiras mobilizadas neste tipo de trabalho solidário, tal qual constatamos na comunidade Nossa Senhora Aparecida, onde realizamos esta pesquisa. Valdeci Nascimento dos Santos (38 anos), um dos trabalhadores da APRODUCIDA ouvido nesta pesquisa, revela que “na nossa família todos trabalham, homem, mulher e os filhos fazem os mesmos trabalhos” (entrevista/2016).

Nesta mesma linha acrescenta Valtemiza de Oliveira Sena (26 anos), também membro da APRODUCIDA: “eu e minha família recebemos doação de terra por causa do nosso trabalho aqui na APRODUCIDA. Todos nós trabalhamos muito na agricultura” (entrevista, 2016).

Martins (2002, p.63) lembra que “diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho. O característico camponês trabalha com sua família. Portanto, seu trabalho não é um trabalho solitário, não é um trabalho de indivíduo”. A agricultura familiar reveste-se de grande significado social para os povos tradicionais da Amazônia, assentada nas relações de reciprocidade afetiva, solidariedade e união. De acordo com Ianni (1994,p.70),

É neste contexto que devemos compreender os trabalhadores agrícolas, seja qual for a sua definição social, local ou regional: colono, volante, empreiteiro, parceiro, rendeiro, meeiro, eiteiro, camarada, peão, morador, seringueiro, agregado etc.

O que estes trabalhadores necessitam é de apoio, fomento, revestido em políticas públicas para o setor rural. Como diz Furtado (1997,p.51), “o desenvolvimento precisa ser encarado como problema de engenhoca social”. É verdade que o momento presente exige que os sujeitos históricos homens e mulheres criem novas formas de trabalho socialmente

reinventadas e autossustentáveis, como é o caso do beneficiamento do guaraná realizado pelos Sateré-Mawé, mas também é preciso que o Estado entre com o suporte das políticas públicas.

Tatiane Conceição Valente nos informa que “70% dos empreendimentos de economia solidária do Amazonas estão na área rural” (entrevista, 2016). Geliane Cruz da Silva (26 anos), membro da APRODUCIDA ouvida nesta pesquisa, aponta a ausência de políticas públicas dizendo que “aqui na comunidade é muito difícil o trabalho. A gente faz canteiro na maromba pra sobreviver na enchente, vivemos assim sem ajuda” (entrevista, 2016). A mesma dificuldade é apresentada por Jeikson Silva de Melo (33 anos), “a nossa vida é arriscada na cheia, trabalhamos em cima de maromba com os canteiros. Não podemos parar porque precisamos sobreviver” (entrevista, 2016). Eduardo Oliveira da Silva (23 anos), conclui dizendo: “a gente tem a associação que se organiza para lutar pelos nossos direitos. Só contamos com a Petrobras que aluga um ponto na feira para a gente vender os produtos, mas é só. A Prefeitura de Coari não nos reconhece como associação” (entrevista, 2016).

As determinações naturais e os condicionantes sociais dos povos tradicionais da Amazônia, tornam o homem do campo ainda mais vulnerável e em estado de risco social. A ausência de políticas públicas em que se encontram as famílias nas comunidades tradicionais é gritante. Martins (2002), alude esta situação dizendo que a sociedade contemporânea é essencialmente a sociedade da luta contínua contra as formas de exclusão, não só aquelas que se associam à pobreza material. Para o autor, “a luta é fundamentalmente pela integração, sobretudo pela integração simbólica quando a integração material e social não se concretiza na extensão que se espera” (MARTINS, 2002, p.46). Maffesoli (2005, p.57), acrescenta dizendo que o povo deve lutar e “endossar o que é bom pra ele”.

É preciso compreender a Amazônia na matriz da condição humana que ela comporta, voltando o olhar para a sua gente. É importante e urgente que o Estado compreenda que a enchente é um problema social que atinge profundamente a vida na região, como vimos ao longo deste estudo.

4.3 – As ações do Estado brasileiro em políticas públicas voltadas para a economia solidária

A luta política dos trabalhadores no mundo não ocorreu sem conflitos extremos e antagonismos exacerbados no âmbito das relações de poder, com uso de força legal e violência, o que exigiu estrutura organizativa de resistência eficaz. No Brasil, a ofensiva das forças do capital foi mais ostensiva, especialmente no campo ou na área rural, que massacrou

a Liga Camponesa no primeiro quartel do século xx, assassinou líderes rurais e continua com esta prática de extermínio sobretudo na Amazônia.

No século XIX, o país agrícola e escravagista não apresentava as condições históricas e econômicas para a formação de massas urbanas operárias que pudessem fazer frente às forças do capital de forma efetiva. É, pois, no século XX que o movimento operário tomou maior impulso, vinculado à grandes perspectivas político-revolucionárias da utopia social, embalado pela tradição marxista. Marx, é o principal formulador do materialismo histórico e dialético que se faz na história, no âmbito da Teoria Política e na Economia compõe com Émile Durkheim e Max Weber, o suporte clássico da sociologia.

As ideologias políticas tinham uma função ideológica e simbólica importante na constituição do movimento de classe no mundo do trabalho. Todas as formações ideológicas em maior ou menor proporção são prenhes de significados para a subjetividade humana, seus sonhos e aspirações. Trata-se de um rastro de idealização e de esperança que alimentam a práxis de classe e que construiu o imaginário utópico de uma suposta sociedade sem exploradores e explorados. Para Alves (2003) essa idealização é um componente fundamental da práxis cotidiana. Não existe movimento social ou ação histórica sem algum lastro de idealização, sem uma base emocional e psicológica que coloque em funcionamento um poder de imaginação.

O grande acervo das obras de Marx constitui-se no principal arcabouço teórico-ideológico da luta dos trabalhadores como expressão histórica. Para Fernandes e Ianni (1996), Marx desvenda a historicidade inscrita nas relações, nos processos e nas estruturas sociais. A idealização significa adesão a um grande ideal consignado no projeto histórico de organização dos trabalhadores como classe. A satisfação proporcionada pela luta não decorre apenas do valor simbólico de emancipação social que prefigura a realização de uma esperança muito mais ampla. De acordo com Singer (86 anos)

A economia solidária foi inspirada no socialismo. Ou seja, a crítica ao capitalismo se origina nos autores chamados utópicos e por discípulos desses utópicos chamados Karl Marx e Friedrich Engels. Eles foram claramente discípulos utópicos (entrevista/2015)

Nessa nova fase do capital no tempo contemporâneo sob o fluxo da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, dificilmente, o esforço ideológico e idealista das organizações sindicais conseguirá reunir as estratégias necessárias para enfrentar com êxito os desafios das forças de mercado, sem retaliação dos trabalhadores. No horizonte destas

discussões postas sobretudo pelo Consenso de Washington⁷, está a desestruturação da luta de classes. Essa desestruturação, conforme Giddens (1991), é consequência da modernidade que conjuga ilhas de excelência com destruição e caos, fazendo com que o subdesenvolvimento seja a outra face do desenvolvimento.

A economia solidária como vimos assinalando ao longo deste estudo inscreve-se no processo alternativo de organização dos trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho. O aspecto coletivista e a solidariedade presentes nesta modalidade de trabalho, revestem-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano. Tatiane Conceição Valente (34 anos), membro do Fórum Nacional de Economia Solidária, considera que "a cultura solidária que permeia a organização dos empreendimentos e dos trabalhadores da economia solidária, é a base de tudo" (entrevista/2015).

Deve-se reconhecer que, ao reabilitar o conceito de solidariedade, o associativismo restabelece os laços indenitários, a sociabilidade e a perspectiva de coletividade dos trabalhadores. De acordo com Ávila (1997, p.156), a perspectiva de solidariedade "tem uma consistência própria, uma mensagem própria [...]. É tarefa do solidarismo, não tanto criar um movimento novo, quanto enfeixar, dar conteúdo e objetivo às forças solidaristas atuantes que se desconhecem".

Embora a base fundante do associativismo sejam a solidariedade e a cooperação deve-se reconhecer que há outras formas de sociabilidade como é o caso do sentimento de pertença a uma classe, uma cultura dos debaixo, tal como sugere Thompson (1987). Há uma busca de afirmação da cidadania dos trabalhadores rumo ao seu desenvolvimento social e econômico. Trata-se de uma luta social que tem por base a solidariedade dos excluídos pela via da democracia que é outro valor estruturante da economia solidária. É no dorso da construção da cidadania e da organização dos trabalhadores da economia solidária que o Estado brasileiro viu-se compelido a reconhecer essa modalidade de trabalho.

Em termos de organização da economia solidária no âmbito da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, Domício Gamenha (58 anos), coordenador estadual do Fórum de Economia Solidária no Estado do Amazonas, revela o seguinte:

A SENAES está trabalhando nos 27 Estados brasileiros. No Governo Lula a economia solidária teve avanço, mas foi muito pontual. Foi no Governo

⁷ A expressão Consenso de Washington é dada à reunião dos países que compunham o chamado G-7. Canadá, EUA, Reino Unido, França, Inglaterra, Itália e Japão, realizada na cidade de Washington, EUA, em 1989 que redefiniu as bases do capital sob o fluxo do neoliberalismo.

Dilma que cresceu mais. Ela conseguiu apoiar todos os Estados brasileiros, só neste ano de 2015 nós temos 13 milhões de reais investidos na economia solidária. O Acre tem 38 milhões investidos. Então, onde estiver mais organizado tem mais recursos. Tem também os editais que as entidades podem se habilitar para concorrer (entrevista/2015)

O cooperativismo sempre teve um forte apelo entre os trabalhadores, não obstante, as experiências cooperativadas muitas vezes tenham demonstrado serem limitadas e nunca tenham se colocado como uma alternativa real à forma capitalista de organização da produção. Deve-se, no entanto, reconhecer que o Estado brasileiro até bem recente não acenava com recursos para, por intermédio de políticas públicas, realizar o desenvolvimento do cooperativismo. O fato é que as cooperativas nunca deixaram de ser um corpo estranho dentro das economias de mercado, posto que, sendo regidas pela cooperação e solidariedade, passam ao largo do caráter competitivo das empresas capitalistas. Para Quijano (2002,p.477), esse sistema de produção alternativo surge, "fundamentalmente, para eliminar as raízes sociais e as condições históricas da exploração e da dominação social".

Os recursos aportados pelo Estado brasileira aos empreendimentos solidários não são peremptoriamente, dirigidas ao sistema cooperativo, mas sim às associações, APL's - Arranjos Produtivos Locais e outros empreendimentos da base da economia solidária, pois, embora o cooperativismo esteja nesta base, ele possui lei própria e dinâmica organizativa consolidada no Brasil. É o que nos informa Domício Gamenha, a saber:

Na economia solidária brasileira tem mais associações do que cooperativas. Tem muitas cooperativas, mas a maioria delas não está bem no campo da economia solidária, estão ligadas a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. A OCB só trabalha com cooperativas e com grandes cooperativas, as pequenas cooperativas ela deixa de lado (entrevista/2015)

Também a APRODUCIDA - Associação Comunitária dos Produtores rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida se insere nessa perspectiva do associativismo, que vem ganhando espaço e corpo com sucesso no atual momento histórico. Sucesso este que é obtido em meio às dificuldades postas no âmbito da organização dos empreendimentos solidários e da competitividade de mercado.

Estamos nos referindo às frentes de trabalho coletivizadas expressas nas experiências do associativismo popular como os grupos de mulheres da cidade e do campo, que se unem em cooperação e solidariedade entre iguais em pertença identitária e de classe, para gerar renda e assim manter suas famílias. São associações dos mais diversos aspectos de confecção de produtos, cujos associados se criam e se recriam no processo de trabalho. Gohn (1997, p.12), sinaliza dizendo que "são ações coletivas em busca de soluções para problemas

localizados, baseado no trabalho comunitário", tal como verificamos no contexto da APRODUCIDA.

Em Thompson (2002) há uma confrontação entre a economia de mercado e a economia moral. É no campo dos valores ou dos costumes tradicionais que as populações sentiram o impacto com maior intensidade, quando ocorreu a alienação do trabalho com o advento da industrialização. O que está em causa para Thompson é o processo de formação das formas tradicionais de organização e luta que a classe operária inglesa tinha herdado da luta dos camponeses. É neste sentido que ele "aprofunda as teses que opõe a 'economia de mercado' capitalista e a 'economia moral' de caráter tradicional" (LEAL, REIS FILHO e TORRES, 2011, p.69).

É este o cariz contemporâneo da economia solidária baseada fortemente no associativismo e no Arranjo Produtivo Local, reabilitar a economia moral no âmbito do trabalho fundado na experiência humana, nas formas políticas de resistência, nos valores morais como a solidariedade, a democracia e a cooperação baseados na tradição e na cultura. Domício Gamenha deixa claro o fato de que a economia solidária brasileira volta seu olhar para o pequeno produtor rural, para os catadores, para os trabalhadores excluídos da cidade. Vejamos:

O incentivo que a SENAES distribui aos 27 Estados brasileiros é um indicador institucional de reconhecimento da economia solidária. O projeto dos catadores é um grande exemplo. Um projeto dos catadores é um grande exemplo. Um projeto grande que começou no Governo Lula e está continuando no Governo Dilma, para organizar a cadeia produtiva dos catadores no âmbito do associativismo e do cooperativismo. Também as empresas falidas que são gerenciadas pelos próprios trabalhadores, são apoiadas pelo Governo Federal (entrevista/2015).

Singer (2010) traz a ideia de economia solidária como estratégia à atual crise do emprego, sem prescindir da intervenção do Estado, neste tipo de modalidade de trabalho alternativo ao capitalismo. O autor rompe com o marxismo ortodoxo e com a visão economicista que acredita que o desenvolvimento das forças produtivas no âmbito alternativo e livre dispensa a participação do Estado. Não é pelo fato de a economia solidária se constituir numa modalidade de trabalho autônoma, que passa por fora das relações capitalistas, que deva abstrair do fluxo das políticas públicas, como defende Gaiger (1999).

Esse tempo contemporâneo, conforme evidência Pochmann (2010, p.167),

Exige um novo movimento de constitucionalização do Estado em direção à maior eficiência e eficácia das políticas de segurança social [...]. Isto porque

somente o imperativo da integração orçamentária e intersectorialização das políticas públicas articuladas por ações matriciais no plano territorial permitirão enfrentar, em novas bases, as mudanças socioeconômicas transmitidas pela transição para a sociedade industrial. No Brasil de hoje há ainda mais de 1/3 da população que se encontra excluída das políticas de proteção social.

A formulação de políticas públicas voltadas para os povos tradicionais da Amazônia deve, necessariamente, considerar a politizadas, matricialidade das territorialidades presentes na região, enquanto fulcros de resistência quer seja fugindo da fome vindos para cá nos grandes contingentes de deslocamentos, quer seja a resistência organizativa propulsora da luta e do enfrentamento protagonizada pelos movimentos sociais.

É preciso evitar a fragmentação das ações públicas de caráter intempestivo, residual e despolitizadas. O assistencialismo que no passado recente deu vazão às práticas coronelísticas, e incensou as práticas do poder local e federal de forma casuística e populista, deve ceder lugar às políticas públicas de forma constitucionalizada, ou seja, como direito social.

Evitar a fragmentação das ações públicas implica adotar o critério e proteção social, com a universalização das políticas públicas. Não adianta garantir recursos para a implementação de empreendimentos solidários se não são garantidas condições efetivas em termos de logística aos trabalhadores da economia solidária no Amazonas, desafio que se põe atualmente, como vimos anteriormente. Isto inclui ações de geração de emprego e renda de forma mais efetivas e permanentes, supõe apoio à educação de adultos para que novos horizontes desponham no âmbito da absorção da mão de obra pelo mercado, exige apoio para que as famílias tenham acesso à moradia, saneamento básico, saúde e a garantia de acesso a toda uma rede de serviços públicos administrada com competência e qualidade (TORRES, 2007).

O Brasil precisa criar mecanismos de inovação para os povos das águas, aqueles que tem suas casas atingidas pela enchente todos os anos. Há necessidade de estudos que avaliem a perda da qualidade de vida e o risco social que as famílias ribeirinhas enfrentam durante o período da enchente dos rios na Amazônia. Uma avaliação criteriosa dos programas sociais e suas dificuldades de implementação nesta região, permitirá a redefinição de estratégias e o uso mais racional dos recursos.

Em entrevista a este pesquisador o professor Paul Singer revela que:

Os países estão em crise. Os neoliberais enterraram o Keynes. Para você ter uma ideia a Alemanha que sustenta a crise na Europa, em 2014, cresceu

apenas 1% do seu PIB. De 2003 até agora o Brasil tirou 40 milhões da miséria, e está enquadrado hoje no modelo das Nações Unidas – OIT. O Brasil está sem miséria por causa do Bolsa Família, que é uma política de intervenção estatal. O mesmo pode acontecer com a economia solidária que poderá retirar muita gente do desemprego, contando também com a intervenção do Estado (entrevista-2015).

E acrescenta

A SENAES é ligada ao Ministério do Trabalho. Este Ministério em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome celebraram convênios com a SENAES e os governos estaduais e municipais, para promover o desenvolvimento das comunidades, dos movimentos sociais, feministas, negros e quilombolas (Paul Singer, entrevista/2015).

Não resta dúvida quanto à necessidade de o Estado prover políticas públicas aos trabalhadores da economia solidária, buscando gestar estratégias de inserção dos trabalhadores que estão fora da economia formal que remetam para o resgate de suas condições mínimas de sobrevivência e cidadania. O maior desafio é encontrar um caminho que concilie as potencialidades e inteligência dos trabalhadores desse tipo de trabalho alternativo, com as políticas públicas e os controles institucionais na busca da redução sistemática da desigualdade e das exclusões sociais. Como sugere Cocco (2000,p.59),

A democratização da relação salarial e a distribuição Keynesiano-fordista da renda devem ser lidas na perspectiva do desenvolvimento da sociedade (do espaço público das relações sociais) e não na do Estado (como espaço normativo das relações de dominação).

Chame-se a atenção para o fato de que a própria organização política da economia solidária encarrega-se de fazer o controle social junto ao Estado, ao mesmo tempo em que se ocupa também de potencializar e alimentar a relação de pertença identitária e de classe entre os trabalhadores, para manter sua autonomia e liberdade frente ao Estado. O próprio Paul Singer chama a atenção para o fato de que:

Aquilo que hoje chamamos de socialismo pelo qual lutamos, esse socialismo é essencialmente democracia, democracia política, democracia na vida artística, democracia no plural que é a economia solidária. Os valores da democracia são a meu ver a maior realização de humanidade desde os gregos até hoje. Quais são esses valores. É a proclamação do fato de que todos nós – só por sermos seres humanos – somos iguais. Iguais não quer dizer uniforme tá claro?. Nós não somos iguais em tamanho, em ideia, em gordura, em doença, não é nada disso. Nós não somos iguais em direitos, isto é essencial. Isto exige o respeito mútuo entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre alunos e professores, entre jovens e velhos. É uma exigência importantíssima que pede que a gente pelo menos se respeite. Quer que os outros respeitem nossos direitos, nós também temos que respeitar os direitos dos outros (entrevista, 2015).

No horizonte do socialismo, da libertação das forças capitalistas, em busca da emancipação social está a cidadania enquanto mecanismo de luta pela conquista dos direitos dos cidadãos. A cidadania é a heurística explicativa da organização política dos trabalhadores. O século XX consagrou a cidadania como o grande mecanismo de regulação do trabalho e de reconhecimento do sujeito, sobretudo no contexto da contradição capital-trabalho. Isto confirma as assertivas de Santos (1987, p.07) de que “ a cidadania é um estado de espírito enraizado na cultura”. Circunscreve-se no horizonte da utopia enquanto esperança e transcendência humana, pois entre a possibilidade de conquistas de direitos e a esperança utópica do reino da cidadania há uma distância colossal. Mas, é preciso atentar para o fato de que, a cidadania é um processo sempre inacabado estando, pois, em constante construção na perspectiva do vir-a-ser.

Em termos de desafios hoje postos à economia solidária Singer considera que ela se expandiu no mundo inteiro, tomou lastro tecendo em redes. Vejamos:

A economia solidária hoje é uma corrente político-econômica-ética mundial. Há em todos os continentes. É uma rede intercontinental de economia social e solidária e isso graças ao capitalismo que se tornou insuportável, com o aumento da desigualdade humana. Isto foi crucial para a efervescência da economia solidária (entrevista, 2015)

Realmente, a economia solidária tomou rastro do mundo inteiro. Seu crescimento numérico em todos os continentes é fato incontestável com sua forma associativa conhecida como economia social na maior parte destes continentes, com feição autenticamente popular e solidária. Há, pois, a expansão e a consolidação desse campo que se apresenta com grande possibilidade de intercâmbio entre os países como já vem acontecendo no âmbito da comunidade científica dos países da América Latina, que fazem troca de saberes nesta temática. Wallerstein (2002) considera que a possibilidade do desenvolvimento (econômico) para todos os países é um fato. Isto é compartilhado por conservadores, liberais e marxistas, incluindo neste processo de desenvolvimento os localismos ou os movimentos de contra-hegemonia como acena Boaventura Sousa Santos na sua Gramática do tempo (2006).

Deve-se reconhecer a pertinência e o fato de o Estado ter reconhecido o movimento de economia solidária que eclodiu no Brasil, no segundo quartel dos anos 1990. Considerar, outrossim, que as políticas públicas direcionadas pelo Estado brasileiro aos empreendimentos solidários em sua organização, execução e gestão, ainda são insuficientes para dar baliza e cobertura ao lastro que se constituiu a economia solidária no país e na sociedade brasileira. Não obstante a isto, é preciso reconhecer que o fato de o Estado ter reconhecido os sujeitos

(trabalhadores) da economia solidária, por si só, já é um avanço, sem deixar de assinalar que isto é uma conquista dos trabalhadores no âmbito do processo organizativo do movimento político-social da economia solidária.

Sempre sustentamos a ideia de que se o associativismo e o cooperativismo não gerassem postos de trabalho, e se as políticas públicas não fossem repensadas em termos de acesso do trabalho solidário ao mercado, em termos de escoamento da produção, o discurso da economia solidária seria inócuo. A nosso ver não adiantava os trabalhadores forjarem alternativas, terem pique, garra e vontade de trabalhar, se as pedras não fossem removidas do meio do caminho.

Vimos ao longo deste estudo que os trabalhadores da economia solidária enfrentam grandes dificuldades e, no Amazonas, estas dificuldades são redobradas em razão da falta de logística, das grandes distâncias geográficas e da sociodiversidade de sua gente. Carece, verdadeiramente, que o Estado seja mais incisivo e presente com aporte financeiro e estrutura de pessoal com capital social para desenvolver a economia social nesta região.

É preciso reconsiderar, por fim, que o associativismo e o cooperativismo não se constituem em práticas sociais de trabalho não precarizado. Ou seja, na medida em que as leis trabalhistas não alcançam esse tipo de trabalhadores, as relações de trabalho ficam circunscritas no âmbito do trabalho precarizado, necessitando, pois, que o Estado brasileiro volte o seu olhar para esta situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

(Arthur Schopenhauer)

O modo pelo qual as organizações sociais e os trabalhadores se integram para se inserirem na economia de mercado, pela via do coletivo, é uma saída inteligente nos dias atuais. Esta pesquisa mostra que a articulação dos elementos existentes na economia rural com as novas metodologias e inovação tecnológica de base solidária e de cooperação, permite retirar contingentes populacionais da miséria, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social de comunidades tradicionais, a exemplo da Comunidade Nossa Senhora Aparecida onde realizamos a nossa pesquisa.

A economia solidária é uma forma de organização do trabalho que está ao alcance dos trabalhadores, incluindo os camponeses das comunidades tradicionais da Amazônia, porque permite reunir recursos naturais e experiências para prover a sobrevivência. O aspecto coletivizado permite alcançar resultados maiores do que os resultados individuais das partes, ou do conjunto, remetendo para o desenvolvimento social.

A nossa pesquisa comprova que o associativismo possui realmente um veio de elevado grau de sociabilização e afetividade, presente nas formas de pertença vividos nos momentos coletivizados de almoços comunitários mensais que, inclusive, tivemos a oportunidade de participar na Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Ocorre, do mesmo modo esses eventos lúdicos e de reavivamento da cumplicidade e das relações sociais, nas datas comemorativas da comunidade e do calendário civil. Esses momentos contribuem, significativamente, para alimentar a solidariedade e a cooperação entre os associados e comunitários de modo geral.

No âmbito da economia e da geração de renda, esta pesquisa constata que a APRODUCIDA consegue realizar a comercialização de seus produtos agrícolas de duas formas. A primeira forma encontrada foi a aquisição de um ponto de venda na feira de Coari, cujo aluguel é pago pela Petrobras, estatal que realiza a exploração de petróleo e gás no rio Urucu, localizado nesse município. Os moradores da Comunidade Nossa Senhora Aparecida tem direito a benefícios sociais provenientes da Petrobras, em virtude de o gasoduto Coari – Manaus ter atingido a sua comunidade, passou por dentro da comunidade. Também a escola

da comunidade recebeu apoio da Petrobras, amparo mínimo que seus moradores recebem pelos prejuízos promovidos às suas vidas e ao meio ambiente.

Outra forma de geração de renda encontrada pela APRODUCIDA foi a venda de seus produtos à Prefeitura Municipal de Coari, para a merenda escolar. Isto mostra que a economia solidária é viável, possui um veio de articulação política capaz de estabelecer relações comerciais como qualquer outro negócio no âmbito do mercado. As municipalidades são orientadas pelo Governo Federal, através da SENAES, a estabelecer relações comerciais com os empreendimentos solidários, em atendimento à reivindicação do movimento nacional de economia solidaria, sendo, pois, esta, uma forma de contrapartida mínima que esses trabalhadores podem receber de seus municípios.

Reconhecemos, neste estudo, que a agenda do Estado brasileiro tem caminhado progressivamente no debate em torno da economia solidária e, mais do que isso, tem injetado recursos aos empreendimentos sociais de todas as regiões brasileiras. Não obstante a isto, é sempre necessário recomendar que o Estado brasileiro busque promover a criação de novos postos de trabalho, embora possamos reconhecer que a crise do emprego se conecta não apenas com aspectos conjunturais relacionados às suscetibilidades da política econômica, mas também com aspectos de natureza estrutural.

Não resta a menor dúvida quanto à limitação do associativismo e cooperativismo popular, por vários fatores, que vão desde o fato de constituir-se num trabalho de baixa rentabilidade, passando pelas imensas dificuldades no caso da Amazônia e de seus determinantes naturais e geográficos, até mesmo a ausência de capacitação desse tipo de trabalhadores.

Reconhecemos, também, que a economia solidaria é capaz de prover a subsistência dos trabalhadores, sem dúvida, e esta situação é constatada amplamente nesta pesquisa. No entanto, é preciso reconhecermos também, que a economia solidária não provê proteção social, trabalhista, aos trabalhadores. Este é, pois, o grande corolário que pesa sobre a vida dos trabalhadores e, neste sentido, ela precariza as relações de trabalho, passando por fora do estatuto da cidadania conquistado arduamente pelo sindicalismo brasileiro e mundial.

Termino esta tese e estas considerações finais clamando ao Estado brasileiro, num grito pungente, que normatize a economia solidária no estatuto da cidadania, sob pena de contrair uma dívida social das mais cruéis e vis junto aos trabalhadores excluídos pela reestruturação produtiva, que não conseguem adentrar o mercado formal de trabalho, por múltiplas determinações históricas.

Devo dizer, por fim, que o processo de doutoramento mudou minha vida, mexeu comigo, com a minha subjetividade. Posso dizer que as experiências vivenciadas com os associados da APRODUCIDA e a experiência que eu vivi na França em Lyon, no Laboratório da Université Lumière de Lyon 2, transformaram-me numa nova pessoa. O doutorado deve servir para isso mesmo, transformar-nos por dentro frente ao mundo, à ciência e ao nosso país. Vale a pena passar por este processo que nos cria e recria-nos em nossa hominização.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Traduzido por Vinício Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AGASSIZ, Luiz e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A dimensão política dos conhecimentos tradicionais na Amazônia. In: Caderno do CEAS-Centro de Estudos e Ação Social. N. 2016. Salvador: CEAS, 2005.

ALMEIDA, Marineide Pereira de e MANESCHY, Maria Cristina. Pesca e Lavoura: espaços de complementariedade. In: FERREIRA, Mary (org.). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luís. Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.

ALVES, Giovanni. Sindicalismo – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2003

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. Dicionário topográfico, histórico e descritivo do Alto Amazonas. Manaus: Grafima, 1984.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Traduzido por Roberto Raposo. Pós-fácio de Celso Lafer. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

ARISTÓTELES. Metafísica: ensaio introdutório. Traduzido por Givanni Reali e Marcelo Perine. V. II. São Paulo: Loyola, 2002.

ÁVILA, Fernando Bastos de. Solidarismo: alternativa para a globalização. 2 ed. Aparecida, SP: Santuário, 1997.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. E economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATES, Henry Walter. Um naturista no rio Amazonas. Traduzido por Regina Régis Junqueira. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Prefácio de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENATTI, José Helder. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Traduzido por Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUARQUE, Cristina Maria e VAINSENCER, Semira Adler. Gênero e Ong: a identidade da pequena agricultora. In: FERREIRA, Mary (org). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luis: Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher e Cidadania e Relações de Gênero. Salvador, 2001.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher agricultora do Rio Grane do Sul. In: Revista de Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 7 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Traduzido por Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, Edgard de Assis. A complexidade do imaginário. In: Revista Internacional de arte e cultura. Leituras da Amazônia do Instituto de Ciências Humanas e Letras. Mestrado de Letras e Natureza e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e Universidade Stendhal Grenoble 3 – CRELIT. Ano 1. N.1. Manaus: Valer, 1999.

CASTRO, Edna. Processo de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel (org). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

_____; PINTON, Florence. Introdução. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org). Faces do Trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

_____. O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. Entrevista a Wilson Nogueira: In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 8. N.1. Jan/ Jun. Manaus: Edua 2008

_____. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. In. BOLE Willi, Castro, Edna e VEJMEKKA, Marcel (org). Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, Socorro de Nazaré da Silva. Programa Direito à Cidadania e Modo de vida tradicional: um estudo de caso na comunidade ribeirinha Izidoro de Coari. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Coari/AM, 2008.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2001.

CIORAN, Émile Michel. História e utopia. Traduzido por José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994.

COCCO, Guiseppe. Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização, São Paulo: Cortez, 2000.

CULTI, Maria Nezilda. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de latinoamericanistas, realizado em Amsterdã, Holanda, 2002 (mimeo).

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil e o estado de direito (palestra). Manaus: Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas, 1998 (mimeo).

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. O que é Filosofia. Traduzido por Bento Prado Junior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. As mulheres em programas de assistência social: o caso das mães do programa de erradicação do trabalho infantil em uma área rural da zona da mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide (org.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Traduzido por Hélder Godinho. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURHAN, Eunice. Comunidade. In: Enciclopédia Abril. São Paulo, 1972.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

FOUCAULT, Michel. Foucault, ética, sexualidade, política. Traduzido por Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FRANÇA, Bárbara Heliodora et al. Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.

FREITAS, Marilene Corrêa da. Orelhas de livro. In: MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica. Manaus: Valer, 2016.

FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro: a fantasia desfeita. Tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAIGER L. et al. A economia solidária no Rio Grande do Sul: visibilidade e perspectivas. In: Caderno CEDOPE N. 15. RS: Série Movimentos Sociais e Cultura, 1999.

GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. 2ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

GARAY, Ângela. Cultura organizacional. In: CATTANI, Antônio David (org). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRS, 1997.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GRAMSCI, Antônio Maquiavel, a política e o Estado moderno. Traduzido por Luiz Mário Gazzaneo. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUIMARÃES, Gonçalves (coord). Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta. Rio de Janeiro: Incubadora Tecnológica de cooperativas Populares, UFRJ, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Taurus, 1987.

HEIDEGGER, Martin. Ciência e pensamento de sentido. In: HEIDEGGER, Martin. Ensaio e conferências. Traduzido por Emmanuel Carneiro Leão; Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HEIDMAN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: SPM. Migração, discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. Mundos do Trabalho. Traduzido por Valdeia Barbalho, Sandra Bedran. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLYOAKE, George Jacob. Os 28 tecelões de Rochdale. Porto Alegre: Ws editor, 2000.

IANNI, Octávio. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. O colapso do populismo no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

IANNI, Octávio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KURTZ, Robert. O Colapso da modernização: da derrocada do socialismo da Caserna à crise da economia mundial. Traduzido por Karen Elsabe Barboza. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Traduzido por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. Novos ensaios sobre o entendimento humano. Traduzido por Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontologia do trabalho em Lukács. In: Revista Serviço Social e Sociedade N. 52. São Paulo: Cortez, 1996.

LÈVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido. Traduzido por Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. A oleira ciumenta. Traduzido por José Antônio Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985.

LIMA, Araujo. Amazônia: a terra e o homem. Prefácio de Tristão de Athayde. Apresentação de Leandro Tocantins. 5 ed. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas: Secretaria de Educação da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Traduzido por Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach. Supervisão de texto de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Moraes LTDA, s/d.

_____. A ideologia alemã. Traduzido por Rubens Enderle; Nélcio Schneider e Luciano C. Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. O manifesto do partido comunista. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Vol. I. São Paulo: Edusp, 1974.

_____. Manifesto do Partido Comunista. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira e Leandro Kander. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro. Vol. II, 6 ed. Tradução de Reynaldo San'tanna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

_____. O capital: crítica da economia política. Vol I. Tomo2. Tradução de Reynaldo San'tanna. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Traduzido por Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAUSS, Marcel 1974. Ensaio sobre a Dádiva: forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução de Paul Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MILL, Wright. O trabalho. In: COLLAR, Write (org). A nova classe media. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOOG, Viana (1936) apud BATISTA, Djalma. O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Prefácio de Arthur César Ferreira Reis. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea. Brasília: NEAD/ MDA, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Traduzido por Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 9 Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

_____. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Traduzido por Eloá Jacobina. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NAKANO, Marilena. Anteag: autogestão como marca. In SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôres do. Experiências de cooperativismo em Manaus: uma iniciativa inovadora no âmbito da geração de renda. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2005.

NASCIMENTO, Celso Augusto Tôres do. A força do trabalho cooperativo em Manaus. Manaus: Edua, 2013.

NASCIMENTO, Cláudio. A autogestão e o novo cooperativismo. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária, 2004.

NODA, Hiroshi et al. Estabilidade de resistência genética da Cultivar Yoshimatsu ao agente patogênico da “murcha bacteriana” do tomateiro. In: NODA, Hiroshi; SOUZA, Luiz Augusto Gomes de; SILVA FILHO, Danilo Fernandes da (org). Pesquisas agronômicas para a agricultura sustentável na Amazônia Central. Manaus, AM: Wega, 2013.

NOGUEIRA, Adriano. O sujeito irreverente. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. O Brasil não conhece o Brasil, o Brasil não conhece a Amazônia. Entrevista a Wilson Nogueira: In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 8. N.1. Jan/ Jun. Manaus: Edua 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Ensaios de antropologia histórica. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de: A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (org). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

OLIVEIRA, Márcia de. Migração na cidade de Manaus: algumas análises preliminares. In: Cadernos do CEAS-Centro de Estudos e Ação Social. N. 216. Salvador: CEAS, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. 3 ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PERES, Linda. Contos e danças indígenas: a resignificação do conhecimento tradicional da comunidade Boca da Mata no processo das transformações contemporâneas. Projeto de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2012.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Traduzido por Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus. Manaus: Edua, 1999.

PINTO, Ernesto Renan Freitas. Quem é o povo brasileiro deste pedaço do Brasil. In: OLIVEIRA, José Aldemir; GUIDOTTI, Pe. Humberto (org). A igreja arma sua tenda na Amazônia. Manaus: Edua, 2000.

POCHMANN, Márcio. O mundo do trabalho em mudança. In: CARVALHO NETO, A. M NABUCO, M.R (ORGs). Relações de trabalho contemporâneo, IRT, PUC – Minas, 1999.

_____. Nova classe média: o trabalho na base da Pirâmide social brasileira. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

PLATÃO, A república. Traduzido por Eurico Corvisieiri. São Paulo: Nova Cultura, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RANIERI, Jesus. Apresentação dos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx. In: Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

RIBEIRO, José de Moura. Determinantes sociais da moradia no contexto do projeto Urucu/Coari. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Coari: UFAM, 2008.

SALAMITO, Jean-Marie. Trabalho e Trabalhadores na obra de Santo Agostinho. In: MERCURE, Jan Spurk (org). O trabalho na história do pensamento ocidental. Traduzido por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: EDUA, 2012.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 11 ed. São Paulo: Nova cultural, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUEZ, César. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Marilene Corrêa da. O paiz do Amazonas. Manaus: Valer, 1996.

_____. As metamorfoses da Amazônia. Manaus: Edua, 2000.

_____. O paiz do Amazonas. 3 ed. Manaus: Valer, 2012.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio (org). Relações de trabalho contemporâneo. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações de Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.

_____. Incubadoras Universitárias: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, PAUL e SOUZA, André Ricardo de (org). A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A cooperativa é uma empresa socialista. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org). *Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate e Transformações no mundo do trabalho*. São Paulo: Unitrabalho, s/d.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. 2000. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cezar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Ed Bertrand, 8ª Edição Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Traduzido por Sandra Regina Goulard Almeida; Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOCKINGER, Gottfried. A reestruturação de relações Tradicionais na Amazônia numa era de modernização forçada (1960-1918). In: COSTA, Maria José Jackson (org). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2001.

SUAREZ, Mireia. Modernidade e pós-modernidade, ideologia e teoria feminista. Comunicação oral. In: *condição feminina e relações de gênero*, 1993 (mimeo).

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Traduzido por Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros antigos*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

TORRES, Iraildes Caldas. *As novas Amazônidas*. Manaus: Edua, 2005a.

_____. Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia. In Somanlu: *Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas*. Ano 4. N2. Manaus: Edua, 2005b.

_____. *Humaitá: ecos de um povo*. Manaus: INPA, 2007.

_____. É possível levar o desenvolvimento a Comunidades Pobres!. In: TORRES, Iraildes Caldas (org). As malhas do trabalho e da economia solidaria no Brasil. Manaus: EDUA, 2010.

_____ e RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica in Gênero e Geração em Contextos Rurais / organizadores / Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

_____. Reflexões sobre o trabalho leve e pesado das mulheres na Amazônia. In: _____. O *ethos* das mulheres da floresta. Manaus: Valer, 2012.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Os rituais da missa e do culto vistos do lado de fora do altar: religião e vivências cotidianas em duas comunidades eclesiais de base do bairro Petrolândia. Contagem – MG. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 1997.

UGGÈ, Enrique. As bonitas histórias Sateré-Mawé. Manaus: Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, 1993.

VAINER, Carlos. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados: as novas categorias de uma sociologia dos deslocados compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, Mary Garcia (coord). Migrações Internacionais: contribuições para políticas-Brasil 2000. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 2001.

VARESE, Stefano. Introduccion: parroquialismo y globalización, las etnicidades indígenas entre el tecer milênio. In: VARESE, Stefano. Pueblos índios, soberania y globalismo. Quito-Ecuador: Abya, 1996.

VERUCCI, floriza. A construção da cidadania feminina. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (coord). A construção da cidadania. Brasília: Edunb, 1986.

VIEIRA, Antonieta do Lago. Construindo cooperativas populares e solidária. In: TORRES, Iraildes Caldas (org). As malhas do trabalho e da economia solidária no Brasil. Manaus: EDUA, 2010.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEBER, Marx. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Traduzido por M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 11 ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

WIGGERS, Raquel. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Universidades de Conservação Ambiental do Amazonas. In: WIGGERS, Raquel; RAITIER, Hugo e; RODRIGUES, Cinthya M. Costa (org). Comunidades Rurais: organização, associação e lideranças. Manaus: Edua, 2012.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Título: Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Aproducida (Associação Comunitário dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida) em Coari, no Amazonas

Pesquisador responsável: Celso Augusto Tôrres do Nascimento

Instituição/ Departamento: Universidade Federal do Amazonas/ UFAM – Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL

Endereço da instituição da pesquisa: Avenida General Rodrigo Octavio Ramos n.3000 – fone 3305-4444

Telefone para Contato: (92) 9176-7090, 8140-2555; 8438-3378, 8801-3917

Prezado (a) senhor(a): _____ .

- Você está sendo convidado(a) responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em particular desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar.
- Você tem direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade, sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivos: Perceber em que medida a violência doméstica aparece como um os fatores de não conciliação de casais no Pólo Avançado da Universidade Federal do Amazonas, destacando a desestruturação familiar e o modelo de sociedade patriarcal como pano de fundo desta questão.

Procedimentos: sua participação no preenchimento deste questionário respondendo as perguntas formuladas.

Benefícios: esta pesquisa trará maior sobre o tema abordado, sem benefícios diretos para você.

Riscos: o preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo: as informações oferecidas por você serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando o resultado desta pesquisa for divulgado de qualquer forma.

Manaus, _____ de maio de 2013

Assinatura do pesquisado

Assinatura do aluno pesquisador

Assinatura da Orientadora

Roteiro de entrevista da pesquisa de doutorado “Economia solidária e cooperativismo no contexto rural” do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, aplicado aos moradores da Aproducida – Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Sra. Aparecida, em Coari, Amazonas

I – IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

- 1.1 – Idade _____ Homem () Mulher ()
 1.2 – Procedência//origem:
 1.3 - Escolaridade:
 1.4 – Número de filhos:
 1.5 – Escolaridade:
 1.6 – Membro da Aproducida () Sim () Não

II – SONDAÇÃO SOBRE TRABALHO

- 2.1 – Que atividade de trabalho você realiza na comunidade?

- 2.2 – Quais são os produtos agrícolas que você produz e como ocorre a venda desses produtos?

- 2.3 – Como você considera o trabalho na agricultura, leve ou pesado? Justifique.

- 2.4 – Como você se vê como agricultor? Fale sobre a sua profissão

- 2.5 – Quem você acha que trabalha mais o homem, a mulher ou os dois juntos?

- 2.6 – Como ocorre a divisão do trabalho entre homens e mulheres? O que faz o homem e o que faz a mulher?

- 2.7 – Como é a realização do trabalho na várzea amazônica? Quais são as dificuldades e positivities?

III – SONDAÇÃO SOBRE CONSCIÊNCIA SOCIAL

- 3.1 – Você é filiado a algum sindicato? *() sim () não Qual ?

- 3.2 – Participa de algum movimento social?() sim () não Qual ?

- 3.3 – Você gostaria de participar de algum movimento social? () sim () não

3.4 – De que forma a comunidade se organiza para viver como grupo e para lutar por seus direitos?

IV – SONDAGEM ESPECÍFICA

4.1 – Como nasceu a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. De Aparecida?

4.2 – Que benefícios a Associação trouxe para os moradores da Comunidade? Quais foram os avanços e as conquistas?

4.3 – O que mudou na comunidade depois da criação da Associação?

4.4 – Como se dá a divisão do trabalho dentro da Aproducida (Associação)? O que fazem os homens e o que fazem as mulheres.

4.5 – De que forma os membros da Aproducida e dos Comunitários de modo geral lidam com o meio ambiente? (Como ocorre a conservação do meio ambiente).

4.6 – O que você entende por cooperação?

4.7 – Que tipo de relação social ocorre na comunidade para o sucesso da Aproducida?

OBRIGADO!

Roteiro de entrevista da pesquisa de doutorado “Economia solidária e cooperativismo no contexto rural” do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, aplicado às lideranças da Aproducida – Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Sra. Aparecida.

I – IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

1.1 – Idade _____ Masculino () Feminino ()

1.2 – Procedência/origem: _____ Tempo que mora na comunidade: _____

1.3 – Escolaridade: _____

1.4 – Cargo na Aproducida _____

II – SONDAÇÃO SOBRE O TRABALHO

2.1 – Qual é a sua profissão, que trabalho você realiza?

2.2 – Que dificuldades e desafios são colocados ao trabalho na várzea amazônica?

2.3 – Que produtos agrícolas são produzidos na comunidade?]

2.4 – Como ocorre a divisão social do trabalho? O que fazem os homens e o que fazem as mulheres?

2.5 – Qual a sua opinião sobre o trabalho das mulheres? Quem faz o trabalho pesado, a mulher ou o homem?

III – SONDAÇÃO SOBRE A VIDA EM COMUNIDADE

3.1 – De que forma os comunitários organizam a vida e a sociabilidade na comunidade?

3.2 – Quais são as festas e as comemorações que existem na Comunidade? Como ocorre o lazer?

3.3 – Quem organiza as festas?

3.4 – Qual é o papel das mulheres na comunidade?

3.5 – Você é filiado a algum sindicato () sim () não. Qual

Participa de algum movimento social () sim () não . Qial

IV – SONDAGEM ESPECÍFICA

4.1 – Como nasceu a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida?

4.2 – Porque vocês resolveram se organizar em cooperativa?

4.3 – Qual é a forma de organização da Aproducida?

4.4 – Que trabalho os membros da Aproducida realizam? Como é feita a divisão dos lucros?

4.5 – Qual é a contribuição dos filiados para a Cooperativa?

4.6 – Que benefícios foram realizados na comunidade depois da criação da Aproducida?

4.7 – Houve maior união e cooperação dos comunitários depois da criação da Aproducida?

4.8 – Como é a relação comercial da Aproducida com a Prefeitura de Coari?

4.9 – O que você entende por economia solidária?

4.10 – Quais os desafios do cooperativismo nos dias atuais?

Roteiro de entrevista da pesquisa de doutorado “Economia solidária e cooperativismo no contexto rural” do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, aplicado às lideranças da Aproducida – Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Sra. Aparecida.

I – IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

1.1 – Idade _____ Masculino () Feminino ()

1.2 – Procedência/origem: _____ Tempo que mora na comunidade:

1.3 - Escolaridade:

1.4 – Cargo na Aproducida

II – SONDAÇÃO SOBRE O TRABALHO

2.1 – Qual é a sua profissão, que trabalho você realiza?

2.2 – Que dificuldades e desafios são colocados ao trabalho na várzea amazônica?

2.3 – Que produtos agrícolas são produzidos na comunidade?]

2.4 – Como ocorre a divisão social do trabalho? O que fazem os homens e o que fazem as mulheres?

2.5 – Qual a sua opinião sobre o trabalho das mulheres? Quem faz o trabalho pesado, a mulher ou o homem?

III – SONDAÇÃO SOBRE A VIDA EM COMUNIDADE

3.1 – De que forma os comunitários organizam a vida e a sociabilidade na comunidade?

3.2 – Quais são as festas e as comemorações que existem na Comunidade? Como ocorre o lazer?

3.3 – Quem organiza as festas?

3.4 – Qual é o papel das mulheres na comunidade?

3.5 – Você é filiado a algum sindicato () sim () não. Qual

Participa de algum movimento social () sim () não . Qial

IV – SONDAGEM ESPECÍFICA

4.1 – Como nasceu a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida?

4.2 – Porque vocês resolveram se organizar em cooperativa?

4.3 – Qual é a forma de organização da Aproducida?

4.4 – Que trabalho os membros da Aproducida realizam? Como é feita a divisão dos lucros?

4.5 – Qual é a contribuição dos filiados para a Cooperativa?

4.6 – Que benefícios foram realizados na comunidade depois da criação da Aproducida?

4.7 – Houve maior união e cooperação dos comunitários depois da criação da Aproducida?

4.8 – Como é a relação comercial da Aproducida com a Prefeitura de Coari?

4.9 – O que você entende por economia solidária?

4.10 – Quais os desafios do cooperativismo nos dias atuais?

OBRIGADO!



COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA – APRODUCIDA

Fonte: Pesquisa de Campo /2013



Almoço de confraternização na Comunidade
Fonte: Pesquisa de Campo/2013



Damião e Francinete
Fonte: Pesquisa de campo/2013



Plantação de Couve

Fonte: Pesquisa de Campo/2013



Meliponicultura – Criação de Abelas sem ferrão.
Fonte: Pesquisa de Campo/2013



Programa Luz para todos
Fonte: Pesquisa de Campo-2013



Criação de Galinhas

Fonte: Pesquisa de Campo/2013

Cr



Criação de Jabutis

Fonte: Pesquisa de campo/2013



Cidade de Coari na várzea
Fonte: Pesquisa de Campo /2015



Maromba⁸ na casa do Damião
Fonte: Pesquisa de Campo/2015

⁸ Maromba também pode descrever uma **manada de bois**, ou uma **jangada de madeira**, comum na área da Amazônia (principalmente quando ocorrem enchentes), usada para transportar gado, plantas e objetos.



Pé de Côco na Comunidade Aproducida
Fonte: Pesquisa de Campo /2015



Comunidade na Várzea

Fonte: Pesquisa de Campo / 2015



Fotos da cidade de Coari na Várzea
Fonte: Pesquisa de campo /2015



Casa do Lúcio na Comunidade com maromba
Fonte: Pesquisa de campo / 2015



Visita a Comunidade na Terra Firme
Fonte: Pesquisa de Campo/2015



Casa de Motor

Fonte: Pesquisa de campo/2015



Macaquinho de Estimação na redezinha.
Fonte: Pesquisa de Campo/2015



Porto das Canoas: Coari – AM
Fonte: Pesquisa de Campo/2015



Travessia de Rabeta até a Comunidade Nossa Senhora de Aparecida
Fonte: Pesquisa de Campo/2015



Encontro das águas - Lago de Coari x rio Solimões
Fonte: Pesquisa de Campo / 2015